



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

JÚLIO CÉSAR SAUNDERS DE ARAÚJO

**A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE DO DOCENTE: UM ESTUDO
ONTOLÓGICO MARXISTA**

**FORTALEZA
2019**

JÚLIO CÉSAR SAUNDERS DE ARAÚJO

**A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE DO DOCENTE: UM ESTUDO
ONTOLÓGICO MARXISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação

Orientador: Prof. Dr. Valdemarin Coelho Gomes

FORTALEZA
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A689f Araújo, Júlio César Saunders de Araújo.

A formação da consciência de classe do docente: : um estudo ontológico / Júlio César Saunders de Araújo Araújo. – 2019.

119 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2019.

Orientação: Prof. Dr. Valdemarin Coelho Gomes

1. Ontologia. 2. Consciência de classe. 3. Ideologia. 4. Alienação. I. Título.

CDD 370

JÚLIO CÉSAR SAUNDERS DE ARAÚJO

**FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE DO DOCENTE: UM ESTUDO
ONTOLÓGICO MARXISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação

Orientador: Prof. Dr. Valdemarin Coelho Gomes

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Valdemarin Coelho Gomes (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Josefa Jackline Rabelo
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Fábio José Cavalcanti de Queiroz
Universidade Regional do Cariri (Urca)

A minha esposa e companheira Adriana Rodrigues e a minha querida filha Ana Júlia pela compreensão e pelo incentivo na execução desse trabalho

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Valdemarin Coelho pela excelente forma de orientação.

Aos professores participantes da banca examinadora pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

Aos colegas da turma de mestrado, pelas reflexões, críticas e sugestões recebidas.

“Não é a consciência do homem que lhe determina o ser, mas ao contrário, o seu ser social que lhe determina a consciência.”

Karl Marx

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender o processo de formação da consciência de classe dos docentes. Para tanto, escolhemos estudar a rede estadual de ensino do Ceará, tomando por base aspectos que circundam o fazer docente, tais como a precarização, a organização sindical e política e a fragmentação da atividade laboral. Trata-se de uma pesquisa teórico-bibliográfica, fincada sobre o referencial ontológico marxista, com ênfase em Marx (1978; 2000; 2002; 2012;), Marx e Engels (1982; 1998) e Lukács (2003; 2013). Analisamos, em primeiro plano, a relação entre trabalho, sociabilidade e consciência para, a partir daí, capturarmos os determinantes sobre a formação da consciência de classe em si e para si. Por fim, avançamos sobre aspectos que identificamos como relevantes no tocante à formação da consciência de classe dos docentes. Em nosso momento conclusivo, assumimos que a classe docente precisa ter a consciência de seu papel histórico, mas essa consciência pode ser dificultada por uma série de mecanismos que operam na lógica da reprodução do sistema do capital, como a alienação, a ideologia, o reformismo e o abandono da centralidade do trabalho, substituída pela centralidade da política.

Palavras-chaves: Ontologia. Consciência de classe. Ideologia. Alienação.

ABSTRACT

This research aims to understand the process of formation of the consciousness of the teaching, class. To this end, we chose to study the state education of Ceará, based on aspects that surround the teaching, such as the precarization, the Union and political organization and the fragmentation of the labor activity. It is as theoretical-bibliographic research, planted on the Marxism ontological referential, with emphasis on Marx (1978; 2000; 2002; 2012), Marx e Engels (1982; 1998) and Lukács (2003; 2013). We analyze, in the foreground, the relationship between work, sociability and consciousness so that, from there, we capture the determinants of the formation of the class consciousness itself and for itself. Finally, we have advanced on aspects that we identified as relevant in relation to the formation of teacher's class consciousness. In our concluding moment, we assume that the teaching class needs to be aware of its historical role, but this consciousness can be hinted by a series of mechanisms that operate in the logic of reproduction of the capital system, such as alienation, ideology, reformism and abandonment of the centrality of work, replaced by the centrality of politics.

Key words: Ontology. Class consciousness. Ideology-alienation.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. TRABALHO E SOCIABILIDADE HUMANA.....	29
2.1 – <i>Trabalho como protoforma do ser social.....</i>	<i>29</i>
2.2 – <i>Trabalho, educação e reprodução social.....</i>	<i>35</i>
2.3 – <i>Trabalho e sociedade de classes.....</i>	<i>43</i>
2.4 – <i>Alienação.....</i>	<i>46</i>
3. CLASSE E CONSCIÊNCIA DE CLASSE.....	53
3.1 – <i>Concepções de classes sociais.....</i>	<i>53</i>
3.2 – <i>Consciência de classe: classe em si e classe para si.....</i>	<i>59</i>
3.3 – <i>É possível medir a consciência de classe?.....</i>	<i>66</i>
3.4 – <i>Luta sindical dos professores das escolas públicas da rede estadual do Ceará no início do século XXI.....</i>	<i>68</i>
3.5 – <i>As lutas e a organização política dos professores</i>	<i>71</i>
4. FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE DOCENTE: ALIENAÇÃO, ORGANIZAÇÃO SINDICAL E POLÍTICA E FRAGMENTAÇÃO DO TRABALHO.....	79
4.1 - <i>Alienação na profissão docente.....</i>	<i>79</i>
4.2 – <i>Educação, classe e consciência de classe.....</i>	<i>89</i>
4.3 – <i>Educação escolar e reprodução do capital.....</i>	<i>96</i>
4.4 – <i>Fatores que dificultam a formação da consciência individual do professor.....</i>	<i>102</i>
4.5 – <i>Trabalho precarizado.....</i>	<i>106</i>
4.6 – <i>Organização sindical e política.....</i>	<i>107</i>
4.7 – <i>Fragmentação do “trabalho” pedagógico e fragmentação da consciência.....</i>	<i>112</i>
5. CONCLUSÃO.....	114
REFERÊNCIAS.....	117

1 INTRODUÇÃO

A necessidade de fazer um estudo sobre o processo de formação da consciência de classe dos professores surgiu a partir de minha trajetória pessoal quando entrei na categoria no final de 2014 e observei a participação dos profissionais de ensino nos movimentos de luta por direitos a começar desse ano. O senso comum dos profissionais dizia que “era uma classe sem consciência política” e/ou que eram uns “alienados”, mas na prática concreta da luta eu percebi que a presença de professores e estudantes em manifestações era algo recorrente, inclusive com um bom número de participantes. Refiro-me não às lutas apenas sindicais e corporativas da categoria, a exemplo da greve de 2016, mas as lutas que envolvem outras classes como a luta contra a então PEC 55 (atual EC 95) que congela os gastos sociais (despesas primárias) do governo por 20 anos, fato esse que prejudicava toda a população, ou mesmo a luta contra as reformas trabalhista e da previdência do governo de Michel Temer em 2016 e 2017. Nesses confrontos que envolviam interesse de outras categorias profissionais, a presença de professores nos atos era bastante significativa.

Comecei então a me questionar sobre o nível de consciência política da categoria profissional docente no estado do Ceará, observando a sua prática nas lutas, seus discursos nas escolas, sua postura diante das gestões e até sua organização sindical e política presente entre esses profissionais da educação.

Inicie uma pesquisa bibliográfica sobre a questão da consciência política nas obras que tratam do assunto em especial as marxistas, pois na minha trajetória acadêmica com formação em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), eu havia me identificado com essas leituras concordando com o historiador Eric Hobsbawn quando ele afirma que “*a concepção materialista da história de Marx é, de longe, o melhor guia para a história*” (HOBSBAWN, 1998, p.9). Partindo dessa análise, verifiquei que os livros que tratam do tema abordam a classe proletária fazendo referência aos operários das indústrias, mas a minha busca não era especificamente essa, mas como esse debate é feito avaliando os profissionais que trabalham nos setores de serviços como é o caso da educação. A literatura sobre consciência de classe praticamente não faz referência aos professores.

Nessa busca decidi refazer uma leitura de *História e consciência de classe* de Georg Lukacs, obra de sua juventude que me deu um norte na pesquisa, especialmente quando, no estudo do autor, já em solo acadêmico, percebi sua importância não apenas por essa obra, mas pelo seu desvelamento da ontologia marxiana. Percebi que não bastava estudar Marx como se estivesse ainda na Segunda Internacional quando se buscava uma compreensão “puramente”

científica de suas obras. O método de Marx possui uma dimensão ontológica que, se partirmos dela poderemos abordar as problemáticas presentes no mundo real capitalista em que vivemos numa perspectiva emancipadora. Poderemos apontar a possibilidade real de superação de contradições do capital.

Lukacs nos aponta a base fundamental da humanidade a partir do trabalho explicando-nos os pores primários, os quais o homem se relaciona com a natureza transformando-a, mas, além disso, existem os pores secundários, que os homens relacionam-se entre si, transformando as suas relações sociais. A categoria da consciência entra no estudo dessas relações como um aspecto decisivo, mas de difícil compreensão e análise.

Tornar a consciência política como um objeto de estudo acadêmico tendo por base uma concepção materialista dialética, fundamentada na leitura das obras de Karl Marx e Friedrich Engels, apresenta algumas dificuldades no âmbito da pesquisa que precisam ser elucidadas antes de iniciarmos o estudo propriamente dito.

A primeira dificuldade é a compreensão da problemática da consciência nas leituras de Marx e Engels. Em seu tempo eles criticavam o uso da categoria consciência como algo em abstrato, independente das condições reais de existência. Na Ideologia Alemã, podemos perceber as críticas dirigidas a determinadas concepções que atribuíam um poder as ideias capazes de determinar os rumos da história humana. Para eles, *“a moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, tal como as formas de consciência que lhes correspondem, perdem imediatamente toda a aparência de autonomia.”* (MARX e ENGELS, 1998, p.19), quando se parte do estudo da sociedade a partir da realidade material. São os homens que produzem sua história diante do desenvolvimento das forças produtivas e das lutas provenientes das contradições desse movimento.

A questão é que durante séculos as condições materiais não permitiam aos homens compreender a história como a sua própria história. Os meios de produção anteriores ao capitalismo deixavam-nos subordinados ao poder da natureza que eles enxergavam como um poder estranho ao qual deviam se submeter. Diante dessa realidade, as explicações do mundo giravam em torno de forças estranhas aos seres humanos que eram interpretadas por homens “especiais” capazes de compreender a vontade dos deuses ou a metafísica da realidade. Dessa forma partia-se *“da consciência como sendo o indivíduo vivo”* (MARX e ENGELS, 1998, p. 20), elevando-a a condição de um ser mítico superior com atributos e necessidades humana, cujas vontades eram interpretadas por indivíduos reais vivos que consideravam a sua consciência como a verdadeira consciência.

A base dessa compreensão de mundo era a divisão do trabalho. A partir do momento em que houve a separação entre o trabalho material e o trabalho intelectual no plano real, surgiram as bases para a separação entre os que trabalhavam na produção material dos meios de subsistência e aqueles que se dedicavam à administração da riqueza, ao ócio ou ao intercâmbio com os deuses ou com as ideias. Esses últimos tornaram-se a classe social dirigente da sociedade e passaram a considerar o seu trabalho intelectual superior ao trabalho braçal destinado às pessoas escravizadas por guerras ou dívidas. Essa divisão da sociedade em classes foi decisiva para o surgimento de uma concepção de mundo que enxergava a consciência como algo capaz de determinar as condições materiais de existência. Em outras palavras, a divisão do trabalho foi a base material do idealismo, uma concepção filosófica que atribui às ideias o poder de determinar a vida. No momento em que escreveram a Ideologia Alemã, Marx e Engels afirmaram que *“não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência”* (MARX e ENGELS, 1998, p. 20).

Os conflitos sociais que ocorriam nessa época se manifestavam em conflitos de ideias. Boa parte da mitologia simboliza uma luta entre diferentes setores sociais de classe pelo controle do aparato do poder político. A filosofia também expressou essas contradições através do desenvolvimento das ideias filosóficas que expressam interesses diferentes de classe. Nas palavras de Marx e Engels (1998, p.26), *“essa teoria, essa teologia, essa filosofia, essa moral, etc., entram em contradição com as relações existentes, isso só pode acontecer pelo fato de as relações sociais existentes terem entrado em contradição com a força produtiva existente.”*

Vê-se pela leitura da Ideologia Alemã que uma das dificuldades do estudo da consciência reside no risco de cair num idealismo. Tal queda aconteceria se atribuirmos às ideias um poder de transformar a realidade existente por meio exclusivo da força do movimento de um ideal concebido. Durante séculos, a humanidade se viu limitada na sua compreensão do mundo devido aos limites do desenvolvimento das forças produtivas. Foi com o desenvolvimento do sistema socioeconômico capitalista que promoveu a circulação de mercadorias num âmbito global e, por consequência, a relação entre os seres humanos também de forma global. Dessa forma, promovendo a superação de obstáculos naturais (embora, não a sua eliminação) que surgiram as condições de estudar a realidade, tomando por base as condições reais de existência.

Uma segunda dificuldade de se estudar a consciência como objeto é a necessidade de compreender a sua complexidade. Nosso estudo não aborda a consciência em geral, mas aborda uma específica, que é a consciência política, ou seja, a consciência de classe a partir de

uma classe dominada que se propõe enfrentar as contradições sociais do sistema e lutar pela sua emancipação, enquanto classe oprimida e pela emancipação humana como condição de alcançar a sua própria emancipação. Na Questão Judaica, Marx afirmava que embora a emancipação política *“não fosse a última etapa da emancipação humana em geral, ela se caracteriza como a derradeira etapa da emancipação humana dentro do contexto do mundo atual”* (MARX, 2000,p.25). Esse contexto do “mundo atual” é o contexto das contradições do capitalismo, cujos fundamentos básicos são a propriedade privada dos meios de produção, a alienação do trabalhador dos produtos do seu trabalho, a exploração em busca de mais lucros para o capitalista aumentando ainda mais a miséria na sociedade. Sobre isso Marx comentava:

Da relação da propriedade privada com o trabalho alienado percebe-se ainda que a emancipação da sociedade quanto à propriedade privada, à servidão, adquire a forma política da emancipação dos trabalhadores não na aceção de que somente está implicada a emancipação dos últimos, mas porque tal emancipação inclui a emancipação da humanidade como totalidade, uma vez que toda a servidão humana se encontra envolvida na relação do trabalhador com a produção e todos os tipos de servidão se manifestam exclusivamente como alterações ou consequências da referida relação (MARX, 2002, p.121)

Portanto, o primeiro passo para a emancipação humana seria a chamada emancipação política dos trabalhadores. A luta da humanidade contra as diferentes formas de servidão só seria real se ele se desse nos marcos da luta de classes, tendo à classe proletária a frente do processo histórico. Qualquer fala em emancipação que não parta da emancipação política da classe proletária é uma abstração de cunho ideológico. Por essa razão, faz-se necessário o desenvolvimento da consciência política entre os proletários. Mas, como identificar a consciência política? Lenin, no início do século XX afirmava que:

(...) a consciência da classe operária não pode ser uma verdadeira consciência política se os operários não estão habituados a reagir contra todos os casos de arbitrariedade e opressão, todas as formas de violência e abuso, quaisquer que sejam as classes afetadas; e a reagir, além disso, do ponto de vista social-democrata e não de qualquer outro (LENIN, 2015, p.124).

Em outras palavras, a consciência política sob o ângulo de Lenin, na prática se expressaria pelas formas de luta que os operários russos fariam de maneira organizada seguindo o ponto de vista de uma organização com um programa definido que aponte para a ruptura com o sistema capitalista. Se as lutas ocorressem seguindo outro ponto de vista, para Lenin, tal consciência não poderia ser “verdadeira”. Por verdadeira, ele entende, como uma consciência revolucionária.

Essa consciência revolucionária seria, portanto, a consciência socialista. Citando Kautsky, ele dizia que “a consciência socialista moderna somente pode surgir com base em profundos conhecimentos científicos.” (LENIN, 2015, p.89). Aqui surge uma problemática: o

acesso a conhecimentos científicos não era naquela, época, e nem é ainda hoje, algo possível de ser obtido pela maioria dos trabalhadores que são, normalmente, submetidos a longas jornadas de trabalho. Se é fato que existe um pequeno acesso a tal conhecimento no âmbito individual, em termos de classe social (considerando os proletários), esse acesso ainda não é real.

Lenin, ainda com base em Kautsky, sustentava que *“a consciência socialista é algo introduzido de fora na luta de classe do proletariado e não algo que surgiu espontaneamente em seu interior”* (LENIN, 2015, p.90). Para o futuro dirigente do Partido Bolchevique, não haveria essa necessidade *“se a consciência derivasse automaticamente da luta de classes”* (LENIN, 2015, p. 90).

Jacob Gorender polemiza com essa afirmação alegando que essa *“tese estaria em contradição com o princípio materialista enunciado por Marx segundo o qual é o ser social que determina a consciência”* (GORENDER, 1999, p.50). Para ele a afirmação posterior de Lenin de que a classe operária não formaria outra consciência que não a consciência sindicalista, essencialmente reformista, significa dizer que *“a classe operária é ontologicamente reformista”* (GORENDER, 1999, p. 50).

Essa afirmação de Gorender desloca a classe operária da sua condição de sujeito histórico da revolução socialista o que, na prática, significa sepultar a revolução pelo menos em termos marxistas. Contudo, Lenin, adiante em sua obra, explanava que *“a consciência política não pode ser levada ao operário senão do exterior, isto é, de fora da luta econômica, de fora da esfera das relações entre operários e patrões”* (LENIN, 2015, p.135). Portanto, a crítica de Lenin é dirigida aqueles que entendem que só pela ação puramente econômica seria possível aos operários russos desenvolverem uma consciência revolucionária. Ele criticava, na época, os economicistas, que não se envergonhavam em rebaixar as lutas às disputas meramente sindicais habituando a classe operária a lutar por migalhas dentro do sistema. Era uma crítica a um setor que refletia a futura degeneração da Segunda Internacional que iria se caracterizar pela defesa da luta apenas por reformas dentro do sistema capitalista.

Mas, onde então obter o conhecimento científico defendido por Kautsky e Lenin na época? A resposta dada pelo revolucionário russo foi: *“a única esfera de onde se poderá extrair esse conhecimento é das relações de todas as classes e camadas com o Estado e o governo, na esfera das relações de todas as classes entre si”* (LENIN, 2015, p.135), ou seja, o conhecimento científico é um conhecimento socialmente construído que não pertence a uma classe em particular, mas a todas as classes e, por meio das lutas, esse conhecimento deve ser, inclusive, colocado como uma das pautas de luta dos operários, reivindicando-o para todas as

classes. Nesse sentido, pode-se ver que o acesso à educação com caráter universal deve ser um direito de toda a população, o que permitiria aos operários a condição de ter o conhecimento em bases científicas como afirmou Kautsky (antes da degeneração da Segunda Internacional). Por isso, para levar aos operários os conhecimentos políticos, Lenin achava necessário que *“os social-democratas deveriam ir a todas as classes da população, devem enviar para toda a parte os destacamentos do seu exército”* (LENIN, 2015, p. 135).

Até aqui, percebe-se que a consciência política se desenvolve em condições históricas concretas através do motor da história, a luta de classes, de acordo com a concepção marxista. Porém, nesse ponto devemos esclarecer que classe e consciência de classe são dois conceitos inseparáveis, como dizia Thompson, *“uma classe não pode existir sem um tipo qualquer de consciência de si mesma”* (THOMPSON, 2001, p.279).

Essa consciência não se desenvolve em abstrato, mas no processo histórico concreto de lutas.

Portanto, estudar a consciência de classe significa estudar a própria classe em si no seu processo de formação em classe para si. Esse processo de formação é o processo real de lutas que ocorrem na sociedade.

Mas, o estudo da classe nos remete a outra problemática importante, o conceito de classe social, que está longe de ser um consenso entre os marxistas. A base de nossa pesquisa são as obras de Marx e Engels, mas a sua definição de classe encontra-se disperso nessas obras. Dizer que *“a história de toda a sociedade existente até hoje tem sido a história da luta de classes”* (MARX e ENGELS, 1982, p.93) necessita esclarecer de quais classes estamos falando. O Manifesto foi escrito num contexto, onde a sociedade vivia as revoluções burguesas que tiveram mérito de desvelar a realidade das classes sociais. Antes, os intelectuais do Antigo Regime descreviam a sociedade dividida em estamentos, tendo a nobreza e o clero como camadas dominantes. As bases dessa divisão eram culturais.

Mas, ao desvelar essa realidade das classes sociais, a burguesia *“substituiu a exploração, encoberta pelas ilusões religiosas e políticas, pela exploração aberta, única direta e brutal.”* (MARX e ENGELS, 1982, p. 96). Ao revolucionar o mundo, a burguesia proporcionou aos homens a condição de enxergar as contradições de classe social. Foi do estudo dessas condições que Marx e Engels contribuíram para a luta pela emancipação humana ao formular um método de análise da realidade capaz de apresentar os meios possíveis de superar a exploração do homem.

O estudo das lutas de classes, tomadas em bases materiais, permitiram superar as visões utópicas que criticavam a exploração humana em bases morais abstratas (MÉSZÁROS,

2006, p.45) por uma visão prática e concreta em bases científicas, filosóficas capazes de enxergar a história numa dimensão ontológica.

Marx e Engels apontam no manifesto os proletários como a classe social revolucionária forjada pela própria burguesia, pois esta, *“não forjou apenas as armas que representam sua morte; produziu também os homens que manejarão essas armas – o operariado moderno – os proletários”*. (MARX e ENGELS, 1982, p.99). Aqui se tem o início de uma polêmica que se manifestará posteriormente entre os autores marxistas, o proletariado identificado como o operariado moderno, ou seja, aquele que trabalha diretamente na produção dos valores de uso, valores estes que se tornarão mercadoria no processo de circulação necessário ao sistema.

No século XIX, quando o desenvolvimento do capitalismo se mostrava de uma maneira mais brutal, explorando a mão-de-obra de maneira impiedosa submetendo os trabalhadores a jornadas diárias exaustivas, sem direitos trabalhistas como os que seriam conquistados no século seguinte, onde as camadas inferiores da classe média caíam no proletariado, os autores do Manifesto desenvolveram seu estudo tomando por base o proletariado como o trabalhador da indústria moderna.

A questão é que essa concepção de proletariado foi questionada por autores que, iniciando-se em meados do século XX, enxergaram mudanças importantes nesse proletariado e na sociedade em geral. Ricardo Antunes, ciente desse debate, abordou a questão em sua obra *Sentidos do Trabalho*, e apresentou uma concepção ampliada de classe proletária. De acordo com ele *“classe que vive do trabalho, a classe trabalhadora, hoje inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos (no sentido dado por Marx)”* (ANTUNES, 2009, p.102), ou seja, aqueles trabalhadores que produzem a riqueza social necessária para o sistema, a mais-valia. No *Capital*, esses trabalhadores são aqueles que se relacionam com a natureza, transformando-a, através da produção de valores de uso (MARX, 2017, p.255).

Mas, para Antunes classe trabalhadora *“não se restringe, portanto, ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado”* (ANTUNES, 2009, p.102). Nesse momento, a concepção de proletariado se amplia permitindo a inclusão de profissionais de outras categorias que não trabalham especificamente com a transformação da natureza: são os empregados nos setores de serviço. Antunes nos alerta ainda que:

Sendo o trabalho produtivo aquele que produz diretamente mais-valia e participa diretamente do processo de valorização do capital, ele detém, por isso, um papel de

centralidade no interior da classe trabalhadora, encontrando no proletariado industrial o seu núcleo central (ANTUNES, 2009, p. 102).

Portanto, por questões de coerência com a teoria marxista, o Antunes sustenta a importância ontológica do trabalho produtor direto da mais-valia, que enfrenta, em bases materiais diretas a contradição central com os proprietários dos meios de produção.

Antunes completa incluindo em seu conceito *“além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força para o capital”* (ANTUNES, 2009, p. 103) e, toma o cuidado de excluir, *“naturalmente, os gestores do capital, seus altos funcionários ou ainda aqueles que, de posse de um capital acumulado, vivem da especulação e dos juros”*. (ANTUNES, 2009, p. 104).

O conceito criado por Ricardo Antunes é denominado por ele de *“classe que vive do trabalho”*. Tal conceito apresenta certa relatividade em seu uso. A começar pelo fato de que é por meio do trabalho, enquanto trabalho social, produtor dos valores de troca, que ocorre a produção da riqueza material da sociedade (MARX, 2008, p. 62.), sendo, na verdade, que *“o trabalho é a condição natural da existência humana, a condição independentemente de todas as formas sociais, do intercâmbio da matéria entre homem e natureza”*. (MARX, 2008, p.62 e 63). Na Contribuição para a crítica da economia política, Marx nos diz ainda que:

O capital, entre outras coisas, é também um instrumento de trabalho, é trabalho passado, objetivado. Logo, o capital é uma relação natural, geral, pois separa precisamente o que é específico e o que do “instrumento de produção”, do “trabalho acumulado”, se torna capital (MARX, 2008, p.240).

Portanto, sob certo ângulo pode-se dizer que, no contexto histórico-social do capitalismo plenamente consolidado, todas as classes vivem do trabalho, inclusive a burguesia, que se apropria da riqueza socialmente produzida. Embora, na Crítica ao programa de Gotha, Marx nos alertava de que:

O trabalho não é a fonte de toda riqueza. A natureza é a fonte dos valores de uso (os valores de uso são de fato, a riqueza real!) tanto quanto o trabalho, trabalho que é a expressão de uma força natural, a força de trabalho do homem (MARX, 2013, p. 101)

Esse alerta serve para o cuidado que devemos ter em não absolutizar determinados conceitos e interpretações para não incorrerem em erros de análise. Esses conceitos encontram seus limites na própria condição histórica, onde ele é desenvolvido. Os textos de Marx e Engels fazem referências a longos períodos históricos, a diversos modos de produção, a diversos estágios do desenvolvimento das forças produtivas. Para que nossa análise não caia em erro, devemos saber situar os conceitos a partir do que nos apresenta a realidade

materialmente existente que, no nosso caso atual, é a realidade capitalista em um momento de expansão neoliberal.

Ainda no texto da Crítica ao programa de Gotha, Marx fala dos valores de uso como sendo, de fato, a riqueza material, mas, nesse caso ele faz uma referência geral abstrata da riqueza ao longo do desenvolvimento histórico. Quando se refere ao sistema socioeconômico capitalista, na sua Contribuição para uma crítica da economia política, sua análise é mais específica. Ele nos diz que:

Enquanto produz valores de uso, torna-se falso dizer que o trabalho é a fonte única da riqueza por ele produzida, isto é, da riqueza material. Pois, se o dito trabalho é a atividade que adapta a matéria a tal ou qual fim, subentende-se que a matéria lhe é necessária (MARX, 2008, p.62).

Para o autor da obra, o trabalho que cria valor de troca, que se manifesta na circulação de mercadorias, é o trabalho especificamente social, cujo valor é medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção. (MARX, 2008, p.63)

Sendo, portanto, a natureza a verdadeira fonte da riqueza material, temos que os indivíduos que se apropriam dessa fonte de riquezas por meio da superestrutura social fundada para legitimar seu domínio sobre a maioria da população, não podem ser considerados uma classe que vive do trabalho, pois:

Só enquanto o homem se coloca, desde o início, como proprietário em relação à natureza, a fonte primeira de todos os meios e objetos de trabalho, e a trata como se ela (a natureza) lhe pertencesse, é que o seu trabalho se converte em fontes de valores de uso, e, portanto, em fonte de riqueza (MARX, 2008, p.101 e 102).

O termo genérico “homem” usado por Marx nesse texto, não é suficiente para desvelar as contradições de classe presentes na sociedade. A contradição fundamental da sociedade é a contradição entre capital e trabalho e, é claro, os trabalhadores representam o trabalho, enquanto pólo dialeticamente oposto, a burguesia, representa o capital. Podemos assim, restringir a classe que vive do trabalho em oposição aos capitalistas, proprietários dos meios de produção. Tal fato pode esclarecer a questão, pois, a classe que se apropria dos recursos naturais como meios de produção está, forçosamente, expropriando os produtores da riqueza.

O conceito de “*classe que vive do trabalho*”, porém, dentro do que nos propomos nessa pesquisa não corresponde, necessariamente ao conceito de classe que nos permita analisar as contradições do segmento de classe que pretendemos estudar: a dos professores enquanto profissão docente. Esse alargamento do conceito de classe apresentado por Ricardo Antunes poderia incluir a categoria docente entre os “que vivem do trabalho”, mas a nosso ver, entra em contradição com as delimitações de nossa pesquisa.

Sérgio Lessa, em sua obra, *Serviço social e trabalho: porque serviço social não é trabalho*, nos exemplificava da seguinte maneira:

Enquanto o operário atua sobre um pedaço de ferro para transformá-lo, o assistente social tem que atuar sobre indivíduos para forçá-los e/ou convencê-los a se comportarem de determinada maneira. No segundo caso, a ação envolve a ação da ideologia, no primeiro caso, a ideologia está presente apenas do lado do operário e não da matéria a ser transformada (LESSA, 2012, p. 66).

Para este autor, fundamentado em Marx, o conceito de trabalho está restrito a relação entre o homem e a natureza, num processo onde o homem a modifica, ao mesmo tempo em que também é modificado. Para ele, fora do intercâmbio da natureza, o que pode ser transformada são as relações sociais. (LESSA, 2012, p. 66). Ele completa afirmando que matéria-prima e relações sociais são coisas ontologicamente distintas.

Lessa diz ainda no mesmo texto que assistentes sociais e educadores são parte da porção parasitária da sociedade, pois não produzem a riqueza que move e sustenta a sociedade, como o fazem os operários (LESSA, 2012, p 68). Ele denomina esses setores da sociedade de “*classes de transição*”.

Aqui, chega-se a uma terceira dificuldade do nosso estudo cujo objeto pesquisado é especificamente a consciência de classe dos professores, enquanto categoria profissional. Todas as dificuldades apresentadas até aqui se tornam ainda mais complexa quando dedicamos esse estudo a um segmento de classe com características próprias que, como diria Lessa, trabalha com categorias ontologicamente diferentes da classe operária. Nesse sentido, se faz necessário, definir em qual classe social os docentes estão localizados, se são proletários ou não, se realizam trabalho ou a sua atividade não pode ser definida ontologicamente dessa maneira e, o mais importante, como eles se relacionam com a consciência de outros indivíduos.

O texto de Lessa coloca atividade exercida pelos professores, da mesma maneira que a dos profissionais do serviço social, numa condição de não trabalho. Na verdade, a metodologia empregada parte do trabalho, como Marx conceituou no *Capital*, livro 1, como o fenômeno originário, o modelo do ser social. Nesse momento, a contribuição de Lukacs, em sua obra, *Para uma ontologia do ser social*, é imprescindível para esclarecer o fio condutor desse processo de formação de consciência.

Nessa obra, o autor húngaro parte do conceito do trabalho para explicar as questões de alienação e estranhamento presentes na sociedade capitalista. Lukacs, fazendo crítica do marxismo característico da Segunda internacional e também do stalinismo desenvolve sua

compreensão das obras de Marx e Engels como uma ontologia que nos permite compreender a totalidade do sistema capitalista e seus complexos sociais. Nesse ponto a centralidade do trabalho é essencial, pois para Marx:

O trabalho não é uma das muitas formas fenomênicas da teleologia em geral, mas o único ponto onde se pode demonstrar ontologicamente um pôr teleológico como movimento real da realidade material (LUKÁCS, 2013, p.51).

Atualmente, a centralidade do trabalho tem sido deixada de lado pela centralidade da política. Os movimentos sociais que lutam contra o capitalismo têm adotado uma análise da sociedade e um discurso de enfrentamento contra aspectos socioculturais que, de fato, expressam todo um sistema de opressão, mas, o fazem ignorando (ou pulverizando) questões de classe social e os aspectos centrais do funcionamento do sistema.

Não são poucos os movimentos que, se não negam totalmente o proletariado como sujeito da revolução socialista o dissolve em outros sujeitos, utilizando categorias como “excluídos” ou “minorias”, por exemplo. Ou, pior ainda, criam um novo conceito de proletários, onde cabem diversos atores sociais, como intelectuais, professores, cientistas e até militares. A confusão em torno do próprio conceito de “trabalho” tem sido um dos motivos desse deslocamento da centralidade do trabalho para a centralidade da política.

Como consequência desse abandono da crítica ao fundamento central da constituição humana, temos um rebaixamento do nível da própria consciência de classe. Como dissemos anteriormente, nosso trabalho de dissertação estará analisando os obstáculos à formação da consciência de classe de uma importante categoria profissional, das mais atuantes nas lutas sociais do século XXI, os professores.

Nosso desafio, inicialmente, será localizar em qual classe social se encaixa essa categoria profissional. Isso será necessário para compreender o seu potencial revolucionário ou não. Karl Marx dizia, na sua juventude que:

De todas as classes que hoje se defrontam com a burguesia, apenas o proletariado é uma classe realmente revolucionária. As outras classes decaem e por fim desaparecem com o desenvolvimento da indústria moderna, mas o proletariado é o seu produto mais autêntico. As classes médias inferiores, os pequenos industriais, os pequenos fabricantes, os artesãos, os camponeses, todos lutam contra a burguesia, para garantir a sua existência como parte da classe média. Portanto, não são revolucionárias, mas conservadoras e, mais ainda reacionárias. Se por acaso tornam-se revolucionárias é em consequência de sua iminente transferência para o proletariado (MARX e ENGELS, 1982, página 103).

Pode-se compreender os professores como integrante da “classe média inferior” citada no texto e, desse ponto de vista, enxergá-la como conservadora reacionária. Mas, para afirmar

isso com a precisão que a pesquisa exige devemos buscar em Marx e Engels como eles conceituam a classe proletária e também as outras classes sociais. Tais conceitos estão diluídos em suas obras que serão leituras obrigatórias em nossa pesquisa. São imprescindíveis as leituras do Manifesto Comunista, da Ideologia Alemã, dos Manuscritos Econômicos e Filosóficos, da Crítica ao Programa de Gotha, Contribuição a crítica da economia política, do Capital, especialmente, o livro 1, o 18 Brumário de Luís Bonaparte, entre outros.

Marx alertava na Crítica ao Programa de Gotha que: *“é também um absurdo dizer que as classes médias, “juntamente com a burguesia” e, sobretudo, com a aristocracia feudal, “formam uma só massa reacionária” diante da classe trabalhadora”* (MARX, 2012, Páginas 23 e 24).

Entende-se com isso que, para Marx, a posição política das classes médias diante das contradições do sistema não é algo dado a priori, mas uma disputa que ocorre, de maneira velada ou não na nossa sociedade. A burguesia utiliza suas ferramentas de controle ideológico (imprensa, religião, política e outros), não apenas sobre a classe proletária, mas também sobre outras classes que compõem a sociedade. Do outro lado, existe a disputa pela consciência dessas classes para a causa da emancipação humana que só pode ser promovida pela emancipação dos proletários enquanto classe, como entendeu Marx.

Para desenvolver esse estudo dentro de uma perspectiva ontológica a questão do método é fundamental. Tomar como objeto de estudo a consciência política de uma classe social ou apenas de um segmento de classe exige a utilização de todo o aparato teórico disponível nas obras de Marx e Engels. Porém, como alertava Paulo Netto, o marxismo passou por deformações vindas do exterior e também do interior de suas fileiras (PAULO NETTO, 2011) De seu interior as deformações vieram das bases positivistas dominantes nas elaborações dos principais teóricos da Segunda Internacional, Kautsky e Plekhanov. Tais elaborações levaram, segundo Paulo Netto, a uma:

(...) farta literatura manualesca, apresentando o método de Marx como resumível nos "princípios fundamentais" do materialismo dialético e do materialismo histórico, sendo a lógica dialética "aplicável" indiferentemente à natureza e à sociedade, bastando o conhecimento das suas leis (as célebres "leis da dialética") para assegurar o bom andamento das pesquisas. Assim, o conhecimento da realidade não demandaria os sempre árduos esforços investigativos, substituídos pela simples "aplicação" do método de Marx, que haveria de "solucionar" todos os problemas: uma análise "econômica" da sociedade forneceria a "explicação" do sistema político, das formas culturais etc. (PAULO NETTO, 2011, p.12 e 13).

Essa deformação do marxismo se estendeu ao período de apogeu do stalinismo e deixou uma imagem de um método estático de análise da realidade que pouco contribuiu para

uma compreensão coerente do real. Buscava-se encaixar a realidade num esquema pré-fabricado de modelos de desenvolvimento histórico. Tal método foi tachado de determinista por colocar todos os complexos sociais como derivação das bases econômicas. Paulo Netto coloca uma explicação a qual:

Engels, em carta de 1890, já advertira contra essa deformação: recordando que Marx e ele sustentavam tão somente a tese segundo a qual a produção e a reprodução da vida real **apenas em última instância determinavam a história** (PAULO NETTO, 2011, p.13 e 14).

Lukács também destacava a importância de *“rejeitar qualquer dedução ontológica”* do edifício, do ordenamento das categorias partindo do seu conceito em geral, *“abstratamente apreendido”* (LUKÁCS, 2013, p.117) e, ao mesmo tempo *“rejeitar, do mesmo modo, a ontologia vulgar-materialista que vê as categorias mais complexas como simples produtos mecânicos das mais elementares e fundantes”* (LUKÁCS, 2013, p.117).

Todo esse cuidado se faz necessário nas ciências sociais nos dias de hoje, inclusive, como forma de lutar pela permanência de uma metodologia de estudo fundamentada em uma teoria capaz de apresentar os fundamentos históricos e ontológicos de um processo real de uma teleologia posta por um sujeito revolucionário.

Dessa forma, será possível produzir estudos acadêmicos pautados numa teoria como uma *“modalidade peculiar de conhecimento, tal como entendia Marx”* (PAULO NETTO, 2011, p.20). Ao mesmo tempo, a teoria se distinguia de outros conhecimentos na sua relação entre sujeito e objeto, para Paulo Netto:

(...) a teoria se distingue de todas essas modalidades e tem especificidades: o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto - de sua estrutura e dinâmica - tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto (PAULO NETTO, 2011, p.20 e 21).

Portanto, o sucesso da pesquisa consiste não em *“encaixar”* o objeto de estudo num esquema pré-fabricado de conhecimento produzido pelo sujeito que realiza a pesquisa. O objeto precisa demonstrar sua essência para o pesquisador. Nas ciências humanas, o instrumental fornecido por Marx e Engels foi fundamental para o desenvolvimento de uma teoria capaz de nos esclarecer as contradições sociais presentes no mundo capitalista. Engels dizia, no seu prefácio para o 18 Brumário de Luís Bonaparte que:

Marx foi o primeiro a descobrir a grande lei do movimento da história, a lei segundo a qual todas as lutas históricas travadas no âmbito político, religioso, filosófico ou em qualquer outro campo ideológico são de fato apenas a expressão mais ou menos nítida de lutas entre classes sociais, a lei segundo a qual a existência e, portanto, também as colisões entre essas classes **são condicionadas, por sua vez, pelo grau de desenvolvimento da sua condição econômica, pelo modo da sua produção e pelo modo do seu intercâmbio condicionado pelo modo de produção.** Essa lei, que para a história tem a mesma importância do que a lei da transformação da energia para a ciência natural – essa lei lhe proporcionou, também nesse caso, a chave para a compreensão da história da Segunda República francesa. E essa história lhe serviu para submeter a sua lei à prova, tanto é que, trinta e três anos depois, ainda temos de reconhecer que ela passou no teste com brilhantismo. (MARX, 2011, Prefácio à 3ª edição [de 1885] Friedrich Engels do 18 Brumário de Luís Bonaparte, p. 22).

Engels se mostrava empolgado pela descoberta de Marx, mas como dissemos anteriormente, esse “condicionamento pelo grau de desenvolvimento da sua condição econômica, do seu modo de produção” não significa, em hipótese alguma, determinismo econômico, na teoria marxista. Por isso, uma visão ontológica permite nos dizer que Marx se refere ao ser social, ou seja, ao ser originário a partir de um por teleológico primário, o trabalho, como descrito por Lukacs. Além disso, para Paulo Netto, Marx e Engels trabalhavam com categorias históricas e transitórias e, dessa forma, as categorias presentes no capitalismo só tem validade no marco de produção desse sistema socioeconômico.

Paulo Netto, fundamentado em Marcuse, Lukacs e Barata Moura, nos descreve três categorias articuladas na metodologia de Marx, a totalidade, a contradição e a mediação.

Essa leitura nos permite entender que o método que deve ser utilizado em nossa pesquisa não pode ser outro que não o ontométodo, pois este trabalha com a necessidade de enxergar o ser humano como sujeito de sua história, como aquele ser capaz de transformar a realidade social em que vive. Esse método permite ver o ser humano em sua totalidade, compreendendo o contexto global onde ele está inserido e que a ação humana pode transformar globalmente esse mundo. Tal método percebe a conexão entre as diferentes partes do todo e nos permite estudá-las evitando erros como o de tomar o todo pela parte, ou de, ignorar a parte analisando apenas o todo. Essa totalidade, constituídas por totalidades de menor complexidade é dinâmica como explica Paulo Netto:

(...) seu movimento resulta do caráter contraditório de todas as totalidades que compõem a totalidade inclusiva e macroscópica. Sem as contradições, as totalidades seriam totalidades inertes, mortas - e o que a análise registra é precisamente a sua contínua transformação. A natureza dessas contradições, seus ritmos, as condições de seus limites, controles e soluções dependem da estrutura de cada totalidade - e, novamente, não há fórmulas/formas apriorísticas para determiná-las: também cabe à pesquisa descobri-las (PAULO NETTO, 2011, p.57).

É a partir dessas contradições que podemos perceber a dinâmica da sociedade capitalista no seu processo de mudanças que como já vimos, tais mudanças são oriundas das lutas de classes que ocorrem na sociedade. Para compreendermos essa dinâmica precisamos fazer uma análise histórica- crítica da realidade para enxergar o objeto de estudo na sua plenitude ontológica.

O método ontológico tendo por base as obras de Marx nos permite compreender a ontologia do ser social, ação extremamente necessária nos dias atuais para a compreensão da realidade e das diferentes visões de classe social no mundo capitalista. Ivo Tonet escrevendo sobre esse método afirmava que:

(...) a sociedade burguesa, pela sua natureza permite e, ao mesmo tempo, interdita a compreensão científica da realidade social. Abrem-se, assim, dois caminhos para a compreensão dessa realidade. De um lado, a elaboração de um conhecimento que contribua para a reprodução desta forma de sociabilidade. De outro lado, uma teoria que possibilite uma compreensão que articule a crítica radical com a transformação também radical da sociedade (TONET, 2013, pág. 66).

O desenvolvimento atual do modo de produção capitalista permite, contraditoriamente, por um lado, o desenvolvimento de teorias que escondem a alienação, fazendo uso da ciência como ideologia por sua função social (LESSA, 2015, p.45), e, permitem, por outro lado, o uso de uma teoria que possibilita uma compreensão capaz de articular a crítica radical com a transformação também radical da sociedade. Não temos o luxo de abrir mão dessa segunda ferramenta. A coerência do método também se articula com a sua necessidade histórica. Se uma elaboração teórica aponta para a emancipação humana, e entendemos a expressão “humana” como uma totalidade, essa teoria precisa explicar se de fato existe e como existe essa totalidade. Deve compreender todas as suas contradições para apontar saídas para a sua principal problemática. Ivo Tonet afirma:

Isso também implica a demonstração do caráter de totalidade do ser social. Qualquer ação que pretenda transformar o mundo em sua totalidade e não apenas alguma parte dele pressupõe que este mundo seja, de fato, uma totalidade, ou seja, um conjunto de partes essencialmente articuladas entre si, que haja uma hierarquia entre as partes que o compõem e que exista algo – uma substância – que confira unidade e, pelo menos, uma certa permanência a esse conjunto. Não faria sentido pleitear uma mudança integral do mundo se ele fosse apenas um amontoado de partes aleatoriamente conectadas. Neste caso, o mundo social sequer existiria (TONET, 2013, pág. 68).

Afirmar a totalidade e, ao mesmo tempo, a possibilidade de ruptura com sua lógica por meio de uma ação coletiva embasada numa consciência, necessariamente, também coletiva de um grupo social, nos coloca a problemática de definir qual é o princípio que faz a ligação entre a consciência emancipadora e a realidade concreta que precisa ser superada. Isso é

importante para não correremos o risco de cair num subjetivismo ou num idealismo que superdimensiona o papel da consciência, ou mesmo num materialismo vulgar que enxergue a consciência como um mero reflexo do real socialmente posto. Ivo Tonet nos colocava o pensamento de Marx sobre o assunto da seguinte maneira:

Marx constata que materialismo e idealismo, as duas grandes concepções acerca da realidade, têm uma lacuna fundamental. Ambas reduzem a realidade a determinados elementos, que certamente a integram, mas que são tomados abstratamente. Para o materialismo, a realidade é vista apenas como algo exterior ao homem, como algo despidido de subjetividade. Para o idealismo, ao contrário, a verdadeira realidade é a realidade da ideia, do espírito. Ambos foram incapazes de identificar o princípio que confere unidade a estes dois momentos. Para Marx, este princípio é a práxis, a “atividade humana sensível”, a “atividade real, sensível”. Espírito e matéria, consciência e realidade objetiva, subjetividade e objetividade são dois momentos que constituem uma unidade indissolúvel. E a práxis é esta atividade mediadora que faz com que da conjunção desses dois momentos se origine toda a realidade social (TONET, 2013, pág. 78).

Esse resgate do conceito de práxis e seu uso ontológico é algo necessário, visto que elaborar uma pesquisa acadêmica em torno de uma categoria como “consciência” não é algo simples, devido ao risco de desabar no idealismo que despreze as contradições materiais de existência histórica do ser humano. Classe e consciência de classe são duas categorias ontológicas distintas, apesar de inseparáveis, como disse Thompson cujas bases estão assentadas no processo primeiro de autoconstrução humana por meio de trabalho. Esse primeiro momento de interação do homem com a natureza se dá por meio de uma práxis primária. As relações dos homens entre si ocorrem por meio de práxis secundárias. Uma boa compreensão dessa práxis humana é necessária para o bom resultado da pesquisa. Afinal, essa práxis secundária onde ações humanas agem ocorre sobre as consciências humanas e, como dizia Tonet: *“O exame deste processo mostra que a consciência não vem de fora – de algum lugar transcendente – mas se cria, sobre uma base natural, no mesmo momento em que se cria a realidade social objetiva”* (TONET, 2013, pág. 86). Ou seja, compreender a exata relação entre consciência e realidade objetiva por meio da práxis é central no uso do método.

Assim, fazendo uso desse método, algumas questões necessitarão ser respondidas: qual a classe social em que se encontram os professores? Seria essa classe conservadora ou revolucionária apenas nos momentos de crise, ou essa classe é conservadora e reacionária de maneira ahistórica, isto é, em todos os momentos ela irá expressar uma posição social de defesa do opressor, independente do contexto onde está inserida. A resposta a essas questões não podem ser dadas sem uma leitura aprofundada da leitura marxista tomando por base uma concepção ontológica. É disso que trata essa dissertação cujo objetivo central consiste em

compreender o processo de formação da consciência de classe social numa categoria que trabalha com consciências como é o caso dos professores, enquanto categoria docente.

No desenvolvimento dessa pesquisa será necessária a coleta de dados sobre as condições sociais dos professores, bem de sua participação nos processos de luta do final do século XX e início do século XXI. Nessas lutas eu tive a honra de participar ativamente no processo, desde as organizações de base, como os zonais (reuniões de base da categoria por localização geográfica, tomando por base as regionais), os movimentos de oposição sindical e as assembleias. A participação ativa nessas lutas nos dá a condição de conhecer a dinâmica interna das mesmas e, acompanhado de uma leitura teórica sobre o movimento sindical, é possível perceber o contexto histórico da luta e analisar as suas contradições.

Delimitaremos nossa pesquisa às lutas e a organização sindical e política dos professores do estado do Ceará, especialmente da rede pública estadual sem desprezar os dados nacionais que permitem uma melhor compreensão das condições materiais dessa categoria, especialmente dados do MEC, obtidos via INEP, por meio do ENADE–Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes. A pesquisa de análise de perfil dos estudantes de licenciatura permite ter uma noção da origem social dos futuros professores. Esse dado é fundamental para uma análise do processo de formação da consciência de classe.

Essa delimitação é necessária porque, como vimos, a formação da consciência é um processo histórico contínuo que ocorre numa totalidade compreensível ontologicamente, e que, apesar de não se encerrar em curtos períodos de tempo, a sua compreensão se torna possível tomando uma amostra de um período e espaço devidamente delimitados para uma melhor apreensão do real. Temos acordo com Lukács quando ele nos dizia em *Para uma ontologia do ser social* que:

(...) a consciência socialmente operativa precisa espelhar certos momentos reais, importante no momento temporal dado, e transpô-los para a práxis humana para que possa se afirmar como fator histórico. Por outro lado, é impossível que esses conteúdos da consciência possam ou devam estar livres dos erros, das limitações etc. de sua gênese, de sua conservação pela memória da sociedade, de suas possibilidades de aplicação, já por terem uma origem concretamente histórico-social e tornarem-se objetos de objetos de decisões alternativas numa situação histórico-social concreta (LUKÁCS, 2013, p. 211).

Abordaremos as questões expostas em três capítulos. No primeiro faremos a análise ontológica do processo de formação do ser social tomando por base a centralidade do trabalho como compreenderam Lukács e os estudiosos de suas obras. No segundo capítulo a abordagem que faremos será a da compreensão dos diferentes conceitos de classes sociais por diferentes visões de marxistas e, fundamentalmente, o conceito de classe social trabalhado por Marx e Engels. Será abordado nesse capítulo também o conceito de classe em si e classe para

si, ou seja, a consciência histórica de pertencimento a uma classe social. No terceiro capítulo serão analisados todos os elementos que se encontram no processo da formação dos professores desde a sua formação acadêmica, passando pelas experiências profissionais, pela legislação relacionada ao seu trabalho, pelas suas relações com as lutas específicas (sindicais) e com as lutas gerais da sociedade (políticas), bem como as dificuldades na formação de sua consciência proporcionadas pela própria organização do trabalho nos moldes capitalistas. Deverão ser abordadas também diferentes ideologias que perpassam esse processo.

2 TRABALHO E SOCIABILIDADE HUMANA

Este capítulo trata do processo de formação do ser social em sua perspectiva ontológica partindo do momento em que o ser humano, por meio do trabalho, superou a sua condição puramente biológica, dando um salto qualitativo na sua relação com a natureza sendo capaz de transformá-la. Ao final do capítulo, analisaremos como a apropriação do trabalho por uma minoria se torna a base para a alienação do trabalhador e de toda a sociedade.

2.1 Trabalho como protoforma do ser social

Karl Marx inicia sua Crítica ao Programa de Gotha, polemizando com a frase: “*O trabalho é a fonte de toda riqueza e toda cultura*”. Ele afirma que essa frase é Ferdinand Lassale que expressa uma ideologia burguesa presente no interior do Partido Social Democrata Alemão. Marx corrige essa afirmação nos dizendo que:

O trabalho não é a fonte de toda riqueza. A natureza é a fonte dos valores de uso (e é em tais valores que consiste propriamente a riqueza material!), tanto quanto o é o trabalho, que é apenas a exteriorização de uma força natural, da força de trabalho humana (MARX, 2012, p. 24).

A razão dessa crítica de Marx a Lassale se justificava porque o pensamento burguês na época colocava as leis do sistema capitalista como leis naturais independentes do processo histórico, possíveis de serem conhecidas por métodos distantes de sua compreensão ontológica. Dessa forma, interessava aos ideólogos burgueses passar a falsa ideia que o trabalho em si mesmo era uma fonte de riqueza porque a força de trabalho era a única coisa que a classe proletária possuía para “negociar” com a burguesia. Para Marx e Engels, profundamente envolvidos com a política alemã na época, e em divergência na Primeira internacional com o anarquismo de Mikhail Bakunin, não era possível admitir que um pensamento burguês penetrasse nas fileiras do partido sob pena dessa ideologia rebaixar o nível de compreensão da realidade dos trabalhadores o que enfraqueceria o seu processo de luta.

Mas, a rigor a devida compreensão do que seja o trabalho não é possível sem um estudo ontológico cuidadoso a partir da base material de existência humana. Na polemica com Lassale, Marx afirma que o trabalho humano é uma força natural, fazendo, portanto, parte da natureza. Então, o estudo da força de trabalho seria unicamente o estudo da natureza, não é mesmo? No Capital, Marx, define o trabalho antes de tudo, como:

(...) um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeças e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, a sua própria natureza. (MARX, O capital, p.327 e 328).

Percebe-se nessa parte do capital que Marx se refere a natureza externa, as forças naturais pertencentes a corporeidade humana e a própria natureza humana, ou seja, temos aqui três esferas que são fundamentais para a compreensão do pensamento marxiano. Essa polêmica em torno do trabalho e a natureza é importante porque ela nos mostra toda a natureza ontológica presente no debate. Gyorgy Lukács lança luz sobre esse tema desenvolvendo uma ontologia que nos permite compreender a dimensão do pensamento de Marx. A ontologia de Lukács enxerga a humanização do homem como um complexo oriundo do trabalho. Ele é base da constituição do ser humano enquanto ser humano. Mas, para compreender esse processo ontológico ele parte de três esferas que estão implicitamente compreendidas na frase de Marx. Sergio Lessa, explicou essas três esferas em sua obra, da seguinte forma:

Para Lukács, portanto, existem três esferas ontológicas distintas: a inorgânica, cuja essência é o incessante tornar-se outro mineral; a esfera biológica, cuja essência é o repor o mesmo da reprodução da vida; e o ser social, que se particulariza pela incessante produção do novo, através da transformação do mundo que o cerca de maneira conscientemente orientada, teleologicamente posta (LESSA, 2015, p. 16).

Essas três esferas, apesar de distintas, como disse Sergio Lessa, estão articuladas, de uma maneira essencial para o desenvolvimento da última delas, pois é necessário existir a esfera inorgânica para que haja vida e é necessário que haja vida para que exista o ser social. Compreender a relação do ser humano com a natureza é essencial porque, como dizia Marx, o próprio homem faz parte da natureza, ou seja, o trabalho humano é natural. Porém, Lukács na esteira de Marx, apresenta-nos o momento com o qual ocorre um salto ontológico, um salto de qualidade, fazendo o ser humano tornar-se verdadeiramente humano, o momento de ruptura com o mundo natural, onde a esfera social se realiza e esse momento é, exatamente, o trabalho humano como o concebeu Marx.

Para o Lukács, o trabalho ocorre em um processo com dois momentos distintos: a prévia ideação e a objetivação. A prévia ideação é o momento abstrato onde o ser humano planeja em sua mente o objeto que será construído. Nesse momento ele antevê todos os passos na confecção de seu objeto e onde ele imagina a utilidade do mesmo e as características

necessárias para atingir seus objetivos. É um momento de idealização onde o objeto é projetado em sua mente com as características necessárias para o seu uso.

Após a prévia ideação chegamos ao momento da realização prática do que foi projetado, a confecção do objeto. Esse momento da objetivação é que nos permite caracterizar e conceituar a prévia ideação, pois, sem a confecção do objeto que foi idealizado não houve o trabalho e, para que haja trabalho é necessário que haja a transformação da natureza por parte de uma ação consciente humana, bem como para que haja o salto ontológico é necessário aquele momento em que o ser humano primitivo consegue modificar a natureza de uma maneira a romper com seus limites biológicos. Nesse momento inicia-se a humanização do homem. Ele rompeu os limites da natureza e passa ser o criador de sua forma de existência.

Os outros animais não conseguem promover esse salto ontológico, permanecendo na esfera biológica. Por mais que eles possuam características que também os permitem construir objetos, estes se fazem dentro dos limites puramente biológicos. De acordo com Marx:

Nós supomos o trabalho numa forma em que ele pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha realiza operações que se assemelham às do tecelão e uma abelha, através da construção dos seus alvéolos de cera, envergonha muitos mestres-de-obras humanos. O que, porém, de antemão distingue o pior mestre-de-obras da melhor abelha é que ele construiu o alvéolo na sua cabeça antes de o construir em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que, no começo do mesmo, já na ideia do operário, portanto, já idealmente, se achava presente. Não que ele apenas opere uma modificação de forma do natural; ele realiza, ao mesmo tempo, no natural o seu objetivo, que ele conhece, e que determina como lei o modo do seu agir e ao qual ele tem de subordinar a sua vontade. E esta subordinação não é nenhum ato isolado. Para além do esforço dos órgãos que trabalham é requerida, para toda a duração do trabalho, a vontade conforme ao objetivo, que se exterioriza como atenção, e é tanto mais requerida quanto menos ele — pelo próprio conteúdo e o modo da sua execução — entusiasma o operário, quanto menos este desfrute daquele como jogo das suas próprias forças corporais e espirituais (MARX, 2017, p. 255 e 256).

O momento da prévia ideação é determinante para diferenciar o trabalho puramente natural do trabalho socialmente construído, o trabalho humano. É nesse momento que o ser humano dá o salto ontológico que o caracteriza como uma espécie diferente das demais, pois, ele adquire um poder criador sobre a natureza. Ele perde se não integralmente, mas com certo nível de autonomia, a sua dependência com os laços puramente biológicos. Esse é o momento de geração de riqueza que para Marx, somente existe por consequência do trabalho humano. A partir desse momento, o homem se faz humano e criam-se as condições do surgimento de outros complexos sociais.

Isso se dá porque no momento que o homem transforma a natureza, ele também se transforma. A sua relação com outros seres humanos adquire novas características que serão mediadas por outros complexos que surgem a partir do trabalho.

Após o momento da previa ideação e da objetivação, ocorre um terceiro momento que é o da exteriorização. Esse se dá quando se percebe que o objeto criado é um novo ser diferente do sujeito criador. Ele possui características que podem não corresponder ao que foi previamente idealizado pelo homem primitivo. Em sua mente o homem primitivo imaginou construir um machado com o propósito de obter um melhor desempenho na caça do que os seus colegas do bando, porém seu machado se mostra inferior para caçadas, mas cumpre uma função mais eficiente nos trabalhos básicos de sua tribo, como cortar pequenas plantas, por exemplo.

Isso ocorre porque o objeto exteriorizado é diferente do sujeito criador, podendo, inclusive, sobreviver a sua morte ficando como um legado. Para o marxismo, é importante compreender essa diferença ontológica entre sujeito e objeto porque ela aparecerá de diversas formas ao longo do processo histórico. Sérgio Lessa, em sua obra *Para compreender a ontologia de Lukács* nos adverte que:

Sem objetivação/exteriorização não há nenhuma transformação teleologicamente posta do real; sem exteriorização/objetivação não há vida social, portanto não há sujeito. Ser humano, para Lukács, significa uma crescente capacidade de objetivar/exteriorizar – isto é, transformar o mundo segundo finalidades socialmente postas (LESSA, 2015, p. 25).

Essa transformação do real apontada por Lessa é essencial para que possamos constatar o processo de humanização do homem. Se ele não transforma o real, ele não se humaniza. Portanto, os três momentos: previa ideação, objetivação e exteriorização formam todo um complexo que se conclui no surgimento do homem humanizado.

Mas, tais momentos não ocorrem em condições ahistóricas, possíveis de serem conhecidas de maneira abstrata. Esses momentos ocorrem dentro de uma totalidade. Essa é uma categoria fundamental para a compreensão dos fenômenos sociais tomando por base o método ontológico.

Os seres humanos não agem de maneira isolada da realidade que os cercam, pois eles estão inseridos num contexto complexo que sofre intermediações da realidade natural e das relações que estabelecem com outros indivíduos, ou seja, os seres humanos trabalham com os recursos naturais de que dispõem e nas condições sociais presentes na sociedade onde se encontram. Essas intermediações são a causalidade que se relacionam com todo o processo

teleológico. Os seres humanos agem para transformar a natureza, mas o fazem motivados pelas necessidades existentes na totalidade social onde estão localizados.

A criação de uma nova ferramenta modifica a natureza, mas também modifica os seres humanos envolvidos nesse processo de criação. Novas relações sociais surgem também a partir dessa criação e os seres humanos se modificam, enquanto totalidade, numa relação de causa-efeito contínua. A dialética desse processo entre teleologia (previa ideação) e causalidade (nexos causais do mundo objetivo) permite o surgimento de novas complexidades.

As novas relações sociais surgidas a partir do trabalho se tornam cada vez mais complexas e, em certa medida, autônomas em relação ao trabalho. São novas categorias que se desenvolvem com uma dinâmica própria, muitas vezes, distintas do trabalho original. Após a descoberta de novas tecnologias que aumentaram a produção gerando um excedente, surgiram divisões entre os seres humanos fundamentadas em novos complexos que justificavam a apropriação do excedente produzido por parte de uma minoria da população.

As religiões, por exemplo, cumpriram bem esse papel ao darem aos seres humanos uma identidade que os compreendia dentro de uma totalidade. Os sucessos ou fracassos obtidos por meios do trabalho eram vistos como uma benção ou maldição dos deuses. A ideia de totalidade desenvolvida pela religião cumpriu o papel de nortear e de dar sentido a existência humana. A religião era uma posição teleológica que tinha por objetivo conduzir os seres humanos na direção pretendida pelos dirigentes da sociedade, sendo considerada uma posição teleológica secundária a maneira como nos explicou Sergio Lessa:

Analogamente, com o desenvolvimento do trabalho e da divisão do trabalho, ganha em importância um novo tipo de posição teleológica. Essa nova forma de posição teleológica, ao invés de buscar a transformação do real, tem por objetivo influenciar na escolha das alternativas a serem adotadas pelos outros indivíduos; visa convencer os indivíduos a agir em um dado sentido, e não em outro. Lukács denomina posições teleológicas primárias aquelas voltadas à transformação da natureza, no processo de troca orgânica entre os homens e o ser natural. O segundo tipo de posição teleológica, aquela voltada à persuasão de outros indivíduos para que ajam de uma determinada maneira, é denominada posição teleológica secundária (LESSA, 2015, página 42).

Mais adiante, ele estabelece as diferenças entre as duas formas de posições teleológicas:

A diferença qualitativa entre as posições teleológicas voltadas à transformação da natureza e aquelas que buscam provocar determinados atos em outros indivíduos está no fato de que as primeiras detonam uma cadeia causal, enquanto as secundárias colocam em movimento uma nova posição teleológica. Isto faz com que o grau de incerteza, o leque de alternativas ao desdobramento do processo, seja qualitativamente maior no caso das posições teleológicas secundárias do que no caso das posições teleológicas primárias. Estas têm a ver com os nexos causais existentes,

aquelas concernem à escolha entre alternativas pelos indivíduos (LESSA, 2015, página 43).

Essas alternativas colocadas para a espécie humana são as diferentes visões de mundo que se formam no complexo de relações surgidas a partir do trabalho. Na Antiguidade, ainda no modo de produção asiático, as religiões exerceram um papel extremamente importante porque elas davam essa ideia de totalidade e objetivo final aos seres humanos. Aparentemente, ela dava um sentido à vida, apresentando a pobreza e a exploração como algo “natural” ou com origem divina. O complexo da religião contribuiu para consolidar as primeiras civilizações dando uma justificativa teológica para o existir humano nas suas diferentes condições.

Mas, o fundamento básico daquelas sociedades era a divisão em classes sociais. Quando a minoria passou a se apropriar do excedente produzido, alegando origem divina, tivemos a formação de classes culturalmente estruturadas, numa relação que confundia cultura e economia como uma mesma categoria. Isso apenas em aparência, porque nos modos de produção que antecederam o capitalismo, não era possível a consciência plena de classe social por parte dos indivíduos.

Foi somente, com o advento do capitalismo e o desenvolvimento das forças produtivas num nível global que permitiu aos seres humanos descobrirem as reais condições de classe social. Mesmo nos modos de produção antigos, os homens faziam história, mas não tinham consciência disso. O capitalismo num desenvolvimento extraordinário introduziu as condições que permitem ao ser humano indagar sobre a totalidade de sua existência e colocar-se, enquanto classe social numa perspectiva revolucionária. A burguesia teve consciência de sua condição de classe e conduziu a revolução social que abalou o mundo no século XVIII, na França. Na Grã-Bretanha já havia ocorrido uma revolução com características semelhantes à francesa, um século antes. Porém, no território inglês a revolução partiu de muitos elementos religiosos, não deixando tão explícito o caráter burguês daquela revolução para os seus contemporâneos.

Quando falamos que a burguesia teve consciência de sua condição de classe e que fez uma revolução social, estamos falando que a burguesia se reconheceu enquanto sujeito histórico coletivo e consciente dessa coletividade para alcançar o fim último da classe, a tomada do poder enquanto classe. O Estado Absolutista cedia espaço para o Estado Burguês.

2.2 Trabalho, educação e reprodução social

As novas categorias que se originam a partir do trabalho constituem-se em categorias secundárias que não são redutíveis ao trabalho porque elas não transformam a natureza. Na concepção ontológica marxiana, o trabalho é a atividade exercida conscientemente pelo ser humano como o objetivo prévio de transformar a natureza. Essas novas categorias que surgem a partir dele são pores teleológicos secundários, como diria Lukács, pois elas não são redutíveis ao trabalho.

À medida que o ser social vai se desenvolvendo surgem novas categorias secundárias por um processo de reprodução, pois para existir o ser social precisa se reproduzir. Mas, o que é reprodução numa concepção ontológica?

Para Lukács, a reprodução biológica é a base primeira da existência humana, pois para existir socialmente, primeiro o ser humano precisa se reproduzir biologicamente.

Para Karl Marx, sem produção não haveria consumo, mas sem consumo, também não haveria produção, pois, ela não faria sentido. Vejamos o exemplo dado por Edna Bertoldo:

Ao sentir frio, por exemplo, o homem cria as condições necessárias que visem solucionar aquela necessidade do seu corpo orgânico. Ele produz, assim, um casaco com peles de animais, e este ato de satisfação de uma dada necessidade, vai dando origem a novas necessidades. Pois a necessidade de aquecer o corpo com um casaco feito com peles de animais vai sendo substituída por novas formas de agasalho, conforme o desenvolvimento social. Isto significa dizer que o ser social só pode existir num contínuo processo de consumo e produção. Contudo, este processo, que implica o consumo e a produção, tem como base fundamental a articulação entre a reprodução biológica e a reprodução social. (BERTOLDO, 2015, p. 104).

A sobrevivência humana depende desse processo de reprodução social que somente se encerra com a morte do indivíduo. A reprodução social está dialeticamente articulada com a reprodução biológica, embora não se confunda com a mesma. Quando luta pela sobrevivência, o ser humano cria objetos por meio do trabalho que o afastam da dependência plena com a natureza. Essa atividade de criar coisas a partir do trabalho é a essência da humanização do ser humano e é à base de sua reprodução social.

A partir do momento em que o ser humano passa a modificar a natureza por meio do trabalho, ele também modifica a sua relação com outros seres humanos que vão se tornando mais complexas caracterizando-se como reprodução social. Pelo trabalho o homem constrói a si mesmo e ao mundo exterior e surge a necessidade de continuar reproduzindo as novas relações que surgem desse fenômeno.

A principal contradição que aparece nessas relações é a apropriação do excedente por parte de uma minoria da população. O trabalho gera os valores de uso, ou seja, a riqueza da humanidade, mas ao mesmo tempo milhões de pessoas que vivem do trabalho sobrevivem na miséria, enquanto uma minoria da população que vive da apropriação do trabalho obtém a riqueza social da humanidade. Como Marx escreveu na Crítica ao Programa de Gotha (MARX, 2012, p. 23 e 24): *“Na medida em que o trabalho se desenvolve socialmente e se torna, desse modo, fonte de riqueza e cultura, desenvolvem-se a pobreza e o abandono do lado do trabalhador, a riqueza e a cultura do lado do não trabalhador”*.

Faz-se necessário explicar porque a maioria que vive do trabalho não se apropria da riqueza e da cultura que eles produzem, enquanto uma minoria da população que não realiza diretamente o trabalho é que usufrui dessa riqueza e cultura produzida pela humanidade.

Para responder a essa questão é necessário perceber que o homem, do momento em que modificou a natureza e passou a criar a riqueza socialmente existente, torna-se um ser que faz história. Mas, ele não a faz de maneira abstrata, independente de contexto cronológico, geográfico ou social. O ser humano faz história dentro das condições concretas de existência humana.

Esse contexto histórico forma uma totalidade onde o homem atua como um ser genérico construído por ele mesmo por meio do trabalho. Ao se construir por meio do trabalho o ser humano se construiu genericamente, historicamente e socialmente. Temos o surgimento de uma totalidade humana.

É dentro dessa totalidade humana que o homem irá construir a sua história e irá reproduzir as suas relações de existência. Os pores teleológicos secundários passarão a agir com certa autonomia em relação ao por teleológico primário. Isso acontece porque ao produzir o excedente, os seres humanos não possuem o controle total das causalidades que surgirão a partir daí. Essa é a origem de uma série de complexos que compõe a história da espécie humana.

Com o advento da produção excedente surge a necessidade de apropriação desse excedente por uma parte dos membros da sociedade e quando isso ocorre temos a formação das classes sociais. Aqueles que produzem a riqueza social necessária, modificando a natureza por meio de trabalho, serão separados dos objetos por eles produzidos. Esses objetos serão apropriados por uma minoria da sociedade que se tornará a proprietária da riqueza socialmente construída.

Toda essa base material que tem por fundamento primeiro o trabalho, que dá origem a totalidade onde estão inseridos os seres humanos. É a base onde o homem faz a sua história. O

indivíduo, nas suas ações cotidianas somente pode ser compreendido dentro dessa totalidade. É impossível compreender o indivíduo isolado do todo, pois ele age dentro desse contexto histórico social em que se encontra.

Marx alertava para a compreensão dessa totalidade no estudo do indivíduo. Para ele não faz sentido estudar o indivíduo em abstrato, ou seja, independente desse contexto histórico social onde ele se encontra. O desenvolvimento do indivíduo se dá dentro desse contexto que Marx dividiu em três fases, na sua obra *Contribuição para a crítica da economia política* (MARX, 2008, p. 238 e 239).

Na primeira fase o indivíduo humano ainda está muito dependente da natureza, porque o desenvolvimento das forças produtivas ainda não havia permitido superar obstáculos naturais como distâncias geográficas, atravessar rios, desenvolver a navegação marítima, obter alimentos ou mercadorias de outras regiões, superar condições climáticas, enfim, o ser humano ainda não havia transformado a natureza numa proporção capaz de superar o seu isolamento em relação aos outros seres humanos.

Nesse estágio, o indivíduo ainda não possui a capacidade de compreensão genérica de si mesmo enquanto membro de uma sociedade dividida entre os que produzem o excedente e os que se apropriam da produção excedente. Sua visão de mundo é limitada a sobrevivência de seu grupo social tomada nas diferentes formas criadas durante o seu desenvolvimento político. No princípio eles se organizavam em tribos e lutavam pela sobrevivência da tribo, depois se tornaram povo constituído em cidades e passaram a lutar contra outros povos e outras cidades. Era o início de um processo civilizatório característico da Antiguidade. Nessa época, o indivíduo via o outro povo como inimigo porque era uma luta pela apropriação de riquezas socialmente construídas entre os povos.

Não havia uma compreensão de que a geração da pobreza entre a maioria se dava pela apropriação de uma minoria. Pelo contrário, os elementos religiosos contribuíram decisivamente para a obtenção do consenso social entre os produtores da riqueza material socialmente construída, os trabalhadores, e os que se apropriavam dessa riqueza. Não foi raro, governantes das cidades serem considerados deuses ou descendentes de deuses, portanto, os “melhores” membros da sociedade, aristocratas, como diriam os gregos, possuindo o “direito divino” de comandar a sociedade e se apropriar do excedente produzido.

Nessa fase ainda não era possível distinguir o indivíduo da generalidade humana porque as condições materiais de existência não permitiriam trabalhar com o indivíduo isolado da sua relação com outros indivíduos. A dependência natural limita os horizontes da ação humana restringido a própria compreensão que o homem tinha do mundo e de si mesmo.

A compreensão de mundo girava em torno dessa totalidade onde a religião é a categoria que melhor expressou os limites da compreensão humana. O homem via sua história como algo dado de fora para dentro por um ser superior que estava determinado os caminhos a serem seguidos pela humanidade. A história se dava dentro dos limites entre o Gênesis e o Apocalipse. Mesmo a filosofia desenvolveu uma visão de mundo, onde por mundo, entenderemos essa totalidade e essa generalidade humana. Não havia espaço para a compreensão do indivíduo.

Somente com o advento do capitalismo, após a Idade Média e com o conseqüente desenvolvimento das forças produtivas as condições materiais de existência permitiram o desenvolvimento da consciência individual. As distâncias geográficas diminuíram o intercâmbio entre os povos permitiu a descoberta de novas formas de ver o mundo, a circulação de mercadorias de maneira global permitiu a circulação do excedente produzido em forma de mercadoria no mundo todo. Essa relação entre os homens por meio de mercadorias dará um salto na sua consciência e permitirá aos homens compreenderem a sua totalidade genérica, mas também se perceber enquanto indivíduo inserido dentro de uma cadeia global.

A expansão do comércio com os diferentes povos do mundo e a necessidade de investir em negócios com o objetivo de gerar lucros fez nascer a consciência de indivíduo que a burguesia soube utilizar para apresentar ao mundo a sua forma de ver a realidade. Portanto, foram as condições materiais de existência que permitiram aos homens a sua compreensão enquanto indivíduos.

Tem-se, então, que na concepção marxista a relação entre indivíduo e generalidade é histórica e dialética porque somente com o desenvolvimento histórico foi possível desenvolver a consciência do ser humano enquanto indivíduo. Mas, ao mesmo tempo, podemos dizer que essa individualidade já estava presente, embrionariamente, no momento em que o ser humano se desenvolvia no processo de formação da sua generalidade histórica. Isso se deu no momento em que o homem se tornou humano por meio do trabalho. Naquele momento surgia o homem como ser genérico e o homem como indivíduo, mas somente o desenvolvimento histórico iria permitir a que a relação dialética entre generalidade humana e individualidade humana se manifestasse plenamente. Isso se deu com o desenvolvimento da circulação de mercadorias inerentes ao modo de produção capitalista.

Tudo isso acontece num processo de reprodução social que ocorre tanto genericamente como individualmente. É importante ter essa compreensão em Marx, porque o processo dialético não termina nessa segunda fase do desenvolvimento do indivíduo. A consciência “de

si” rumo à consciência “para si” ainda é um processo em desenvolvimento. Faz-se necessário uma terceira fase para que o ser humano possa atingir todo o seu potencial humano genérico e individual.

Para Karl Marx, os limites impostos agora são socialmente construídos pelos próprios homens. À etapa primeira de formação do homem por meio do trabalho foi sucedida por um complexo de complexos que tem seu apogeu até agora na sociedade capitalista. As formações sociais que surgem a partir daí possuem certa autonomia em relação ao trabalho, embora sejam dele, originárias. O homem passa a exercer a sua práxis secundária neste momento de sua história. É essa práxis que permite ao homem transformar o mundo ao seu redor. Se pela práxis primária, o homem transformava a natureza, na práxis secundária o objetivo é a transformação dos seres humanos em suas relações entre si.

Esse processo é histórico e dialético porque cada etapa possui contradições internas que levam a transformação do mundo socialmente construído. O indivíduo existia desde as formações humanas primitivas, mas não havia condições de sua compreensão enquanto indivíduos naquele momento. Somente com o desenvolvimento das forças produtivas promovidas pelo modo de produção capitalista foi possível aos intelectuais localizarem o indivíduo (em si mesmo) na sociedade. Mas, o modo de produção capitalista também impõe seus limites, que são socialmente construídos, e que impedem que o indivíduo possua a consciência “para si” de sua individualidade e de todas as suas potencialidades.

Karl Marx via esse limite ao desenvolvimento da consciência humana na propriedade privada dos meios de produção. O fato de uma minoria da sociedade possuir os meios de se apoderar da riqueza socialmente construída, por meio do trabalho humano excedente construído, cria as condições de alienação da maioria da população.

Para superar essa fase, Marx aponta a necessidade de superação da propriedade privada dos meios de produção. Somente a supressão dessa forma de propriedade, historicamente construída pelo ser humano, pode levar a humanidade a se tornar efetivamente humana, ou seja, a se emancipar.

Nessa possibilidade histórica, o indivíduo poderá ter a compreensão de si mesmo enquanto ser genérico e individual. Poderá, finalmente, ter a história nas mãos, ser dono de seu destino possuindo a compreensão que ele é dono dos frutos do seu trabalho. Enfim, é a superação da alienação humana.

Tal fase ainda é uma possibilidade histórica. Os elementos materiais já estão dados historicamente pelo próprio modo de produção capitalista, mas, cabe aos sujeitos sociais se apoderarem desses elementos necessários a sua emancipação.

A educação se apresenta sob duas dimensões: em sentido lato e em sentido restrito. Edna Bertoldo em sua obra, *Trabalho e educação no Brasil*, define educação em sentido lato “*como aquela atividade que é necessária para o processo de objetivação e apropriação do gênero humano*” (BERTOLDO, 2015, p. 130 e 131). Será esse o conceito que usaremos, inicialmente, aqui.

A educação em sentido lato surge a partir do trabalho sem que com ele se identifique. Para trabalhar o ser humano precisa fazer uso do seu corpo de maneira a manusear objetos naturais que se tornam instrumentos capazes de gerar outros objetos, dessa vez, socialmente construídos. Para realizar essa operação o ser humano desenvolve procedimentos que evoluem de uma técnica primitiva para uma técnica mais aperfeiçoada com o passar do tempo. Aqui se tem a gênese da educação em sentido lato.

O ser humano tem a necessidade de passar esses conhecimentos para a geração seguinte, porque a espécie humana se difere dos outros animais exatamente porque os nossos conhecimentos são transmitidos de uma geração mais velha para uma geração mais jovem. Não nascemos com o conhecimento necessário para a nossa humanização. Esse é adquirido através da educação.

Dessa forma, a educação, em sentido lato, se confunde com o próprio trabalho, embora sejam categorias diferentes. O trabalho é a categoria que transforma as condições naturais se constituindo em uma relação entre homem e natureza, enquanto a educação é uma categoria de relação dos homens entre si. O trabalho é, portanto, uma teleologia primária, pois transforma diretamente a natureza, enquanto a educação é uma teleologia secundária, pois transforma consciências humanas.

Essa transformação de consciências por meio da educação acontece, inicialmente, de maneira espontânea por meio de categorias como linguagens, por exemplo, mas, com o passar do tempo e o aperfeiçoamento das técnicas de produção surge a necessidade de uma educação em sentido estrito. Surgem as escolas com o objetivo de cumprir esse papel, mas, educação em sentido estrito não se resume a escola, porque é possível uma educação direcionada em ambientes como instituições religiosas e fábricas, por exemplo.

De qualquer forma, ao longo da história, a educação, em sentido estrito é identificada com a escola, espaço fundamental de transmissão de conhecimentos adquiridos pela humanidade. Trata-se, na verdade, de uma questão de delimitação do tema, visto a dificuldade que seria abordar todas as formas de educação formal que existem.

De qualquer forma, para abordar a educação escolar se faz necessário compreender que ela ocorre dentro de um contexto histórico social, sendo impossível estudá-la de maneira isolada desse contexto. Como diz Edna Bertoldo;

(...) queremos enfatizar que na atualidade, embora a educação se configure sob a forma específica de educação escolar, não é possível eliminar o seu caráter geral. Assim, na realidade, uma não existe separada da outra, de modo que a educação tem que ser compreendida tanto na sua especificidade quanto na sua generalidade. Trata-se, então, de um movimento que vai do particular ao universal e depois retorna ao particular, permitindo-nos apreender o fenômeno educativo na sua totalidade (BERTOLDO, 2015, página 133).

A importância de compreender a educação dentro de uma totalidade historicamente construída está em que é uma forma de superar as visões reprodutivistas que enxergam a educação apenas como um instrumento de reprodução das relações socialmente existente dentro do capitalismo. Nesse sentido, a educação na atualidade cumpriria apenas um aspecto de manutenção da ordem social burguesa. Não haveria uma saída que apontasse para a emancipação humana.

No entanto, faz-se também necessário não cair no extremo oposto que enxerga a educação como uma categoria capaz de promover uma revolução social com o poder de mudar as atuais relações existentes. Essa possível revolução somente se dará se o sujeito revolucionário modificar as relações de trabalho. Atribuir à educação um papel acima de suas possibilidades ontológicas não contribuirá em nada para a superação da ordem existente.

É preciso superar também a visão idealista burguesa que atribui à educação um caráter de formação cidadã, mas de uma maneira que não questiona as bases fundamentais do capital. Uma visão crítica que opera dentro da lógica burguesa não é o suficiente para promover uma emancipação humana. Tal feito somente será possível no âmbito do trabalho. No entanto, a educação tem o seu papel operante dentro das contradições sociais que ocorrem na da sociedade capitalista.

Se, na concepção ontológica, os processos reprodutivos ocorrem dentro de uma totalidade, as mudanças que ocorrem no âmbito individual estão relacionadas com as mudanças nas condições que ocorrem no âmbito da totalidade. Mas, tais mudanças são historicamente construídas pelo único sujeito realmente capaz de fazer história que existe, o ser humano, que se forma e se autoconstrói a partir do trabalho. O resgate das categorias e como elas operam dentro da totalidade é que pode nos permitir apontar os caminhos da superação do capital.

Isso precisa ser posto como forma de compreensão que a totalidade histórica dentro modo de produção capitalista está voltada para a reprodução de sua própria lógica, cujo

fundamento é a exploração do trabalho e a apropriação da riqueza socialmente construída pela maioria que trabalha, por uma minoria que não trabalha. Essa lógica é que está sendo reproduzida dentro da totalidade do capital. O indivíduo reproduz essa lógica dentro da sua individualidade e a educação, como espaço reprodutivo reproduz essa lógica.

Mas, a dialética da realidade socialmente posta apresenta as contradições inerentes ao próprio sistema como contraponto a essa lógica. A contradição entre capital e trabalho se intensifica no momento em que a crise estrutural do sistema impõe a necessidade de intensificar a exploração do trabalho, tornando a luta velada entre capital e trabalho numa luta capaz de ser compreendida melhor pelos sujeitos sociais da história.

Dessa forma, a luta de classes que ocorre na totalidade do sistema cria as condições para um enfrentamento com a lógica do sistema que se materializa nos espaços individuais. Enfrentar a lógica do sistema significa apontar outra lógica que represente o fim da exploração do trabalho pelo capital. Significa apontar uma saída onde os proletários enfim se apropriem da riqueza social que produzem.

Se a totalidade no sistema nos permite apontar outra lógica, a educação inserida nessa totalidade pode também apresentar uma lógica de ruptura com o capital. Elementos para superar discursos do tipo “educação cidadã”, ou “educação voltada para a cidadania”, discursos estes que reproduzem a lógica do capital, já estão dados pela própria crise estrutural pela qual passa o capital na atual conjuntura.

Uma educação que percebe a centralidade do trabalho poderá apontar a emancipação humana como uma consequência da emancipação proletária. Apontar a emancipação de maneira abstrata desconhecendo a totalidade do sistema e sua lógica a ele inerente significa fazer um discurso dentro ainda da reprodução do capital.

Se essas duas lógicas estão em confronto, dialeticamente na totalidade do ser social, elas também estão confronto em outros espaços. A educação é um espaço de luta que reproduz a lógica do capital, mas é um espaço de luta possível de reproduzir a lógica da emancipação humana como entendia Marx, como sendo ação revolucionária dos proletários.

A compreensão da generalidade humana é fundamental nesse debate. O homem como ser genérico, deve ser compreendido dentro das suas relações de classe social. Existe uma generalidade humana, mas essa foi apropriada por uma minoria da humanidade. A maioria, para resgatar a riqueza social por ela construída precisa desenvolver o seu auto-reconhecimento como ser social, sujeito histórico capaz de transformar o mundo em que vive.

2.3 Trabalho e sociedade de classes

Marx e Engels diziam em seu manifesto comunista: “*A história de toda a sociedade existente até hoje tem sido a história das lutas de classes*” (MARX e ENGELS, 1982, página 93). Temos nessa frase diversas categorias e conceitos que são importantes de serem compreendidos dentro da concepção ontológica marxiana. Temos o conceito de história, onde aqui Marx, se refere à história escrita, visto que em 1848, ainda não havia o conceito de história como o conhecemos hoje. Engels somente irá trabalhar com as formações humanas primitivas na obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, escrita após a morte de Marx. Temos o conceito de sociedades que, em Marx assume um caráter histórico dialético pelas transformações ocorridas como consequência de suas contradições internas. Temos os conceitos de classes sociais e de luta de classes, que são dois conceitos distintos. Delimitar bem a diferença é fundamental para a compreensão da totalidade onde estamos inseridos.

Em princípio, pode-se dizer que as classes sociais, para Marx, não são estabelecidas, exclusivamente, pelo critério de renda, mas sim pela sua localização no processo de produção da riqueza socialmente construída. De maneira muito resumida, poderíamos entender que os proprietários dos meios de produção se constituem a classe social dominante de toda sociedade. Aqueles que não são proprietários dos meios de produção e necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver são os proletários. Tem-se aqui, um novo conceito que precisa ser explicado, o de meios de produção. Segundo Paulo Netto e Marcelo Braz, eles são constituídos de dois elementos:

- a) *os meios de trabalho* – tudo aquilo de que se vale o homem para trabalhar (instrumentos, ferramentas, instalações etc), bem como a terra, que é um meio universal de trabalho.
- b) *os objetos de trabalho* – tudo aquilo (matérias naturais brutas ou matérias naturais já modificadas pela ação do trabalho) sobre que incide o trabalho humano (PAULO NETTO; BRAZ, 2006, p.58).

Meios de produção se referem aqueles meios que permitem a realização do trabalho, categoria ontológica primária, pois, como vimos, é através dela que os seres humanos se humanizam. Mas, essa expressão “humanizar” aqui é tomada genericamente, porque no conjunto da sociedade apenas uma minoria verdadeiramente se humaniza, ou seja, tem acesso a riqueza e a cultura produzida por meio do trabalho.

A maioria da humanidade que realiza o trabalho gerando essa riqueza social é expropriada e afastada dos frutos do seu trabalho e não se humaniza enquanto indivíduo, pois não tem acesso a própria riqueza e culturas produzidas. A lógica do capital afasta o produto

do produtor e nesse processo desumaniza aquele que, de fato, exerceu o trabalho. Se um trabalhador é submetido a uma jornada de trabalho extenuante acima de 16 horas por dia, como ocorreu no início da Revolução Industrial, e esse trabalhador recebe salário suficiente apenas para obter a alimentação básica para a sua sobrevivência, podemos dizer que esse trabalhador está sendo desumanizado. Ele não terá condições de obter um conhecimento mais elevado, não terá tempo para a arte, para os esportes, para a leitura, para cuidados com a saúde, para autorrealização, enfim, ele não terá condições de exercer a sua humanidade genérica, tornando-se um indivíduo desumanizado.

Isso ocorre porque estamos numa sociedade dividida em classes sociais e, uma das características dessa divisão em classes é a apropriação da riqueza e da cultura produzida pelo trabalho. A base material dessa divisão da sociedade é a propriedade privada dos meios de produção. PAULO NETTO e BRAZ colocam a questão da seguinte maneira:

Se a propriedade dos meios de produção fundamentais é coletiva (como na comunidade primitiva), tais relações são de cooperação e ajuda mútua, porque os produtos do trabalho são desfrutados coletivamente e nenhum membro do grupo humano se apropria do fruto do trabalho alheio; se tal propriedade é privada, particular (de um membro do grupo, de um conjunto de membros), as relações decorrentes são de antagonismo, posto que os proprietários dos meios de produção fundamentais apropriam-se dos frutos do trabalho dos produtores diretos, ou seja, estes são explorados por aqueles (tal como ocorreu a partir da dissolução da comunidade primitiva). Nas sociedades onde existe a propriedade privada dos meios de produção fundamentais, a situação dos membros da sociedade depende da sua situação diante desses meios; a propriedade privada dos meios de produção fundamentais divide-os em dois grupos, com interesses antagônicos: os proprietários e os não proprietários dos meios de produção fundamentais – em síntese, na propriedade privada está a raiz das classes sociais (PAULO NETTO; BRAZ, pág. 59 e 60).

Ao se apropriar dos frutos do trabalho, uma minoria dominante da sociedade obtém o acesso ao que de melhor o gênero humano produziu em todos os aspectos da vida: o teatro, as músicas, as danças, as artes, as leituras, o autoconhecimento, as filosofias, o conhecimento de um modo geral, enfim, a qualidade de vida, mas o faz desumanizando a maioria da população.

Pode-se dizer que esse aspecto da desumanização da maioria que trabalha é uma característica histórica dos modos de produção que conhecemos e, ao dizer, *histórica*, queremos dizer foram construídas pelos seres humanos dentro das totalidades e complexos em que estavam inseridos e, se foram construídos pelos seres humanos, então também podem ser modificados pelos mesmos seres humanos.

Os modos de produção anteriores ao capitalismo também possuíam divisões de classes sociais, mas devido às limitações no processo produtivo, o homem não se percebia como o sujeito de sua história. Ele achava que a história era determinada pelos deuses e sua missão na

terra era apenas compreender a vontade dos seres divinos. Sequer compreendiam a base econômica da divisão em classes sociais. Os mais poderosos se tornavam os dirigentes da sociedade por uma suposta vontade divina. Portanto, eram modos de produção que geravam uma sociedade cujos aspectos culturais eram determinantes para a autodefinição humana. Dito de outro modo, a divisão em classes era feita tomando por base elementos culturais, especialmente, a religião.

O capitalismo tirou o véu da divisão em classes sociais, deixando evidente a sua origem econômica, porém, a maioria da população, embora seja a produtora da riqueza material da humanidade, ainda não possui consciência disso, sendo uma classe social em si, mas não uma classe para si.

Esse momento em que foi possível perceber que a divisão da sociedade tinha como base nas questões econômicas foi um salto no pensamento humano, porque permitiu apontar as reais causas da pobreza.

Os modos de produção anteriores ao capitalismo possuíam uma dependência da natureza que limitava produção de riqueza social. A fome era provocada, por exemplo, pela escassez de alimentos provenientes das más colheitas de uma estação. Mas, no modo de produção capitalista, temos a superprodução de mercadorias.

A escassez é explicada pela condição de classe social. O ser humano, genericamente falando, domina a natureza, mas não dominam os complexos teleológicos secundários que se originaram a partir do trabalho, os complexos sociais. A divisão da sociedade em classes sociais entre os que produzem e os que se apropriam dos frutos do trabalho que ocorre dentro do capitalismo chega a expressar uma irracionalidade do sistema. Este produz o suficiente para por fim a fome de toda a humanidade, mas, ao contrário, chega a gerar mais fome nas populações dominadas. Qual a origem dessa irracionalidade? A resposta está na própria lógica do sistema cujo funcionamento parte de condições de exploração da uma significativa parte da humanidade pela minoria.

Mas, ao mesmo tempo em que o sistema gera tanta pobreza, ele cria as condições de sua própria superação, pois permite aos explorados à condição se enxergarem enquanto classe social. No entanto, o desenvolvimento das forças produtivas nesses dois séculos pós-revoluções burguesas (Inglaterra, em 1642-1649 e 1688, França, 1789-1799, além da Revolução Industrial iniciada em meados do século XVIII), não foi acompanhado pela identidade de classe por parte da maioria da população explorada pelo sistema. Faz-se

necessário analisarmos com bases materiais o porquê dessa a maioria da população não conseguir romper com a lógica do sistema que a explora e oprime.

2.4 Alienação

Como vimos, a categoria fundante do gênero humano é o trabalho. A natureza é a fonte de toda riqueza, mas é somente por meio do trabalho que são criados os valores de uso e os valores de troca, base inicial para o desenvolvimento do sistema econômico. Vimos também que a propriedade dos bens produzidos pelo trabalho significa o acesso à riqueza socialmente produzida. Na sua Crítica ao Programa de Gotha, Karl Marx nos dizia que:

O trabalho só se torna fonte da riqueza e da cultura como trabalho social ou, o que dá no mesmo, “na e por meio da sociedade”. Essa sentença é incontestavelmente correta, pois se o trabalho isolado (pressupostas suas condições materiais) também pode criar valores de uso, ele não pode criar riqueza nem cultura. Mas é igualmente incontestável esta outra sentença: “Na medida em que o trabalho se desenvolve socialmente e se torna, desse modo, fonte de riqueza e cultura, desenvolvem-se a pobreza e o abandono do lado do trabalhador, a riqueza e a cultura do lado do não trabalhador (MARX,2012. Páginas 23 e 24).

Esse desenvolvimento da pobreza e abandono no lado do trabalhador e da riqueza e cultura do lado do não trabalhador tem sido constante ao longo da História da sociedade de classes e se intensificou ainda mais no sistema socioeconômico capitalista agravando-se em seus momentos de crise. A estrutura do sistema possui como base fundamental, a exploração do trabalho socialmente construído. É em torno dessa questão que se desenvolvem os ataques à maioria da população por uma minoria, proprietária dos meios de produção.

Essa exploração não se dá sem resistência. Foram inúmeros os momentos de luta dos trabalhadores contra as péssimas condições de trabalho as quais foram submetidos. Do ludismo ao socialismo utópico, num primeiro momento e nas lutas sociais do século XX, em especial na Revolução Russa de 1917 foram bastante significativas as conquistas dos operários, embora seu objetivo histórico, a emancipação humana, não tenha sido alcançado. A questão é que a simples localização dos trabalhadores como aqueles que, por não possuírem meios de subsistência, estão obrigados a vender sua força de trabalho como mercadoria, não os coloca imediatamente em luta contra a classe que os explora. Existe um estranhamento entre os trabalhadores que, em função disso, não se identificam nas lutas daqueles que estão na mesma condição de classe.

Num primeiro momento da luta contra o capitalismo, quando esse consolidava seu desenvolvimento por meio das máquinas na Inglaterra, tivemos a revolta dos ludistas, descritas por Marx dessa maneira:

A destruição massiva de máquinas que, sob o nome de ludismo, ocorreu nos distritos manufatureiros ingleses durante os quinze primeiros anos do século XIX, e que foi provocada sobretudo pela utilização do tear a vapor, ofereceu ao governo antijacobino de um Sidmouth, Castlereagh etc. o pretexto para a adoção das mais reacionárias medidas de violência (MARX, 2017, p.501).

Nesse primeiro momento da luta os trabalhadores não conseguiram compreender que a piora das suas condições de vida não se dava pelo surgimento da máquina, mas pela própria lógica do sistema capitalista. Sem essa compreensão, os trabalhadores não conseguem lutar contra seu inimigo real, mas contra uma imagem distorcida da realidade ainda não compreendida por aqueles que são explorados.

Foi preciso tempo e experiência até que o trabalhador distinguisse entre a maquinaria da sua utilização capitalista e, com isso, aprendesse a transferir seus ataques, antes dirigidos contra o próprio meio material de produção, para a forma social de exploração desse meio (MARX, 2017, p.501).

A descoberta dessa forma social de exploração é um desafio para a classe explorada na sua luta por emancipação. Mas, tal descoberta é dificultada pelas características inerentes ao sistema de produção de mercadorias. *“A figura autonomizada e estranhada que o modo de produção capitalista, em geral, confere às condições de trabalho e ao produto do trabalho, em contraposição ao trabalhador desenvolve-se com a maquinaria até converter-se numa antítese completa”*. (MARX, 2017, p.504).

Nos Manuscritos econômicos e filosóficos Marx desenvolve uma explicação desse processo de estranhamento, através da alienação. Ele desenvolve seu raciocínio tomando por base o trabalho. Mas, em que consiste a alienação do trabalho? Marx inicia sua explicação a partir da exterioridade do trabalho em relação ao trabalhador. Segundo ele:

(...) o trabalho é exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence à sua característica; portanto, ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito. Por conseguinte, o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é trabalho forçado. Não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades (MARX, 2002, p. 114).

Nesse primeiro momento, o trabalhador vê no trabalho algo compulsório, algo que o nega enquanto ser humano, algo que não o realiza enquanto pessoa. Dessa forma, ele não vê no trabalho uma possibilidade de humanização, mas sim de desumanização. Se sente forçado a fazer algo não para se autorrealizar, não para viver, mas apenas para sobreviver. Nesse sentido, o trabalho significa, como na origem latina da palavra, uma tortura, da maneira descrita por Marx, na continuação do seu raciocínio:

O trabalho externo, o trabalho em que o homem se aliena, é um trabalho de sacrifício de si mesmo, de martírio. O seu caráter estranho resulta visivelmente do fato de se fugir do trabalho, como da peste, logo que não existe nenhuma compulsão física ou de qualquer outro tipo (MARX, 2002, p. 114).

Nessa parte do texto, pode-se perceber que não é qualquer trabalho que possui essa característica de martírio, mas sim aquele trabalho em que o homem se aliena, ou seja, aquele trabalho onde ele não percebe como uma realização sua. E isso se dá porque *“a exterioridade do trabalho para o trabalhador transparece no fato de que ele não é seu trabalho, mas o de outro, no fato de que não lhe pertence, de que no trabalho ele não pertence a si mesmo, mas a outro.”* (Idem). Então, o trabalhador percebe naquele trabalho, não a sua realização, mas a realização de outra pessoa, ou seja, aquela que se apropria do produto do seu trabalho. E concluindo, Marx, escreve:

Assim como na religião a atividade espontânea da fantasia humana, do cérebro e do coração humanos, reage, independentemente como uma atividade estranha, divina ou diabólica, sobre o indivíduo, da mesma maneira a atividade do trabalhador não é a sua atividade espontânea. Pertence a outro e é a perda de si mesmo (MARX, 2002, p. 114).

Portanto, o trabalhador enxerga o produto do seu trabalho e o seu próprio trabalho como algo estranho ao seu ser individual, tornando para ele uma força externa superior, como os deuses das mitologias antigas que impunham suas vontades aos seres humanos tirando-lhes as suas possibilidades de escolhas. Nesse sentido, o trabalho é visto como sacrifício de si mesmo a uma força superior. O trabalhador perde a sua identidade como o ser que faz a sua própria história e percebe o mundo como um fatalismo religioso.

Nesse sentido, o homem regride a uma condição de não se perceber como pertencente ao gênero humano. Não consegue enxergar o seu potencial de liberdade por meio do trabalho, algo que o diferencia do animal dito irracional, pois, *“o animal apenas produz a si, ao passo que o homem reproduz toda a natureza; o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem é livre diante do seu produto”* (MARX, 2002, p.117).

Ao produzir objetos com valores de uso, o ser humano, ao transformar a natureza, também se transforma, ele dá um salto ontológico que *“assinala a transição, no homem que trabalha do ser meramente biológico ao ser social”*. (LUKÁCS, 2013, p.44). Mas, a não percepção do indivíduo humano no ser genérico humano, constitui um dos mais graves problemas potencializados pela lógica capitalista. Como diria Marx:

Na medida em que o trabalho alienado tira do homem o elemento da sua produção, rouba-lhe do mesmo modo a sua vida genérica, a sua objetividade real como ser genérico, e transforma em desvantagem a sua vantagem sobre o animal, então lhe é arrebatada a natureza, o seu corpo inorgânico” (MARX, 2002, p.117).

A partir do momento em que o homem se vê separado do produto do seu trabalho, enxergando-o como algo estranho, feito para atender as necessidades de outra pessoa, algo

que não o realiza, ele também considera seus interesses diferentes dos interesses dos outros seres humanos. Marx dizia que essa era a alienação do homem em relação ao homem, explicado por ele dessa maneira:

Quando o homem se contrapõe a si mesmo, entra do mesmo modo em oposição com os outros homens. O que se constata na relação do homem com seu trabalho, com o produto do seu trabalho e com si mesmo, constata-se também com a relação do homem com outros homens. De forma geral, a afirmação de que o homem se encontra alienado de sua vida genérica significa que um homem está alienado dos outros, e que cada um dos outros se encontra do mesmo modo alienado da vida humana (MARX, 2002, p. 118).

Enfim, devido à alienação do homem em relação aos produtos do seu trabalho cria as bases para a alienação os seres humanos uns dos outros. O homem não percebe a genericidade humana e vê cada outro indivíduo como um concorrente, alguém com interesses contrários aos seus e, dessa forma, não se reconhece enquanto classe. Esse estranhamento do gênero humano é decisivo na hora de lutar por interesses comuns. A base material desse estranhamento também permite à burguesia apresentar os problemas sociais como consequência de posicionamentos morais dos indivíduos, escondendo assim as reais origens dos problemas. Criam as condições para que questões religiosas sejam apresentadas como grande explicação dos problemas humanos. Mészáros (2006, p. 40) critica essa forma de análise afirmando que *“é uma função essencial das mitologias transferir os problemas sócio-histórico fundamentais do desenvolvimento humano para um plano atemporal.. Assim, num plano atemporal desaparecem os sujeitos históricos reais responsáveis pela exploração capitalista, bem como o sujeito histórico com possibilidades reais de emancipar a humanidade.*

Na sua obra, *A teoria da alienação em Marx*, Istvan Mészáros analisará o desenvolvimento do conceito de alienação, apresentando os méritos de Marx e lançando luz sobre possíveis pontos obscuros de seu pensamento.

Para ele, a alienação ocorre quando a propriedade de alguém é transferida para outra pessoa (MÉSZÁROS, 2006, p. 38), e que *“a alienação humana foi realizada por meio da transformação de todas as coisas em objetos alienáveis, vendáveis, em servos da necessidade e do tráfico egoístas”* (MÉSZÁROS, 2006, p. 39). Portanto, para haver alienação é necessária a ideia de propriedade privada, esta sendo entendida como um conceito social, pois somente quando se desenvolvem as sociedades em sua forma política (Estado) é possível surgir a ideia jurídica de propriedade como propriedade privada. E, a partir dessa propriedade privada e da circulação de mercadorias surge *“a venda como prática da alienação”* (MÉSZÁROS, 2006, p.39).

Essa venda coloca para uma parte da população, desprovida dos meios de produção, a necessidade de vender a sua própria força de trabalho como forma de sobrevivência. E assim, o próprio ser humano se reifica, ou seja, se coloca como um objeto a ser vendido no mercado de trabalho. Dizia Mészáros:

A reificação de uma pessoa e, portanto, a aceitação “livremente escolhida” de uma nova servidão pôde avançar com base numa “sociedade civil” caracterizada pelo domínio do dinheiro, que abriu as portas para a universal “servidão à necessidade egoísta” (MÉSZÁROS, 2006, p.39).

Não podemos perder de vista que esse processo de reificação ocorre em bases reais e históricas significando, que o homem não se vende no mercado de trabalho por escolha própria, mas devido às condições operadas pelo sistema socioeconômico. Dessa forma, *a “alienação é um conceito eminentemente histórico. Se o homem é alienado, ele deve ser alienado em relação a alguma coisa, como resultado de certas causas que se manifestam num contexto histórico”* (MÉSZÁROS, 2006, p. 40).

Desse ponto de vista percebemos a necessidade de não cairmos no erro de avaliar a alienação em bases idealistas, em princípios morais abstratos, embora radicais e questionadores como fez Rousseau no século XVIII (Idem, p.57). Assim sendo, o mérito de Marx, na sua análise sobre esse problemática foi o uso de um método materialista dialético. Tal abordagem foi superior a:

(...) seus predecessores que, em um ou outro momento, foram todos obrigados a abandonar o terreno real da história em favor de alguma solução imaginária das contradições que possam ter percebido, mas que não podiam dominar ideológica e intelectualmente (MÉSZÁROS, 2006, p.45).

Mas, além do materialismo dialético, não podemos deixar de mencionar o referencial ontológico de sua obra que permite estudar a totalidade do sistema, analisando suas mediações para apontar as possibilidades reais da superação do estado alienado do homem no marco do capitalismo. Esse referencial evita análises subjetivistas, voluntaristas que superdimensionam o fator consciente, revestindo-o de um poder mágico, porém, essas seriam análises desconectadas da vida real (Idem, p. 48).

Esse referencial ontológico observado por Mészáros, nas obras de Marx, nos permite concordar com Lukács, quando este diz que:

(...) a ligação entre início e fim constitui a história universal da humanidade, a plena explicitação do ser-para-si do gênero humano. Este só pode se realizar adequadamente de forma consciente: o gênero humano não mais mudo deve estar presente como tal também na consciência dos homens. (LUKÁCS, 2013, p. 207).

Liberado de postulados morais abstratos, o estudo da alienação leva ao ponto central da teoria da alienação de Marx, de acordo com a obra de Mészáros, que “*é a afirmação da superação historicamente necessária do capitalismo pelo socialismo, liberada de todos os postulados morais abstratos encontrados nos escritos de seus predecessores imediatos*” (Mészáros, 2006, p.64). Dessa forma, só faz sentido o ser humano compreender de maneira histórico-dialética os aspectos ontológicos da alienação descritos no início de sua obra, se for para apontar a uma saída em bases reais do atual estado de alienação humana.

Tal debate se faz necessário nos dias atuais, após o fracasso da experiência soviética, apontada pelos defensores do capital como uma “prova contundente” que o “socialismo não dá certo porque a essência humana é egoísta”. Tal afirmação abstrata é falsa segundo Mészáros porque:

Na visão de Marx, o homem não é, por natureza, nem egoísta nem altruísta. Ele se torna, por sua própria atividade, aquilo que é num determinado momento. E assim, se essa atividade for transformada, a natureza humana hoje egoísta se modificará, de maneira correspondente (MÉSZÁROS, 2006, p.137).

Portanto, atribuir o fracasso a um modelo socioeconômico alternativo tomando por base especulações desprovidas de base real é uma forma de debater de maneira ideológica (entendendo aqui ideologia tanto como falsa consciência, de acordo com o materialismo vulgar, por um lado, como por função social como entendia Lukacs). Mas, não apenas os ideólogos burgueses apresentam teses como essas. Mesmo entre militantes de esquerda, considerados defensores do marxismo, existem limites em suas análises sobre o real processo histórico. Daí a importância do debate em bases ontológicas fundamentas em Marx e Engels.

Ivo Tonet, em sua obra sobre o método científico, faz severas críticas à “centralidade da subjetividade na atualidade”. Suas críticas apontam para a maneira como diante da modernidade, o desenvolvimento das forças produtivas promovidas pelo capitalismo permitiu uma mudança nas metodologias de análise da realidade, que abandonaram uma visão ontológica abstrata, predominantes na Grécia Antiga e na Idade Média, e desenvolveram um método de análise gnosiológico, onde a subjetividade tem um papel central (TONET, 2013, p. 58).

Ele atribui o desenvolvimento dessa metodologia a base material capitalista que apresenta o fenômeno do fetichismo da mercadoria. Marx esclarece-nos esse conceito no

Livro I do Capital onde ele nos mostra como no processo de circulação de mercadorias, os objetos, produzidos pelos homens, parecem possuir vida própria. A relação entre os homens aparece como uma relação entre objetos, cujo valor de troca parece ser determinado pelos próprios objetos. Dessa forma, o homem não identifica o produto do seu trabalho como um produto da ação social humana, e assim, perdem a compreensão histórica do fenômeno. A consequência para o pensamento humano se manifesta da seguinte maneira:

Tais formas, em cuja testa está escrito que elas pertencem a uma formação social em que o processo de produção domina os homens, e não os homens o processo de produção, são consideradas por sua consciência burguesa como uma necessidade natural tão evidente quanto o próprio trabalho produtivo (MARX, 2017, p.155 e 156).

Dessa forma, o processo real característico da totalidade capitalista que se apresenta na forma de exploração do trabalho, de circulação de mercadorias, de diferentes formas de renda, de crises cíclicas, da presença do capital financeiro etc, aparecem como coisas “naturais”, inerentes a própria dimensão do objeto. Em virtude disso, prevaleceu o método positivista de análise da realidade. Nele, perdeu-se a dimensão de totalidade, prevalecendo à fragmentação dos objetos de estudo, cuja importância foi estabelecida pela ação do sujeito que analisa esse objeto.

Corretamente, Ivo Tonet critica essa forma de análise que descarta um fio condutor da história, que não enxerga totalidade e, que ao fazer trabalhos fragmentados, contribui para fragmentar ainda mais a consciência dos sujeitos. Na verdade, essa forma de analisar a realidade faz obscurecer a possibilidade de emancipação humana porque desloca a centralidade do trabalho para a centralidade da política, promovendo estudos fragmentados da realidade que mesmo que combatam a opressão e a exploração o fazem perdendo de vista o ser social em sua dimensão ontológica. Dessa forma, como também assinala Mészáros “*o fundamento ontológico da existência humana é alienado do homem na ordem capitalista da sociedade*” (MÉSZÁROS, 2006, p.85).

3 CLASSE E CONSCIÊNCIA DE CLASSE

No capítulo anterior analisamos o conceito de classe tomando por base a localização dos indivíduos no processo de produção. Mas, a compreensão do conceito marxista de classe social não se limita a esse aspecto. Existem outros elementos que precisam ser analisados para o desenvolvimento de uma proposta emancipatória da humanidade, pois a burguesia também desenvolve um conceito de classe, mas tomando por base outros fatores. Diante disso, abordaremos conceito de classe social em Marx e Engels como forma de superar as concepções burguesas que servem para encobrir as contradições entre capital e trabalho. O objetivo desse capítulo é esclarecer o papel dos conceitos de classe *em si* e de classe *para si*, a consciência de pertencimento a uma classe e a importância desse reconhecimento para a transformação histórica da humanidade.

3.1 Concepções de classes sociais

Não resta a menor dúvida que a luta de classes é um conceito fundamental para a compreensão da teoria de Marx e Engels, por ser ela o motor da história, sendo impossível compreender qualquer processo histórico, sem levar em consideração os conflitos que ocorrem nas diferentes sociedades, de maneira aberta ou velada, ao longo do tempo.

Thompson (2001, p. 274) chegou dizer que o conceito de luta de classes é mais importante mesmo que o de classe. Talvez, por isso, nas obras de Marx e Engels, o conceito de classe social se encontra disperso, enquanto que suas análises das lutas são mais evidentes. Em algumas obras, a base da conceituação em classe parte da localização dos indivíduos em sua localização no processo de produção da riqueza social e, em outras obras, o peso do elemento consciente aparece de forma determinante.

Talvez, essa conceituação dispersa das classes sociais tenha ocorrido porque eles viveram em uma época em que a sociedade ainda estava assistindo o desvelamento das contradições sociais. Eles produziram suas obras muitas vezes respondendo a polêmicas com a filosofia da época, ainda em transição entre um idealismo até pouco tempo antes hegemônico no pensamento ocidental, para um materialismo, que teve em Feurbach, um importante ponto de ruptura. O próprio Marx viveu em sua vida intelectual esse desenvolvimento filosófico.

As explicações de mundo até então dominantes partiam de especulações metafísicas que deslocavam a solução dos problemas sociais numa superação da moral humana decaída por uma moral libertadora e salvadora encontrada no desenvolvimento das mentes dos filósofos e das pessoas iluminadas (ou como diziam alguns, ilustradas ainda, esclarecidas).

Marx e Engels criticaram severamente essa forma de ver o mundo, apontado as suas contradições. Numa de suas obras da juventude Marx afirmava que “*a crítica da religião é a premissa de toda crítica*” (MARX, 2000, p. 85). Naquele contexto, ele questionava como um elemento criado pelos homens pudesse exercer um domínio sobre os próprios homens. Por que o criador se submetia a criatura? Ele dizia: “*a religião não faz o homem, mas, ao contrário, o homem faz a religião*” (MARX, 2000, p. 85). Essa inversão entre criador e criatura fazia com que os homens buscassem explicar a sociedade em bases abstratas e, assim, dessa forma, ignorando as reais causas de suas contradições.

A explicação dos problemas do mundo estava no próprio mundo real porque “*o homem não é um ser abstrato, isolado do mundo. O homem é o mundo dos homens, o Estado, a sociedade*” (Idem), dizia Marx.. E, para Marx, ao superar essa crença no poder da ideia “*a missão histórica consiste em averiguar a verdade daquilo que nos circunda*”. (MARX, 2000, p. 86)

Se analisarmos a trajetória individual de Marx das suas obras da juventude até as obras da maturidade, o que podemos perceber é o desenvolvimento do método de analisar a sociedade. Esse primeiro momento de ruptura com o idealismo foi fundamental para a compreensão do mundo real. Dissemos isso até aqui porque nos parece a chave para compreender toda a teoria de Marx, desde a sua base filosófica até a formulação de sua crítica da economia política e dos modos de produção da humanidade. Quando estudamos um elemento tão importante como consciência de classe, iniciar por essa crítica é fundamental.

Se, “*os povos antigos viveram sua pré-história na imaginação, na mitologia*” e os alemães contemporâneos de Marx, em especulações filosóficas abstratas (Idem, 91), nossa situação é bem diferente. Temos a condição de avaliar a realidade a partir de “*premissas que não constituem bases arbitrarias, dogmas; são bases reais que só podemos abstrair na imaginação*” (MARX e ENGELS, 1998, p. 10). Deve ser a partir das bases reais, cuja ação dos indivíduos, em sua lutas reais por melhores condições de existência, podem ser mensuradas que: nós devemos desvendar o conceito de classe social de Marx e Engels.

Afinal de contas, qual é o elemento decisivo para o conceito de classe social, a localização no processo de produção ou a consciência? A primeira coisa que devemos descartar nessa análise é uma possível concepção abstrata de classe social como nos alerta Thompson (2001, p. 270) em sua problematização sobre o tema onde ele diz: “*é possível supor que classe seja levada em consideração não no quadro do processo histórico, mas abstratamente*”. Portanto, o fazer uso da expressão “classe social” significa fazer uso de uma

categoria que somente pode ser utilizada dentro de um processo histórico. Na obra *18 Brumário de Luís Bonaparte* lemos a seguinte descrição da situação dos camponeses na sociedade francesa dentro de um contexto social, histórico e geográfico determinado:

Os camponeses parceiros constituem uma gigantesca massa, cujos membros vivem na mesma situação, mas não estabelecem relações diversificadas entre si. O seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de levá-los a um intercâmbio recíproco. O isolamento é favorecido pelos péssimos meios de comunicação franceses e pela pobreza dos camponeses. A sua unidade de produção, a parcela, não permite nenhuma divisão de trabalho no seu cultivo, nenhuma aplicação da ciência, portanto, nenhuma multiplicidade no seu desenvolvimento, nenhuma diversidade de talentos, nenhuma profusão de condições sociais. Cada família camponesa é praticamente autossuficiente, produzindo diretamente a maior parte do que consome e obtendo, assim, os seus meios de subsistência mais da troca com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Há a parcela, o camponês e a família; mais adiante, outra parcela, outro camponês e outra família. Sessenta conjuntos desse tipo constituem um povoado; e sessenta povoados, um departamento. Assim, a grande massa da nação francesa se compõe por simples adição de grandezas homônimas, como batatas dentro de um saco constituem um saco de batatas. Milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo devida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas formam uma classe (MARX, 2011, p. 142 e 143).

Tem-se aqui uma clara situação de um conjunto bastante numeroso de indivíduos que vivem em condições de existência similares uns aos outros, com as mesmas dificuldades de acesso aos bens e cultura produzidos pela humanidade, com o mesmo tipo de contradição com outras classes cuja localização no processo produtivo nos “permitiria” classificá-los como uma categoria específica de classe ou mesmo como uma classe social se considerássemos fundamental simplesmente a sua localização no processo produtivo. Mas, a seguinte conclusão de Marx a respeito dessa classe que escrevemos abaixo, nos coloca uma importante problemática:

Mas na medida em que existe um vínculo apenas local entre os parceiros, na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, eles não constituem classe nenhuma. Por conseguinte, são incapazes de fazer valer os interesses da sua classe no seu próprio nome, seja por meio de um Parlamento, seja por meio de uma convenção. Eles não são capazes de representar a si mesmos, necessitando, portanto, ser representados. O seu representante precisa entrar em cena ao mesmo tempo como o seu senhor, como uma autoridade acima deles, como um poder governamental irrestrito, que os proteja das demais classes e lhes mande chuva e sol lá de cima. A expressão última da influência política dos camponeses parceiros consiste, portanto, no fato de o Poder Executivo submeter a sociedade a si próprio (MARX, 2011, p. 142 e 143).

Na visão marxista, considerar classe tomando por base simplesmente a sua localização no processo produtivo é um erro. O conceito considera aspectos importantes como consciência, identidade, organização política e sua dimensão histórica.

Como foi dito anteriormente, Edward Thompson afirmou certa vez que “*uma classe não pode existir sem um tipo qualquer de consciência de si mesma. De outro modo, não é, ou não é ainda uma classe. Quer dizer, não é “algo” ainda, não tem espécie alguma de identidade histórica.*” (THOMPSON, 2001, pág. 279). Para o historiador inglês, a consciência é algo fundamental para definir uma classe social, sendo que o conceito de luta de classes é mais importante mesmo que o conceito de classe porque, segundo o autor, as pessoas se identificam em diferentes classes num processo histórico de lutas que as colocam umas contra outras. Segundo Thompson:

Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real. Mas, se adotarmos uma concepção estática da categoria classe, ou se fizermos descender esse nosso conceito de um modelo teórico preliminar de totalidade estrutural, não procederemos assim, pois estaremos subtendendo que a classe está presente desde o início como um resultado de relações de produção, daí derivando a luta de classes. (THOMPSON, 2001, pág.274).

Nesse ponto, existe acordo com Marx e Engels na *Ideologia alemã* (1998, p. 61) quando estes dizem que “*os indivíduos isolados só formam uma classe na medida em que devem travar uma luta comum contra outra classe*”. O conceito de classe é, portanto, histórico e está relacionado com as lutas que existem motivadas pelas contradições que estão presentes na sociedade. Isso nos coloca a seguinte questão, qual é o conceito mais importante: classe, luta de classe ou consciência de classe? Respondemos que os três são inseparáveis quando avaliamos o processo de lutas e que se tomarmos cada um de maneira isolada e abstrair de sua totalidade cairemos, com certeza, em desvios teóricos, idealistas, voluntaristas ou mesmo materialistas, no seu sentido vulgar. Na verdade, só faz sentido, falar em classe social quando estudamos as lutas de classe dentro de uma perspectiva de emancipação humana. A mesma coisa vale quando falamos em consciência de classe.

No Brasil, um órgão responsável pela classificação em classes sociais é a Associação Brasileira de Empresas e Pesquisa, a ABEP. Ela utiliza critérios como renda, consumo e nível de escolaridade. Seus dados são coletados tomando por base as pesquisas do IBGE, especialmente a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio). A pesquisa do IBGE considera a divisão em classes sociais pela renda medida em salário mínimo. As classes são divididas em faixas nomeadas por letras que vão de A, faixa mais alta até E, faixa mais baixa.

Esses critérios escondem a localização das pessoas no seu processo produtivo impedindo a sua classificação em burgueses e proletários, termos utilizados por Marx e Engels. Apesar de não ser a simples localização no processo produtivo o elemento determinante para o conceito de classe, compreendê-la é importante porque a contradição

fundamental da sociedade é a contradição entre capital e trabalho. Essas duas categorias são inconciliáveis, pois o capital só gera lucro se explorar o trabalho e o trabalhador só melhora suas condições de vida se combater a lógica do capital. De uma maneira simplista, podemos dizer, inicialmente, que burgueses são os proprietários dos meios de produção, um conjunto de indivíduos cuja prática social consiste em se apoderar da riqueza social produzida pelo trabalho e que proletários são os indivíduos que por não possuírem os meios de produção necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver.

Portanto, esconder essa localização significa esconder a contradição fundamental da sociedade dentro do capitalismo. Em outras palavras, significa negar aos proletários o conhecimento de sua contradição com o sistema. Portanto, o conceito burguês de classe social, em bases, positivistas, nega a historicidade do processo, abrindo condições para que as desigualdades sejam explicadas em bases morais e abstratas.

Dessa forma, surgem os argumentos que negam a história humana. A grande mídia burguesa faz uso dessa definição de classe para desenvolver seus discursos por melhorias nas condições sociais, mas, dentro de uma visão burguesa, onde utilizam constantemente a palavra cidadania. José Welmowicki, na sua tese de mestrado afirma que tal palavra possui:

(...) um objetivo, uma estratégia distinta contraposta a concepção marxista. Assim pensada, configura uma estratégia que afirma em primeiro lugar o cidadão, sem uma clivagem de classe, o indivíduo em si, a partir dos interesses comuns a todos os homens na melhoria social, e que poderia superar a desigualdade entre as classes. Esse conceito parte de que os membros da sociedade têm os mesmos direitos, ou ao menos existe um potencial para chegar a essa cidadania e a uma sociedade democrática, apesar das desigualdades estruturais e de classes existentes no interior da sociedade, sem eliminá-las. Nessa imagem, que consideramos ideológica, existiriam interesses comuns no progresso social que independem da condição de classe. Cada um no seu lugar poderia contribuir para melhorar o país, sem que a estrutura econômico-social fosse revolucionada. Sindicatos, empresários, bancos, governos, todos enfim podem trabalhar pela cidadania e unir esforços pelo bem coletivo (WELMOVICK, 1998, p. 4 e 5).

Fazendo uso dessa ideologia, os intelectuais burgueses se sentem a vontade para direcionar as lutas que existem na sociedade, como fruto das contradições do modo de produção, para saídas dentro do marco do sistema. Eles insistem em dizer que a culpa é do cidadão que não luta pelos seus direitos (aqui entendido dentro da jurisdição burguesa), que não participa da política, que não sabe usar “sua maior arma, o voto”. Sendo que, para Marx e Engels:

Todas as lutas no âmbito do Estado, a luta entre democracia, a aristocracia e a monarquia, a luta pelo direito de voto etc, nada mais são do que formas ilusórias sob as quais são travadas as lutas efetivas entre as diferentes classes (MARX e ENGELS, 1998, p. 29).

Lutar dentro do horizonte da cidadania ou em qualquer outra construção discursiva burguesa como minoria, excluídos, descamisados, esquecidos etc significa lutar sem consciência de classe, portanto sem se constituir uma classe.

Deve-se destacar aqui o caráter histórico dos conceitos e das categorias filosóficas. Quando Marx fez essas críticas o termo “cidadania” e “direitos do homem e do cidadão” já expressavam seu caráter regressivo no desenvolvimento da consciência dos trabalhadores, mas décadas antes, a burguesia os utilizou num contexto diferente onde foram usadas com poder revolucionário.

A sociedade francesa do século XVIII era dividida em estados gerais, tomando por princípio para essa divisão, as questões culturais. No primeiro estado, estava o clero, no segundo estava a nobreza e no terceiro estavam a burguesia e povo. Essa divisão atendia, essencialmente, os interesses das classes sociais dominantes no Antigo Regime, a nobreza e o clero, mas estavam em desacordo com os interesses da burguesia. Porém, se em essência, essa divisão da sociedade não atendia aos interesses burgueses, por uma questão dialética, atendiam a uma demanda provisória da burguesia que era a de se apresentar como aqueles que iriam lutar pelo direito de todos os oprimidos. A burguesia estava localizada numa condição de reivindicar a igualdade, a liberdade e a fraternidade como um projeto social e apresentá-lo para toda a sociedade como um projeto comum a todos. Isso era possível, primeiro devido ao desenvolvimento das forças produtivas que permitiram a condições ideais para que os indivíduos se identificassem enquanto indivíduos que estão inseridos numa totalidade, e percebessem ao mesmo tempo, que essa totalidade é uma condição histórica, portanto, construída pelos homens e se, os homens a construíram, eles podem modificá-las, e depois pelo fato de a própria burguesia se reconhecer enquanto classe social antagônica a outras classes que exerciam o poder político naquele momento da história da humanidade. Ao se reconhecer enquanto classe social antagônica a outras classes, a burguesia se reconheceu como um sujeito histórico e pode, enfim, liderar uma revolução que transformou toda a sociedade de maneira global.

Ao fazer a revolução, a burguesia reivindicou os direitos do homem e do cidadão, uma bandeira universal na qual caberiam todos na sociedade imaginada pelos dirigentes revolucionários. Mas, os discursos de defesa de todos os cidadãos serviram, já na época, para encobrir as diferenças de classes que existiam entre burgueses, proletários e outras classes. O conceito de cidadão se, por um lado cabia bem aos interesses da burguesia naquele momento, porque contrastava com o conceito de súdito (alguém submisso à monarquia), no

desenvolvimento do capitalismo, por outro lado esse termo ocultava as diferenças essenciais das classes sociais ao longo do processo histórico.

Portanto, a historicidade dos termos nunca devem ser esquecidas nas análises marxistas sob pena da não percepção de que em determinados contextos uma determinada expressão pode ser revolucionária e em outros contextos, a mesma expressão pode ser reacionária.

3.2 Consciência de classe: classe em si e classe para si

O debate em torno da concepção de classe social nos remete a outro tão importante quanto este: o conceito de consciência de classe. O momento em que uma classe se percebe como um conjunto de indivíduos que estão inseridos em um lado da produção de mercadorias e com interesses **históricos antagônicos** em relação ao grupo social que está outro lado, colocando essa consciência como ferramenta necessária para superar o sistema social opressor onde ela está inserida, esse é o momento da consciência de classe. Mas, a pura e simples localização no processo de produção não é a garantia que esse conjunto de indivíduos irá se tornar um sujeito revolucionário, ou seja, adquirir essa consciência histórica.

A primeira coisa que precisamos explicitar é que por consciência de classe entendemos uma consciência coletiva de um conjunto de pessoas localizadas num determinado espaço na produção da riqueza socialmente construída pela humanidade. Não se trata de consciências individuais que todos os indivíduos deveriam ter para se chegar a uma nova sociedade. No dizer de Lukács:

Essa consciência não é, portanto, nem a soma, nem a média do que cada um dos indivíduos que formam a classe pensam, sentem etc. E, no entanto, a ação historicamente decisiva da classe como totalidade é determinado, em última análise, por essa consciência e não pelo pensamento do indivíduo; essa ação só pode ser conhecida a partir dessa consciência (LUKÁCS, 2003,pág. 142)

Essa coletividade se expressa no nível de organização em que a classe se apresenta. Marx e Engels nos diziam em seu Manifesto Comunista que:

Os conflitos individuais entre o trabalhador e o burguês assumem cada vez mais o caráter de conflito entre suas classes. A partir daí os trabalhadores começam a formar uniões (sindicatos) contra os burgueses; atuam em conjunto na defesa dos salários; fundam associações permanentes que os preparam para esses choques eventuais. Aqui e ali a luta se transforma em motim. Os trabalhadores triunfam ocasionalmente, mas por pouco tempo. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a reunião cada vez mais ampla dos trabalhadores (MARX e ENGELS, 1982, página 101).

Ao dizer que o “*verdadeiro resultado de lutas não é o êxito imediato, mas a reunião cada vez mais ampla dos trabalhadores*”, Karl Marx nos aponta para a importância da organização política dos trabalhadores como elemento fundamental na formação da consciência de classe. As lutas são travadas, inicialmente, de maneira individual, depois evoluem para uma luta coletiva, num primeiro momento de forma desorganizada e, num segundo momento de forma organizada, assumindo, inicialmente, a forma de sindicatos e, depois a forma de partidos políticos. As diferentes formas de luta expressam os diferentes estágios de conscientização. A luta apenas individual não expressa uma consciência de classe. Quando ela está organizada em instrumentos coletivos, como sindicatos, por exemplo, temos uma consciência ampliada do indivíduo sobre a classe, mas ainda não temos a consciência de classe. Porém, podemos dizer que possuímos indivíduos conscientes sobre as condições de classe. Mas, Lukács nos adverte que: “*a consciência de classe não se trata do pensamento de indivíduos, por mais evoluídos que sejam, muito menos do conhecimento científico*” (LUKÁCS, 2003, pág.146). Portanto, não se trata de um conjunto de indivíduos que obtiveram o conhecimento científico sobre a sociedade. Isso ainda não é garantia que a classe irá se mover no sentido de sua ruptura com o sistema. Mas, esse estágio de ruptura individual com a lógica de reprodução desse sistema é necessário para atingirmos a consciência coletiva como um instrumento potencialmente emancipador de toda a humanidade.

Uma segunda coisa que precisamos explicar é que classe e consciência de classe são conceitos históricos, isto é, eles estão inseridos numa totalidade que se reproduz em constantes permanências e mudanças. Antes do advento do capitalismo, a compreensão de uma classe social capaz de revolucionar a história de uma maneira global era impossível de ser obtida porque as condições objetivas não permitiam tamanha compreensão. Daí o uso de termos como estamentos e estados gerais para se referir as divisões sociais existentes. Foi somente com o advento do capitalismo que surgiram as condições materiais que permitiram a uma classe social sem perceber enquanto classe e promover uma revolução. Como vimos a primeira classe social a fazer isso foi a burguesia. Depois que ela promoveu a revolução burguesa impondo ao mundo sua estrutura social, ela se torna uma classe social conservadora, pois seu objetivo histórico desde então tem sido a sua manutenção enquanto dona dos meios de produção e detentora do poder político na sociedade burguesa.

Esse fenômeno que ocorre quando uma classe social se percebe enquanto classe com interesses históricos antagônicos a outras classes é o momento da formação da consciência. Quando ele se dá, temos um salto qualitativo na consciência dos indivíduos. Somente nesse momento é que uma classe se torna plenamente revolucionária, quando ela deixa de ser

apenas classe em si mesma e tornar-se classe para si mesma. Sem esse reconhecimento é impossível apontar concretamente para um projeto revolucionário que promova uma ruptura com a totalidade social então constituída. A burguesia deu o exemplo de uma ação de classe dessa magnitude durante a Revolução Francesa.

Por consciência histórica também se entende que uma classe precisa compreender que está inserida numa totalidade, que essa totalidade possui contradições, especialmente, contradições de classe social, e que essa totalidade foi construída pelos seres humanos, e que, se foi construída pelos seres humanos, eles podem modificá-la, e podem modificá-la com um projeto de classe social que combata a lógica dominante da totalidade anterior.

Pode-se dizer, então que, consciência de classe é histórica porque apresenta um projeto de global de transformação da totalidade; é feita pelos seres humanos, não sendo obra divina, nem de ideais transcendentais; está em constante transformação, passando de uma consciência individual para uma consciência coletiva.

A formação da consciência de classe também se caracteriza por ser um processo cuja dinâmica se dá na própria luta de classes. Não é possível a um conjunto de indivíduos que não lutam coletivamente contra uma classe se perceberem enquanto classe antagônica a outra. No processo definido por Marx, a classe dos trabalhadores começa a luta de maneira individual e evolui para uma organização coletiva. A principal vitória nesse processo é a formação da consciência de que a luta deve ser feita de forma coletiva.

Então, formam-se os aparatos de luta, inicialmente, os sindicatos. Nesse momento, a consciência do trabalhador ainda se dá em bases econômicas pela sua sobrevivência imediata. Sua consciência muitas vezes se limita ao coletivo da fábrica ou talvez da cidade. Num estágio mais avançado ele pode evoluir para toda a categoria de um país inteiro. Chegará nesse ponto a identificar seus interesses com o de outros indivíduos que trabalham na mesma fábrica, ou na mesma profissão em diferentes lugares do país. Sua consciência evoluiu para uma coletividade maior. Ele identifica seus inimigos na luta como os proprietários da fábrica onde trabalha ou, talvez a associação patronal do mesmo ramo de produção em que trabalha. Se a sua consciência se limitar a enfrentar as dificuldades no trabalho dentro de sua categoria profissional, mas ao mesmo tempo, desprezar as lutas de outras categorias profissionais, ele ainda não possui uma consciência de classe. Sua consciência é limitada a sua categoria profissional. É um nível corporativo de consciência que não contribui para a emancipação do proletariado enquanto classe.

Nesse estágio, o trabalhador não identifica seus interesses com o de outros indivíduos que também sofrem a exploração do capital. Se avançar um pouco mais a sua consciência e o

trabalhador perceber que seus interesses são os mesmos de outras categorias profissionais no seu país, ele já possui uma consciência de classe, mas ainda limitada ao âmbito nacional, portanto, ainda é muito limitada. Karl Marx e Friedrich Engels (1982, p.124) terminam o seu manifesto com a seguinte frase: “*proletários de todos os países, uni-vos*”. Quando os trabalhadores percebem que seus interesses de classes não se resumem as lutas em seu país, mas elas estão presentes em todos os países numa dimensão internacional, então teremos uma consciência universal necessária para a consciência de classe.

Por consciência universal, entendemos um processo de luta dos trabalhadores que ocorre a nível mundial. Como o sistema capitalista é um sistema global, suas contradições também são globais e, sua contradição fundamental, entre capital e trabalho ocorre dentro de uma totalidade internacional. Daí, a necessidade de os trabalhadores possuírem uma consciência de luta que vá além das fronteiras nacionais.

Por fim, a consciência de classe se desenvolve plenamente quando os trabalhadores, ou a sua porção mais avançada (vanguarda) possuem uma consciência de totalidade do processo histórico. Quando eles percebem que sua contradição com o sistema não se resume a uma contradição conjuntural, momentânea, mas que é uma contradição histórica, somente sendo possível de superá-la por meio da superação de todo o sistema.

Um dos debates mais polêmicos em torno do tema da consciência de classe é se ela surge espontaneamente nos trabalhadores em sua luta direta contra o capital ou se ela vem de fora da classe através do destacamento mais avançado do proletariado, a vanguarda, de acordo com a concepção de Lenin.

Na Rússia, no início do século XX havia uma polêmica com os economicistas que defendiam que a consciência política dos trabalhadores surgiria espontaneamente por meio de suas lutas diretas contra a exploração capitalista. Porém, Lênin argumentava que isso não seria possível. Segundo ele, abandonar os trabalhadores a sua própria sorte, no máximo desenvolveria uma consciência sindical, ainda dentro dos limites da lógica de luta burguesa. Uma luta puramente sindical, economicista, não possui o nível de radicalidade suficiente para derrotar a lógica do capital. Para Lênin esse abandono da luta pela consciência dos trabalhadores iria, na verdade, beneficiar a burguesia que já teria uma teoria elaborada sobre a sociedade e teria mais condições e recursos para influenciar as consciências operárias no seu processo de luta.

Essa polêmica foi a tônica do II Congresso do Partido Operário Social Democrata Russo e as palavras de Lenin foram escritas na sua obra *Que Fazer?* Obra esta que deixou um

legado no marxismo do século XX sobre a relação entre vanguarda e trabalhadores que ainda hoje influencia o marxismo do século XXI.

O que a história nos mostra, através das lutas sociais dos séculos XIX, XX e XXI é que a consciência de classe não significa a consciência de todos os indivíduos da classe, mas a consciência de um amplo contingente de indivíduos da classe que se organizaram sobre diferentes formas de luta capazes de colocar em xeque a ordem do capital.

Na Rússia, os trabalhadores formaram os sovietes, organismos completamente superiores a todos os outros conhecidos até então. Superavam em muito os sindicatos, as associações e os partidos políticos. Estavam, além do nível de organização puramente economicista, politicista, conhecidos até então. Eram organismos de duplo poder que surgiram na Revolução de 1905, mas se consolidaram em 1917.

Por último, devemos dizer que o processo de formação da consciência de classe não será obra de intelectuais estudando o processo em gabinetes, mas será fruto do processo real de luta que os trabalhadores desenvolvem contra o sistema. Não será uma concepção puramente iluminista da sociedade que permitirá ao proletário desenvolver sua missão histórica. Isso não significa dizer que o trabalho acadêmico sobre o assunto deva ser desprezado e, conseqüentemente, restringir a luta contra o capital apenas as lutas militantes imediatas. A compreensão científica e filosófica deve ser uma constante para aqueles que lutam pela emancipação humana, mas, elas não devem servir para apontar o intelectual acadêmico como “um superior” no processo de organização de luta. As contradições específicas de cada chão de fábrica somente são compreendidas por aqueles que diariamente estão presentes nesse chão da fábrica exercendo a sua função produtiva por meio do trabalho. Esses são os indivíduos capazes de vivenciar e melhor formular uma leitura apropriada capaz de encontrar a melhor forma de organização da luta por local de trabalho.

Resumindo podemos afirmar que a consciência de classe dos proletários é:

- Histórica: ela ocorre dentro de uma totalidade constituída por uma série de complexos que foram construídos pelos próprios seres humanos e por eles podem ser modificadas. Essa totalidade possui uma lógica que expressa os interesses históricos da classe social dominante. Quando a classe oprimida possui a consciência dessa opressão e descobre o funcionamento dessa lógica, ela adquire condições de promover a ruptura com esse sistema opressor e estabelecer na sociedade o seu interesse histórico.

- **Coletiva:** Consciência de classe não se resume a consciências individuais de indivíduos que possuem a consciência da exploração de classe. Ela só ocorre quando os indivíduos percebem a necessidade histórica de organizarem coletivamente contra o domínio do opressor. Também não é sinônimo de conhecimento científico que alguns indivíduos possuem sobre a sociedade, mas a capacidade que uma fração significativa da classe é capaz de promover lutas sociais tendo por base esse conhecimento científico.
- **Universal:** percebe que a luta dos trabalhadores de um país faz parte da luta de todos os trabalhadores em todos os países. As lutas contra o capital nunca são isoladas. A mesma política neoliberal que é aplicada num país da América Latina também é aplicada em um país de outros continentes. A intensidade da exploração pode variar de um país para o outro, mas a lógica de exploração é a mesma. É uma lógica internacional do capital que necessita de uma resposta no mesmo nível. A consciência de classe começa se expressando nas lutas locais e nacionais, mas só estará plenamente desenvolvida quando os trabalhadores tiverem a consciência que sua luta é a luta de todos os trabalhadores de todos os países.
- **Orgânica:** lutar é, fundamentalmente, se organizar. Os trabalhadores depois que percebem a necessidade de coletivizar as lutas o fazem se organizando de diferentes formas. O nível de organização expressa o nível de consciência de uma classe. Quanto mais organizada, mais a classe põe em xeque a lógica do capital. Não é a toa que o Estado burguês (que, na prática, é o nível orgânico mais elevado de dominação burguês) trabalha para exercer o controle sobre todas as formas de organização que existem na sociedade, especialmente, entre os trabalhadores. Controlar sindicatos, associações e partidos de esquerda é uma necessidade histórica da burguesia.
- **Material:** as contradições que permitem o surgimento de uma consciência de classe não partem das especulações de nenhum autor iluminista e nem da subjetividade de nenhum autor pós-moderno. As contradições que permitem essa formação de consciências se encontram nas condições reais e concretas da existência desse trabalhador. São essas contradições materiais, possíveis de serem percebidas pela análise filosófica, que permitirão ao trabalhador ter a consciência de sua missão histórica.

- **Processual:** a consciência não nasce pronta e acabada na cabeça das pessoas. E nem o fato de elas estarem localizadas no processo produtivo como aqueles que não possuem os meios de produção e precisam vender sua força de trabalho para sobreviver, os tornarão automaticamente sujeitos revolucionários. A consciência parte de um estágio menos evoluído, para um estágio mais evoluído. Não existem garantias que todos os indivíduos passarão pelos mesmos estágios, mas existe a possibilidade histórica da ação de uma coletividade, de uma consciência média, onde proletários com o nível de consciência mais avançado, guiarão aqueles com nível de consciência mais baixo. O motor desse desenvolvimento das consciências são as próprias lutas onde os trabalhadores estão inseridos.
- **Teleológica:** a consciência histórica da classe trabalhadora idealiza uma transformação global da sociedade. Ela possui uma finalidade que necessita ser objetivada para a conclusão do processo de ideação do sujeito histórico. O sujeito somente se torna sujeito plenamente quando objetiva aquilo que foi por ele idealizado.
- **Ocorre por meio da dialética:** a consciência se forma dentro de uma totalidade onde existe uma tese estabelecida pela lógica burguesa e uma antítese que se contrapõe a essa tese que é a luta pela emancipação humana que está embrionariamente embutida dentro de todo esse processo. A consciência de classe está nesse processo dialético, sendo ela mesma uma consciência em disputa dentro dessa totalidade. Marx e Engels diziam na Ideologia alemã que *“os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes”* (Marx e Engels, 1998, página 48). Na mesma obra ele diz que *“a existência de ideias revolucionárias em uma determinada época já supõe a existência de uma classe revolucionária”* (idem, 1998, página 49)
- **Revolucionária:** Na concepção de Marx, o sujeito social da revolução são os proletários. A consciência dessa missão é um passo importante para a superação da lógica do capital. O momento em que os proletários se perceberem como sujeitos históricos revolucionários estarão dadas às condições para a superação do capital.

3.3 - É possível perceber a consciência de classe?

Vimos que os conceitos de classe, de luta de classe e de consciência de classe são inseparáveis. A simples localização das pessoas no processo de produção constitui apenas a base material necessária como ponto de partida para teorizarmos sobre o conceito de classe. Tal conceituação não ocorre em abstrato, mas dentro do processo histórico. Dizer que a localização das pessoas no processo produtivo refletirá “naturalmente” no desenvolvimento de sua consciência como um mero reflexo da relação entre infraestrutura e superestrutura significa cair no materialismo vulgar.

A formação das classes sociais está relacionada com o desenvolvimento da sua consciência. Só podemos falar em classe social, dentro da teoria marxista, se tivermos como perspectiva a luta e o objetivo histórico da classe. A compreensão desse objetivo histórico é o que caracteriza a consciência de classe. Ou seja, só se pode falar em uma classe social se analisarmos a dinâmica inerente ao contexto de lutas onde os indivíduos que estão dispersos em suas individualidades, mas que possuem uma mesma base material de existência comum, se identificam com interesses iguais uns com os outros e, ao mesmo tempo, se percebem com interesses históricos antagônicos a outra classe que os oprime. Nesse momento surge a consciência de classe e só então podemos falar em classe no seu sentido ontológico.

A questão é que não existe um “conscientômetro”, um possível instrumento capaz de medir a consciência de classes. Como então, medir algo tão subjetivo, como a consciência? Marx, numa de suas teses sobre Feuerbach, afirma:

A questão de atribuir ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas sim uma questão prática. É na práxis que o homem precisa provar a verdade, isto é, a realidade e a força, a terrenalidade do seu pensamento. A discussão sobre a realidade ou a irrealidade do pensamento – isolado da práxis – é puramente escolástica.

Esse texto é comumente interpretado no sentido de enxergar a prática como critério da verdade. Estudar consciência humana significa estudar as práticas humanas. É impossível medir elementos abstratos como o pensamento humano só por convicções pessoais, opiniões em bases subjetivas e, mesmo aquelas, fundamentadas em pensamento científico ou filosófico. O que de fato podemos mensurar é a prática humana, sendo esta fundamentada em teorias científicas ou no senso comum.

A questão é que a prática humana possui características diferentes das práticas de outros animais. É conhecida a frase de Marx, no capital onde afirma: *“o que distingue o pior mestre-de-obras da melhor abelha é que ele construiu o alvéolo na sua cabeça antes de o*

construir em cera” (Marx, o Capital, p.328 e 329). Aqui se observa um salto ontológico, ao analisarmos a categoria de prática. Diferente dos outros animais, o ser humano elabora previamente um objeto antes de produzi-lo na prática. Antes de iniciar o processo material, o homem já o iniciou no pensamento com uma finalidade posta. Lukács atribui grande importância a esse processo devido a sua dimensão teleológica, pois *“a teleologia, em sua essência, é uma categoria posta: todo processo teleológico implica o pôr de um fim e, portanto, numa consciência que põe fins”* (LUKÁCS, 2013, p.48),

A partir da categoria fundante do ser social, o trabalho, Lukács, desenvolve a compreensão de outras categorias humanas, entre elas está a de práxis. Ao transformar o objeto o homem também se transforma, pois desenvolve uma compreensão do objeto e de si mesmo como o ser que produz e como o ser que transforma o mundo ao seu redor. No entanto, o homem não se transforma somente a si mesmo, ele transforma outros seres humanos, pois, ele não age de maneira isolada, mas dentro de uma sociedade ou, como diria Lukács *“qualquer pôr teleológico é, em última análise, socialmente determinado...”* (LUKÁCS, 2013, p.92).

Portanto, a consciência humana está relacionado ao que Marx entendeu como práxis nas teses que escreveu sobre Feuerbach. Entre a concepção idealista que a ideia transforma o mundo e a concepção materialista vulgar que os homens apenas reproduzem na consciência as suas condições materiais de existência, Marx apresentou a seguinte tese:

A doutrina materialista que pretende que os homens sejam produtos as circunstâncias e da educação, e que, conseqüentemente, homens transformados sejam produtos de outras circunstâncias e de uma educação modificada, esquece que são precisamente os homens que transformam as circunstâncias e que o próprio educador precisa ser educado (MARX, 1998, p.100).

A relação sujeito-objeto ocorre num contexto material de existência possível de ser transformado pela ação humana teleologicamente posta. O ser humano transforma as circunstâncias e, ao transformar, compreende melhor essas circunstâncias, num processo onde ele se educa, e ao se educar ele desenvolve uma nova consciência do mundo.

Mas, para que essa nova consciência do mundo não seja traduzida num novo idealismo colocando a consciência num patamar acima das condições objetivas e do processo histórico, Marx desenvolveu o conceito de práxis revolucionária. (Teses sobre Feuerbach).

Entende-se, então, que o elemento mais adequado para estudarmos a consciência de uma classe social é o seu real processo de lutas. Elas ocorrem em circunstâncias materiais objetivas possíveis de serem modificadas pela ação prática humana teleologicamente posta, por sua práxis.

No estudo do nosso objeto de análise, os professores, analisaremos diversas formas de luta dessa categoria na última década, a começar pela luta sindical.

3.4 Luta sindical dos professores das escolas públicas da rede estadual do Ceará no início do século XXI

Duas grandes greves marcaram a categoria profissional de professores da rede pública estadual do Ceará nesse início de século XXI, as greves de 2011 (64 dias de duração) e a greve de 2016(107 dias de duração). A primeira foi motivada pela implementação da Lei 11.738 de 2008, que estabelecia o piso nacional da carreira de professor, na carreira dos professores do estado (Lei 1.066/93). O então governo estadual de Cid Gomes havia entrado com recurso junto ao STF com ação de inconstitucionalidade dessa lei. Após dois anos de espera, a lei foi declarada completamente constitucional.

Após essa derrota no Judiciário o governador do estado adotou uma nova manobra para não garantir o direito dos professores: passou a considerar que o piso era apenas para os professores de nível médio que, na época eram apenas 114 em todo o estado de um total de 14 mil. Além disso, não haveria repercussão na carreira. Portanto, seria uma interpretação que não garantiria um direito escrito na lei. Na verdade, aqui temos uma primeira lição para os “educadores que estavam sendo educados”: o que garante um direito não é o fato de ele está escrito na lei, mas a luta direta contra os interesses dos gestores do sistema!

A greve se desenrolou durante mais de dois meses e foi marcada pelo episódio da ocupação da Assembleia Legislativa, onde os servidores foram expulsos com a prática da violência policial. Essa ocupação foi promovida por professores de base, uma vez que a direção do sindicato, APEOC, adotava uma tática propositiva de negociação com o governo sem enfrentamentos diretos. Isso aconteceu devido ao fato de que a direção do sindicato possuía relações de proximidade política com o governador porque os principais partidos que dirigem a entidade, PT e PC do B, apoiavam Cid Gomes.

Tem-se aqui outra lição: a luta deve se feita com independência política de classe porque se as lideranças do movimento possuírem vínculos orgânicos com os gestores do capital, via partidos políticos ou outras formas de organização, essas lideranças não terão interesse em potencializar a greve, pelo contrário, lutarão como quinta coluna para derrotá-lo.

Como conquistas da greve, pode-se citar a adoção de um terço da carga horária destinada a atividade de não interação com os alunos (27 horas-aula de interação com os

alunos e 13 de não-interação). Já o reajuste do piso não teve a repercussão imediata na carreira, sendo criada uma nova tabela de remuneração para a categoria, reduzindo o impacto da progressão ao longo da carreira.

Na greve de 2016, motivada pela política do então governador Camilo Santana de conceder reajuste nas gratificações deixando o salário base sem reajuste, ocorreu numa conjuntura de grande movimentação da política nacional, contribuindo para politizar a greve. Foi o momento da luta de setores conservadores da sociedade pelo impeachment da então presidente Dilma Rousseff, das ocupações de escolas pelos estudantes em diversos estados da federação e da subida ao poder central de um governo mais alinhado com o projeto neoliberal, Michel Temer. Nesse contexto, a direção do sindicato, mais uma vez se mostrou alinhada com o governo do estado, só “radicalizando” o movimento nos momentos em que considerava necessário lutar em defesa da manutenção do governo de Dilma Rousseff.

Uma das polêmicas entre a base e a direção do sindicato era de apoiar ou não as ocupações feitas pelos estudantes nas escolas. As bases eram favoráveis às ocupações, enquanto a direção do sindicato era contrária. Essas ocupações fortaleceram a greve naquele ano, sendo um dos elementos que mais incomodaram o governo do estado e as gestões das escolas.

O apoio ao movimento estudantil refletia uma visão de mundo de inclusão de outros sujeitos no processo histórico, de educar a juventude pelo movimento. Desde que houve fortes manifestações populares em junho de 2013, a burguesia luta pela consciência da juventude brasileira. Se aproveitando do abandono das bases por parte das direções que, por apoiarem os governos petistas, decidiram utilizar as tradicionais organizações sindicais, especialmente a CUT, e estudantis, especialmente a UNE, como instrumentos de apoio aos governos petistas. Como resultado dessa política de controlar as direções dos movimentos operários e estudantis urgiu um afastamento das bases, deixando-as órfãs de perspectivas de luta. Mas, não existe espaço vazio na política. Se as direções abandonarem as bases, elas se voltarão para novas lideranças. Nesse, caso, o vazio foi ocupado pelos setores reacionários da sociedade, num processo onde um segmento conservador nos costumes e liberal na economia se reorganizou e passou a disputar a liderança da sociedade.

As ocupações das escolas foram defendidas por setores mais a esquerda no espectro da nossa política, ao passo que os setores mais a direita foram contra essas ocupações. A contradição das direções sindicais de combaterem as bases que estavam em luta direta contra as políticas de ajuste fiscal, que tinham, ainda em 2016, o PT como gerente dessas políticas, foi um dos fatores que levaram uma parte da juventude para posições conservadoras. Foi um

total de 67 escolas ocupadas em todo o estado durante a greve, segundo a contagem do G1 em 11 de agosto de 2016. O papel do apoio aos estudantes coube a base dos professores, enquanto a direção, por razões burocráticas foi contra.

As ocupações foram um importante momento de formação de consciência dessa juventude, mas também da formação da consciência dos professores, pois um dos elementos que expressam o amadurecimento da práxis revolucionária é a capacidade de uma classe se articular com outras classes, ou outros segmentos oprimidos da sociedade construindo uma reivindicação coletiva com base em interesses comuns. Embora, nem todos os interesses sejam comuns a todas as classes.

No final do processo de 107 dias de greve, a categoria sofreu uma derrota econômica, pois sua pauta de reivindicações salariais não foi atendida. As propostas dos governos e dos patrões vêm sempre no sentido de dividir a categoria, propondo aumentos diferenciados e “conquistas” diferenciadas. Nessa, em específico, havia a proposta de gratificações para alguns cargos como seria a substituição de Professor Coordenador de Área (PCA), com liberação de horas-aulas, mas sem remuneração, pela de Professor Coordenador de Estudos e Apoio ao Trabalho Docente (PCE), sem liberação de horas-aula, mas com remuneração. A direção do sindicato afirmava que essa seria uma forma de “valorizar” a carreira, mas por trás desse discurso estava a perspectiva de fracionar ainda mais a categoria. Um dos elementos mais positivos dessa greve é que nas assembleias, os professores decidiram pela manutenção do PCA numa forma de combater a divisão que, como vimos seria uma forma de fracionar as consciências. A reivindicação é que a valorização seria feita distribuindo os recursos que seriam destinados a essa gratificação para o aumento no salário base da categoria, como forma de valorizar o coletivo e não grupos específicos.

Resumidamente, podemos dizer que nessas lutas pesaram os elementos burocráticos, expressados pela direção do sindicato; de não-independência de classe em relação aos governos estadual e federal porque ambos tinham o PT a frente, partido apoiado pela direção do sindicato; de isolamento da base; de não compreensão da necessidade de articulação com estudantes que estavam em luta; de limitação às pautas economicistas; Enfim, de não desenvolvimento de uma práxis revolucionária.

Pesaram contra os professores: a sua fragmentação das consciências, cujas bases são: a fragmentação das relações de trabalho, aliada a fragmentação defendida pelo governo por meio de reajustes diferenciados e concessões diferenciadas, tudo isso em acordo com a direção sindical.

No Manifesto Comunista, Marx e Engels, diziam que o verdadeiro resultado as lutas dos operários do século XIX não era o êxito imediato, mas a sua união cada vez mais ampla. Esse aspecto é o mais importante de ser analisado. Diziam também que a classe está organizada enquanto classe quando está organizada em partido político. Ou seja, um elemento fundamental na análise da consciência de classe é a sua organização política. Se após as greves surge uma nova organização política, ou as organizações que já existem dão um salto de qualidade na sua práxis, tornando-se uma práxis revolucionária, única capaz de compreender a mudança das circunstâncias e da atividade humana, poderemos dizer que o educador foi educado.

Nesse aspecto, devemos analisar outro importante elemento da discussão: o nível de organização política dos professores.

3.5 As lutas e a organização política dos professores

Analisamos até aqui as lutas sindicais dos professores no início do século XXI. É importante destacar que nossa análise veio a partir da base que lutou e se organizou em zonas, em movimentos de oposição, que disputou as assembleias. Nesse momento destaco a minha participação pessoal nas greves e nas lutas gerais, porque as lutas não se limitam as greves: existem os momentos de organização e de mobilização onde a nossa participação de maneira orgânica, ou seja, organizando a si mesmo e outras pessoas em processos de mobilização, nos permite compreender melhor o contexto histórico das lutas. Isso é importante, porque os sindicatos e as reivindicações econômicas são um verdadeiro palco de contradições onde ocorre a luta de classe.

Mas, fundamentando-se em Lenin, defende-se a ideia de que reduzir as lutas apenas a dimensão sindical-econômica acreditando que, “naturalmente”, por meio dessas lutas as categorias profissionais irão alcançar a ideia de classe proletária e classe revolucionária como um simples reflexo da base material, seria cair num erro determinista, materialista vulgar.

Como vimos, para Lenin, a consciência vem de fora dessas lutas “puramente” econômicas. Limitar as lutas aos aspectos econômicas significará deixar os trabalhadores serem influenciados pela ideologia burguesa. A classe dominante possui um nível de organização social, cuja maior superestrutura é o Estado, mas possui outras com níveis de reprodução de sua ideologia extremamente poderosos como as mídias, o direito, e a própria base material capitalista de existência. Mas, os autores do Manifesto Comunista dizem em certa parte da obra que “a própria burguesia fornece ao proletariado os elementos de sua politização, em outras palavras, as armas contra ela própria”. Eles diziam isso, quando

descreviam como o desenvolvimento tecnológico facilitava as comunicações, a troca de informações, o acúmulo de conhecimentos pelo acesso às fontes da ciência, o desenvolvimento dos aparatos criados pela própria burguesia, como o direito, citado anteriormente, mas, fundamentalmente, pela capacidade de organização.

A organização é uma dos elementos mais importantes da sua luta, da sua educação revolucionária, da sua consciência e da sua práxis. As principais estruturas de luta não foram criadas pelos proletários, mas pelos próprios burgueses. Um partido, por exemplo, é um dos principais elementos da ação política de uma classe, porém, o que determina se a forma “*partido*” é burguesa ou proletária é o seu conteúdo na perspectiva histórica da classe. Após, a Revolução Francesa, a burguesia tornou-se uma classe conservadora, porque seu objetivo histórico é a manutenção das condições históricas atuais. Enquanto classe pode dizer que a burguesia tem consciência disso, mas o dizemos fundamentados em sua práxis histórica.

Já os proletários formam sua consciência no processo de lutas. Dizemos que sua consciência é revolucionária porque seu interesse histórico, enquanto classe é sua emancipação da exploração e da opressão do capital. É a sua possibilidade de produzir de maneira consciente os frutos do seu trabalho e ter acesso ao que de melhor foi produzido pelo gênero humano.

A questão é que nesses dois séculos de luta contra o capital as organizações proletárias que surgiram contra o capital, passaram por processos de degeneração. Além de constituir um partido proletário revolucionário no âmbito nacional, as contradições do sistema somente poderiam ser combatidas no âmbito internacional. Então surgiram as Internacionais, organizações que se propunham a ser partidos de luta contra o capitalismo em todo o mundo.

De acordo com Antonio Ozaí da Silva (1986), a história das lutas proletárias possuem uma dinâmica de cisões começando a partir da Primeira Internacional fundada por Marx e Engels em 1864, com o nome de Associação Internacional dos Trabalhadores. Esta organização foi marcada pela polêmica entre Marx, que então defendia a luta organizada em partidos políticos, a luta dos proletários por uma sociedade emancipada sem Estado e sem classes sociais que teria como momento de transição uma fase chamada de ditadura do proletariado, um estágio inferior do comunismo, onde ainda haveria Estado, também chamado de socialismo. Do outro lado estavam os anarquistas liderados por Mikhail Bakunin que negavam a necessidade de partidos políticos e de um período e transição rumo ao comunismo. Para eles, era necessário por fim imediato ao Estado por meio de uma revolução conduzida por uma elite revolucionária que poderia chegar ao poder apoiada pela ação direta das massas.

A luta entre as duas correntes políticas enfraqueceu a organização que encerrou suas atividades em 1876.

A Segunda Internacional teve início em 1889 e viveu o auge do imperialismo europeu, da expansão do capitalismo em escala mundial, oprimindo milhões de pessoas em todo o mundo, mas permitindo as bases da melhoria das condições de vida da sociedade européia. Naquele momento, por meio das lutas, a classe operária conquistava a redução da jornada de trabalho, o direito as férias, melhores condições de trabalho, previdência etc. Essas conquistas foram importantes para as lutas dos trabalhadores, mas a questão é que as direções da Internacional, cujo principal expoente era Karl Kautsky passaram a defender a tese da não necessidade da revolução socialista. Para eles, seria possível chegar ao socialismo por meio das lutas por reformas dentro do capitalismo. As bases reais dessa posição eram o crescimento econômico provocado pelo desenvolvimento da indústria, permitindo a burguesia uma margem de concessão aos trabalhadores como resposta a suas lutas.

Foi nesse contexto que surgiram Lenin, Rosa Luxemburgo e Trotsky que questionavam essas posições e defendiam a necessidade de ruptura com a lógica do capitalismo. Para eles, as teses de Marx eram atuais e o capitalismo gera crescimento da riqueza por meio da exploração de trabalhadores do mundo todo. Essa riqueza que é produzida, na verdade, pelos trabalhadores, mas é apropriada pela burguesia. Lenin mantinha a necessidade da revolução, dos partidos políticos organizados de maneira centralizada e o período de transição ao comunismo chamado de socialismo. Essa foi a luta entre reforma e revolução que iria marcar todas as lutas dos trabalhadores desde então.

Após a Revolução Russa de 1917, Lenin decide romper com a Segunda Internacional e, em 1919 é fundada a Terceira internacional chamada de Internacional Comunista. Ela rompia com o reformismo da Segunda, porém, após a morte de Lenin em 1924 e a expulsão de Trotsky da URSS em 1929, a liderança da Terceira Internacional caiu nas mãos de Josef Stalin. Nesse momento desenvolve-se uma nova degeneração no marxismo, com a perda da base ontológica de análise e queda das concepções marxistas num materialismo vulgar que davam grande ênfase aos aspectos econômicos tidos como a infraestrutura da sociedade. As ideias seriam reflexos diretos do desenvolvimento das bases materiais. Era a degeneração do marxismo, chamada de stalinismo. O apego às concepções materialistas vulgares fez com que o stalinismo apoiasse burguesias nacionais em países cujos governos pudessem apoiar a URSS com a sua tese de “socialismo num só país”.

Essas diferentes concepções de organização e lutas políticas marcaram os movimentos proletários do século XX e ainda marcam no século XXI. As visões anarquistas caíram num

voluntarismo que supervaloriza a vontade espontânea das massas na luta contra o capital. Na prática, como disse Lenin, deixar as massas a sua própria sorte permite apenas que a burguesia exerça sua influência sobre os trabalhadores. Já a tese do reformismo, embora tenha falhado do ponto de vista histórico, porque é impossível reformar capitalismo, se adaptou ao modelo político burguês em sua forma democrática e sobrevive de ser uma sombra que se movimenta a esquerda da burguesia, mas, ainda dentro da lógica burguesa. Por fim, o stalinismo cumpriu um papel histórico de degeneração do marxismo, transformando o modelo soviético numa ditadura burocrática e totalitária que fracassou diante do capital e ainda enfraqueceu a luta mundial pela emancipação humana. Como dissemos anteriormente, não é possível, separar a luta de classes da consciência de classe, portanto, ao enfraquecer a luta ele enfraqueceu o desenvolvimento da consciência.

No Brasil, todas essas concepções políticas atuam nas nossas organizações políticas contribuindo para o desenvolvimento ou o retrocesso nas consciências dos trabalhadores. São diversas tendências atuando no processo real de luta, sofrendo todas as pressões da realidade material. Todas as lutas e conquistas dos trabalhadores contribuíram para o desenvolvimento de sua consciência, mas as derrotas também contribuíram de maneira a retrocedê-las. A História da América Latina, marcada por golpes de Estado capitaneados pelos Estados Unidos foram duros golpes na consciência dos trabalhadores. A derrota de Salvador Allende demonstrou o fracasso de um “socialismo por dentro do capitalismo”, a Revolução Cubana pressionou a defesa de movimentos voluntaristas que atribuíam às guerrilhas desconectas das massas e do movimento operário a condição de derrotar o sistema sócio econômico do capital.

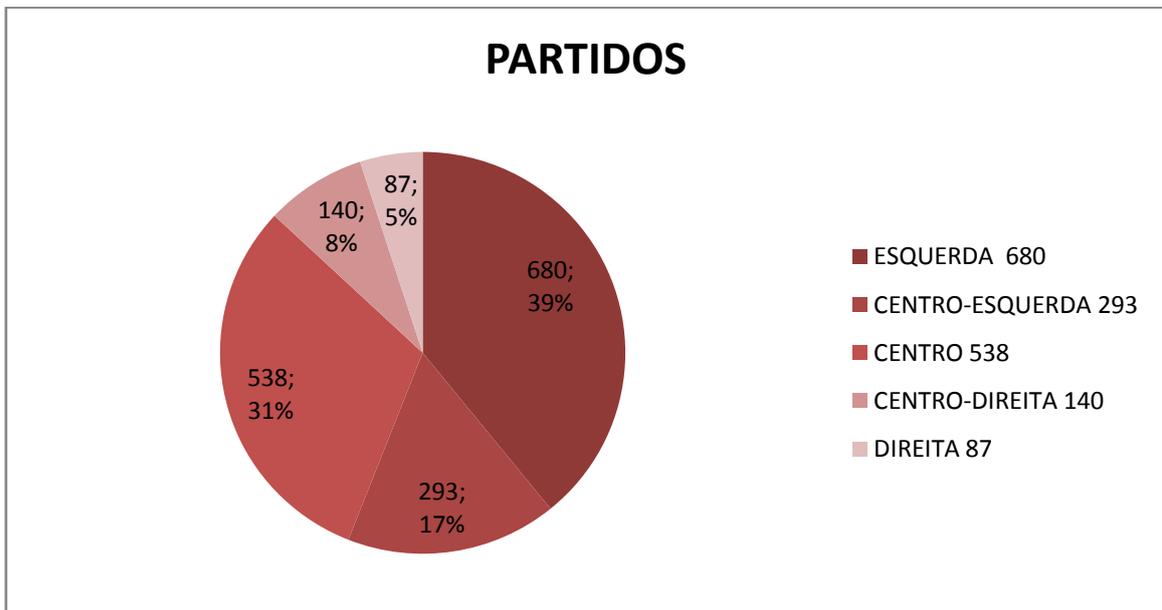
Nenhuma organização política dos trabalhadores passou ileso do contexto histórico. Todas elas reproduzem de uma forma ou de outras as degenerações históricas das lutas. Assim, surgem os partidos políticos brasileiros. O PCB, Partido Comunista Brasileiro e o PC do B, degeneraram no stalinismo. Na atualidade, a maior parte das organizações vegeta no reformismo, que hoje é inferior ao da Segunda internacional. Os partidos políticos atuam dentro das perspectivas do sistema político sem enfrentar em essência a lógica do sistema. Dessa forma, a participação nos processos eleitorais tem sido uma das táticas mais usadas pela esquerda brasileira, nas últimas três décadas.

Essa consciência política onde "ser consciente" ou "não ser alienado" significa "saber votar", tem contribuído para a não realização daquilo que Marx chamou de práxis revolucionária. Entre a categoria de professores, é notória a participação nesse processo.

Nas eleições de 2018 os professores de esquerda foram maioria entre os candidatos a cargos proporcionais em todo o Brasil. De acordo com a Gazeta do Povo, eles eram quatro

vezes mais do que os professores candidatos nos partidos de direita. O PSOL foi a legenda que mais apresentou professores como candidatos. Os dados foram obtidos no Sistema de Divulgação de Candidaturas (Divulgacand). Eram 973 professores candidatos pela esquerda e 228 pela direita; outros 537 foram considerados candidatos do centro. Vamos aos números.

Gráfico 1 – Número e percentual de professores candidatos no Brasil classificados de acordo com o espectro político de seus partidos (direita, esquerda ou centro) nas eleições de 2018.



Fonte: Fonte: SANTIAGO (2018)

O PSOL foi partido que apresentou o maior número de candidatos professores, 283, seguido de PT, 178, REDE, 101, PC do B, 81, PV, 68 e PSTU, 64. A classificação entre direita e esquerda pode provocar polêmica, pois muitos partidos brasileiros não seguem um programa político com clara delimitação ideológica. Esses, na prática concreta, fazem o jogo do capital.

Mas, chama a atenção os números da esquerda, tendo o PSOL com o maior número de candidatos professores, numa expressão que a categoria, a nível nacional, por meio de uma forma de luta por dentro do regime, portanto, sem se contrapor aos interesses históricos do capital, exerce uma postura que podemos identificar como sendo avançada.

Participar das eleições é uma forma de luta e, mais ainda, é uma forma consciente de luta, mas essa consciência somente será a consciência num sentido apontado pela práxis revolucionária se estiver atrelada a outras formas de luta. Um candidato compromissado com a luta contra o capital não limita seu discurso as tarefas exigidas pelo sistema. Pelo contrário, a participação nas eleições deve servir para alavancar outras formas de luta, portanto, alavancar a identidade e classe e a consciência de classe.

Observa-se abaixo uma tabela com o número de candidatos por partido e a sua divisão por espectro político de acordo com os critérios utilizados pelo Jornal Gazeta do Povo em 27 de setembro de 2018. Na política brasileira a classificação dos partidos em direita, centro ou esquerda possui algumas dificuldades devido à existência de partidos sem uma clara identidade programática.

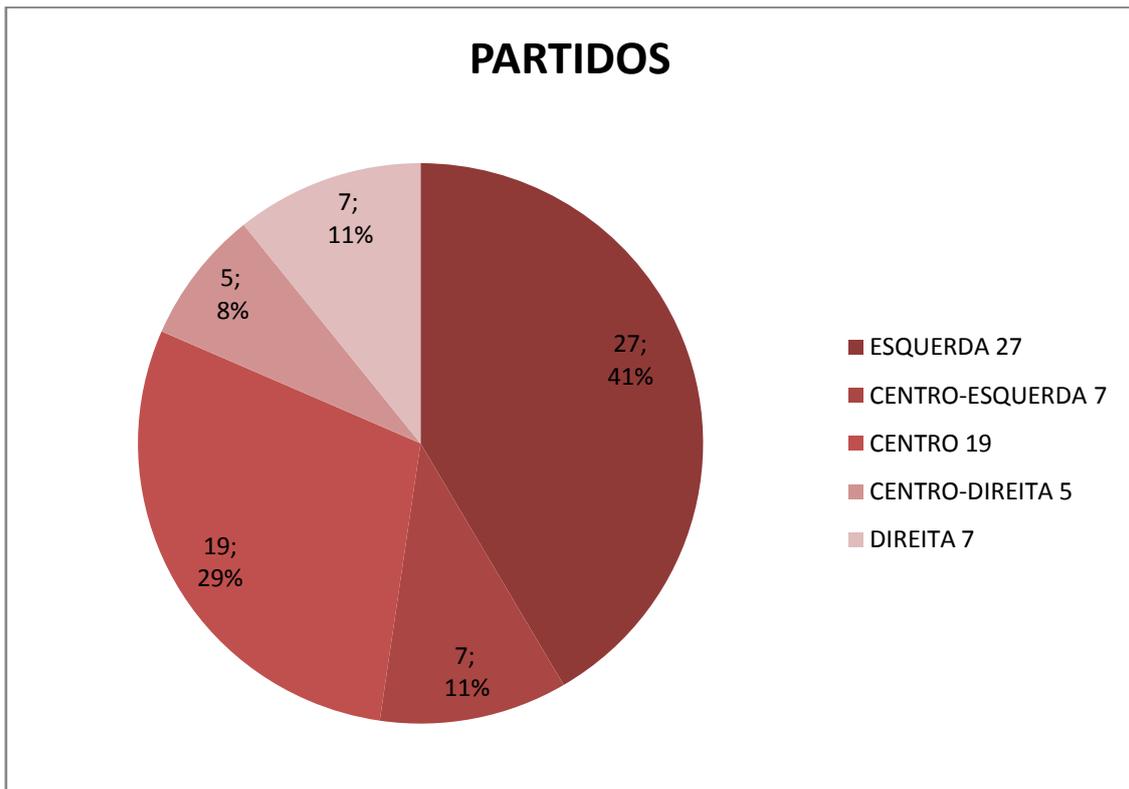
Tabela 1 – Número de professores candidatos nas eleições de 2018 e seus respectivos partidos classificados por espectro político (direita, esquerda ou centro)

ELEIÇÕES DE 2018		
PARTIDOS	PROFESSORES CANDIDATOS	ESPECTRO POLÍTICO
PSOL	283	ESQUERDA
PT	178	ESQUERDA
REDE	101	CENTRO-ESQUERDA
PC do B	81	ESQUERDA
PV	68	CENTRO-ESQUERDA
PSTU	64	ESQUERDA
PDT	62	CENTRO-ESQUERDA
PSB	61	CENTRO-ESQUERDA
PATRIOTA	54	DIREITA
PSL – 43	43	DIREITA
PTC – 42	42	CENTRO
PPS – 41	41	CENTRO-DIREITA
PROS – 41	41	CENTRO
MDB – 40	40	CENTRO
PHS – 39	39	CENTRO
PSDB – 39	39	CENTRO-DIREITA
PODE – 37	37	CENTRO-DIREITA
DC – 36	36	CENTRO
AVANTE – 35	35	CENTRO
PMN – 35	35	CENTRO
PRB – 32	32	CENTRO
PRTB – 32	32	DIREITA
PTB – 30	30	CENTRO
PCO – 28	28	ESQUERDA
PPL – 27	27	ESQUERDA
PP – 26	26	CENTRO
PSC – 26	26	CENTRO
PRP – 25	25	CENTRO
DEM – 24	24	CENTRO-DIREITA
SOLIDARIEDADE – 23	23	CENTRO
PCB – 19	19	ESQUERDA
PMB – 19	19	CENTRO
PR – 17	17	CENTRO
PSD – 17	17	CENTRO
NOVO – 12	12	DIREITA

Fonte: SANTIAGO (2018)

Desses, dão aula no Ensino Médio 762, no Fundamental 434, no Ensino Superior 424 e na Educação Profissional 118. Assim, utilizando os mesmos critérios seguidos pelo Jornal Gazeta do Povo fizemos uma pesquisa com os candidatos a cargos proporcionais no estado do Ceará na mesma eleição e utilizando a mesma fonte, o Sistema de Divulgação de Candidaturas, o DivulgaCand disponível na internet. Seguem os dados:

Gráfico 2 - Número e percentual de professores candidatos no estado do Ceará classificados de acordo com o espectro político de seus partidos (direita, esquerda ou centro) nas eleições de 2018.



Fonte: BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (2018)

Observe os candidatos por partido:

Tabela 2 – Número de professores candidatos nas eleições de 2018 (Ceará) e seus respectivos partidos classificados por espectro político (direita, esquerda ou centro)

ELEIÇÕES DE 2018	CEARÁ	
PARTIDOS	PROFESSORES CANDIDATOS	ESPECTRO POLÍTICO
PSOL	17	ESQUERDA
PMN	5	CENTRO
PROS	5	CENTRO
PC do B	4	ESQUERDA
PT	4	ESQUERDA
DEM	3	CENTRO-DIREITA
PRTB	3	DIREITA

PTC	3	CENTRO
REDE	3	CENTRO-ESQUERDA
PDT	2	CENTRO-ESQUERDA
PPS	2	CENTRO-DIREITA
PR	2	CENTRO
PSL	2	DIREITA
AVANTE	1	CENTRO
MDB	1	CENTRO
NOVO	1	DIREITA
PATRIOTA	1	DIREITA
PCO	1	ESQUERDA
PSB	1	CENTRO-ESQUERDA
PSD	1	CENTRO
PSTU	1	ESQUERDA
PTB	1	CENTRO
PV	1	CENTRO-ESQUERDA

Fonte: BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (2018)

Dos 65 candidatos que informaram a profissão de professores no registro de suas candidaturas, 17 são do PSOL, 4 do PC do B, 4 são do PT, um do PCO e mais 1 do PSTU, partidos que se apresentam no espectro a esquerda da nossa política. Os candidatos professores por essas legendas foram um total de 27, totalizando 41% dos candidatos registrados como professores nessa eleição. Essas legendas estão inseridas em todo aquele debate histórico descrito na história das internacionais. Todas elas enfrentam contradições que vão do reformismo ao voluntarismo, passando pela influência do stalinismo e, conseqüentemente, pela degeneração do marxismo.

Considerar a consciência política dos professores somente pela sua participação em eleições ainda é muito limitado porque a práxis política revolucionária passa por muitas outras ferramentas de luta. Existem organizações proletárias que sequer participam das eleições, como os anarquistas, por exemplo, segmento, do qual muitos professores se consideram integrantes. Existem outros que não são anarquistas e defendem a necessidade da organização política, mas na eleição defendem a não participação ou o voto nulo, que como vimos o critério para se considerar tal tática coerente é a sua contextualização histórica. Toda forma de luta é válida desde que esteja a serviço da práxis revolucionária. Não existe forma de luta única válida para todos os tempos históricos como a “correta”, a “verdadeira tática marxista”, a “única revolucionária”. O que pode determinar isso é o contexto histórico e a capacidade de um sujeito revolucionário fazer uma análise com todo o referencial teórico ontológico disponível para isso.

4 FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE DOCENTE: ALIENAÇÃO, ORGANIZAÇÃO SINDICAL E POLÍTICA E FRAGMENTAÇÃO DO TRABALHO

Nesse capítulo serão abordados elementos que fazem parte da rotina do trabalho docente desde a sua formação, passando pelas experiências profissionais, pela legislação e pelas relações dos profissionais de ensino com as lutas específicas de sua categoria profissionais bem como com as lutas de outras categorias. Iniciaremos nossa abordagem explicando como se dá a alienação na profissão docente, bem como a relação entre educação, classe e luta de classe.

4.1 Alienação na profissão docente

Até aqui analisamos a maneira como a alienação ocorre na sociedade capitalista de um modo geral. Nosso referencial teórico foram as obras de Marx, em especial os Manuscritos econômicos e filosóficos, obra de sua juventude, na qual ele analisou os aspectos gerais da alienação que foram resumidos por Mészáros (2006, p. 20) da seguinte forma: “*o homem está alienado da natureza, de si mesmo (de sua própria atividade), do seu “ser genérico” (de seu ser como membro da espécie humana) e o homem está alienado do homem (dos outros homens)*”. Aprendemos que a base real da alienação é a alienação do homem do produto do seu trabalho que ele enxerga como algo estranho a ele, que não lhe pertence, mas a outros. Devido a isso, os homem não se realiza no seu trabalho, vendo-o como um martírio, uma obrigação da qual ele deseja se livrar o quanto antes. Dessa forma, o homem não se enxerga na sua generidade, compreendendo a si mesmo como um ser isolado e até, em oposição aos outros homens.

Como se pode perceber, as bases que Marx analisou no processo de alienação foi a base industrial, o homem a que ele se refere é o operário das fábricas cuja atividade se realizam na relação com a natureza, transformando-a, para produzir objetos com valores de uso que serão convertidos em mercadorias tornados valores de troca. Temos descrito aqui a alienação dos operários, dos trabalhadores, enquanto classe que transforma a natureza.

A questão é saber se essa alienação ocorre em outras classes sociais que, da mesma maneira que os operários, não são proprietários dos meios de produção e necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver. São os profissionais que atuam no setor de serviços dos quais o nosso objeto específico são os professores.

Nos manuscritos de 1861 a 1863, Marx dizia que a característica da atividade desses profissionais, onde ele exemplifica além de professores, os artistas, os médicos, os padres e, poderíamos incluir os advogados, é que a sua produção é inseparável do ato de produzir. Estes profissionais exercem uma atividade onde o seu produto é a própria realização da atividade, uma prestação de serviços, onde sequer existe a garantia do sucesso desse serviço produzido. No caso dos professores, percebemos que o seu principal meio de “trabalho” é o seu conhecimento e sua metodologia de ensino. Tais meios de “trabalho” são inseparáveis do seu ser individual, onde ele for, ele levará consigo essa ferramenta. O mesmo ocorre com médicos e advogados, por exemplo. Nesse caso, percebemos que esses profissionais não compõem a classe que vive diretamente do trabalho, mas seu rendimento vem da prestação de serviços, cujo pagamento é proveniente da riqueza que foi originada na produção de mercadorias.

Portanto, o professor é um profissional que, em princípio, não pode ser alienado da sua ferramenta de trabalho, o seu conhecimento. O produto do seu trabalho é consumido ao mesmo tempo em que ele realiza a sua atividade que, por não se relacionar diretamente com a transformação da natureza, não pode ser conceituada como trabalho. Então, o professor não é alienado? Nem está estranhado do gênero humano? Seria, então, um sujeito historicamente revolucionário?

Marx, continua na mesma obra afirmando que nessas condições “*o modo de produção capitalista só se verifica em extensão reduzida e, em virtude da natureza dessa atividade, só pode estender-se a algumas esferas.*” (MARX, Manuscritos de 1861 a 1863). Portanto, verifica-se certa autonomia do complexo da educação dentro do sistema capitalista. Antes de continuar, devemos deixar claro que o método materialista dialético desenvolve sua teoria tendo a totalidade como uma de suas categorias fundamentais, e que, nesse caso, todas as classes, mesmo aquelas que não vivem diretamente do trabalho, sofrem mediações dentro do sistema. Aí ocorrem os espaços de autonomia, mas as bases materiais da alienação, do fetichismo da mercadoria, e do estranhamento estão colocadas para todas as classes. No Manifesto Comunista, Marx e Engels colocavam que:

(...) o capital é um produto coletivo e só pode ser posto em movimento pelos esforços combinados de muitos membros da sociedade ou, em última instância, pelos esforços combinados de todos os membros da sociedade. O capital é, portanto, uma força social e não pessoal. (MARX e ENGELS, 1982, p.106)

Em resumo, para analisar essa problemática, nunca devemos esquecer-nos do caráter social do capital, bem como das categorias da totalidade, contradição e mediação (PAULO NETTO, 2011, P. 56).

Voltando, então, a categoria profissional de professores, vamos analisar como os aspectos da alienação se dão entre esses profissionais. Começamos pela exterioridade, aspecto segundo o qual o trabalhador não percebe o seu trabalho como algo que lhe pertence, mas a outro. No sistema capitalista, “*a burguesia converteu o médico, o padre, o poeta, o homem da ciência em trabalhadores assalariados*” (MARX e ENGELS, 1982, p. 96). Além disso, ela também “*aglomerou a população, centralizou os meios de produção, concentrou a propriedade em poucas mãos*” (Idem, p. 98). Todos esses acontecimentos descritos no Manifesto Comunista se deram no contexto da revolução burguesa caracterizada como uma revolução social que mudou as características fundamentais da sociedade, sendo todos os seus setores modificados pelo processo revolucionário, em diferentes graus e medições.

Os professores, nesse contexto, se tornaram uma profissão docente. Antigos preceptores, a maneira descrita por Rousseau em Emílio, que exerciam sua atividade de maneira “independente” no Antigo Regime, deu origem a professores que iriam ministrar suas aulas não mais para estudantes individuais, mas para turmas de estudantes em escolas com caráter cada vez mais coletivos, expondo conteúdos cada vez mais alinhados com a lógica da nova classe social dirigente. No contexto, da Revolução Francesa a ideia de uma “educação para todos” ganhava força na sociedade, porém, por trás desse discurso, a burguesia escondia seus reais interesses que partiam desde, retirar da Igreja Católica a sua influência sobre a população, propondo, então uma escola laica, até subordinar a classe proletária a uma instrução voltada cada vez mais para a reprodução da lógica do capital.

Apesar do discurso democrático de educação ao longo desses mais de dois séculos pós-revolução burguesa, a escola, tem expressado seu conteúdo de classe que como bem disse Ana Anita Schlesener:

É o que se deduz, por exemplo, comparando o período francês de 1789-1792 e o período Napoleônico; ou analisando as reformas educacionais no curso da história do Estado moderno: as políticas públicas evidenciam a primazia dos interesses burgueses, ora no incentivo à formação clássica, ora no investimento na formação profissional ou nas duas ao mesmo tempo, concretizando, a formação diferenciada de classe (SCHLESENER, 2011, P.108).

Portanto, os professores tiveram sua condição social reduzida a prática de repassar conteúdos padronizados por leis que expressavam os interesses de uma classe dominante, classe essa que subordina toda a sociedade a sua lógica de reprodução. Na Crítica ao programa de Gotha, Marx dizia que “*era preciso banir da escola qualquer influência do governo e da Igreja*” (2012, p.121). Sua crítica residia no fato de que o Estado surgido após as revoluções era um Estado que representava os interesses burgueses e sua influência sobre as escolas consistia em alienar não só os profissionais de ensino, como também a população.

Para Marx, *“é o Estado que precisa ser rudemente educado pelo povo”* (MARX, 2012, p. 121).

Na organização do trabalho docente feito pelo Estado, os professores são classificados em níveis, recebem salários diferentes por meio de faixas salariais determinados pelos planos de carreira, além de gratificações “por desempenho”, são divididos entre os concursados e temporários, trabalhadores de escolas privadas e servidores públicos, enfim, a profissão docente é uma atividade amplamente fragmentada, determinada por leis que vem de cima atendendo à lógica do capital. Ou seja, os professores sentem na pele sua situação de exterioridade porque sua atividade é cada vez mais determinada por uma força que se encontra fora de seu ser, enquanto indivíduo e enquanto categoria profissional. Os professores não se realizam no seu “trabalho”, quando este é determinado por outros.

Mas, além de não reconhecerem mais a sua atividade como algo que efetivamente possam controlar, os professores se encontram alienados de outros profissionais da mesma categoria e de outros profissionais de outras categorias. A fragmentação do seu “trabalho” é a base da fragmentação da sua consciência. Na rede pública do estado do Ceará, por exemplo, grande número de profissionais é empregado por contrato temporário, embora a legislação exija concurso público. Esses somavam cerca de 60% da categoria em 2012, segundo dados do Censo Escolar daquele ano. A legislação estadual permite que esses profissionais assim contratados exerçam a mesma atividade, com a mesma jornada semanal de “trabalho” (40 horas) recebendo salários menores, sem possuir plano de carreira, nem reconhecimento de títulos, sem direito a férias regulamentares, além, óbvio de não possuírem estabilidade no emprego. Dessa forma, eles são vistos por gestores e profissionais de ensino concursados como “uma categoria dentro de outra categoria”, o que na verdade expressa um estranhamento de classe, uma não-identidade, uma alienação de uns para com os outros. No seu processo de lutas, as suas reivindicações são também fracionadas, como expressão do fracionamento real de sua condição profissional.

Além dessa divisão dentro da rede pública, estadual, temos a divisão entre as redes públicas entre estados, municípios, governo federal, entre nível fundamental, médio e superior, entre técnicos, profissionalizantes e acadêmicos. Cada um submetido a legislações especificamente diferentes, em seus respectivos espaços, apesar de uma legislação nacional, a LDB. Esse complexo de fracionamentos fraciona também suas reivindicações, fazendo com um segmento da categoria não se identifique com a luta de outro segmento da mesma categoria.

Diante disso, temos também que a relação fetichizada da mercadoria sobre toda a sociedade, fazendo as pessoas relacionarem-se com objetos como se estes tivessem vida própria de um modo que os professores, como as demais categorias, no seu consumo não percebam que ao comprar produtos transformados em mercadorias se relacionam com outros seres humanos que produziram aquela mercadoria. Que o seu processo de consumo faz parte da reprodução do capital, que o seu consumo é um consumo alienado, pois a base da produção não é uma base de trabalho livremente associado, que seria necessário para que a humanidade tivesse o controle do que é produzido. As relações de trabalho, dentro do sistema capitalista são relações assalariadas, controladas pela burguesia, que por sua vez, parece seguir o fetiche da mercadoria, numa relação cíclica de produção alienada e consumo alienado que perpassa toda a sociedade.

Dessa forma, a emancipação desse fetiche passaria pela mudança da forma de produção em base alienada, para uma base onde prevalecesse a livre associação dos trabalhadores. Tal forma de emancipação se dará pela emancipação do proletariado, portanto, para os professores, a sua emancipação, enquanto classe intermediária de profissionais assalariados, somente se daria por meio da emancipação do proletariado, enquanto produtor dos valores de uso e de valores de troca do sistema.

Mészáros demonstrava as dificuldades existentes nesse processo de superação da alienação:

A atividade na forma dominada pelo isolamento capitalista – em que “os homens produzem como átomos dispersos sem consciência de sua espécie” – não pode realizar adequadamente a função de mediação entre o homem e a natureza, porque “reifica” o homem e suas relações e o reduz ao estado de sua natureza animal. Em lugar da “consciência da espécie” do homem, encontramos o culto da privacidade e uma idealização do indivíduo abstrato. Assim, identificamos a essência humana com a mera individualidade, a natureza biológica do homem é confundida com a sua própria natureza, especificamente humana. Pois a mera individualidade exige apenas meios para a sua subsistência, mas não formas especificamente humanas – humanamente naturais e naturalmente humanas, isto é, sociais – de auto realização, as quais são, ao mesmo tempo, manifestações adequadas da atividade vital de um ser genérico” (MÉSZÁROS, 2006, p.80).

O culto à liberdade individual e liberdade de escolha colocada pelo capitalismo, geralmente associado ao consumo (você é mais livre e mais bem sucedido se usar produto tal), tem sido um empecilho para a identificação do gênero humano. A lógica do capital penetrou em todas as classes promovendo um estranhamento nas relações entre os indivíduos que cada vez mais enxergam os seus interesses individuais acima dos demais interesses. A luta pela sobrevivência é colocada como a luta mais importante custe o que custar. A

consciência política é associada à politicagem vulgar, onde o fisiologismo dos políticos profissionais é colocado quase como a única coisa que *“os políticos fazem”*. Enfim, as bases do rebaixamento da consciência levam os homens a uma relação desumanizada de suas relações entre si. O homem passa, então, por um processo de redução de si mesmo, através de um *“‘inconsciente’ determinado por necessidades alienadas, as quais os homens se submetem a instrumentos cada vez mais poderosos de sua ação”* (MÉSZÁROS, 2006, p. 98)

Para superar essa situação devemos ter em mente a necessidade de luta contra a lógica do capital para que possamos alcançar a verdadeira liberdade, que diferente da liberdade alienada do capitalismo deve ser uma liberdade humanamente condicionada, ou seja, a liberdade, que só existirá a partir do momento em que de fato o trabalho for livre e autoconsciente, numa livre associação de trabalhadores, algo que não está dado no sistema capitalista, cuja base é o trabalho assalariado, com produção alienada. Como disse e Mézáros *“o único poder capaz de superar praticamente (“positivamente”) a alienação da atividade humana é a própria atividade humana autoconsciente.* (MÉSZÁROS, 2006, p.165)

Nesse momento teremos de abordar o papel da educação nesse processo de superação do trabalho alienado e, em função disso, voltaremos mais uma vez a obra de Lukács. De acordo com o intelectual húngaro, *“a educação do homem – concebida no sentido mais amplo possível – nunca estará realmente concluída”*. (LUKÁCS, 2013, p.176). Como complexo que possui certa autonomia na totalidade do sistema, a educação como nos é apresentada pela ideologia burguesa parece ser algo estranho a nós, porque cada vez mais ocorre a separação da educação em sem sentido estrito de seu sentido amplo. Somos orientados a ver a educação limitada a seu sentido estrito porque essa é a forma histórica encontrada pela burguesia, no capitalismo, e por outras classes dominantes, como o clero, em outros sistemas socioeconômicos, para impor sua dominação por meio desse complexo. A educação, em sentido estrito, é usada como um forte instrumento de reprodução do sistema. No capitalismo, cada vez mais a educação em sentido estrito destrói as antigas tradições e parece universalizar padrões chamados de ocidentais, ou mesmo de judaico-cristãos ocidentais. Como consequência, na consciência dos homens, segundo Lukács *“a reprodução da sociedade como um todo lhe subtrai as possibilidades de desdobramentos, de exercer influência, de buscar alternativas reais presentes e futuras”* (LUKÁCS, 2013, p. 178).

O autor húngaro defende a tese de que *“a problemática da educação remete ao problema sobre a qual está fundada: sua essência consiste em influenciar os homens no sentido de reagirem às novas alternativas de vida do modo socialmente intencionado”*

(LUKÁCS, 2013, p. 178), ou seja, o problema da educação é o seu poder de influenciar consciência, de ser um por teleológico secundário com relativa autonomia, mesmo dentro de um sistema de poder universal, que não encontra adversário que não seja a sua própria contradição interna. O poder da burguesia sobre a sociedade passa pela reprodução desse sistema e a educação, em sentido estrito, precisa ser controlada pelo capital. É preciso que seu discurso, mesmo os mais radicais em defesa da cidadania, seja, o da defesa da cidadania nos marcos sistema. Que o horizonte apontado de solução para os problemas seja horizonte capitalista. Ivo Tonet discorreu sobre essa problemática em sua obra Educação, cidadania e emancipação humana.

Pode-se dizer que o professor enquanto o trabalho docente tem suas atividades limitadas à educação em sentido estrito. A ele é negada pelo sistema a condição de ser, de fato, o professor, proprietário de seu meio de produção, o conhecimento, que o permita utilizá-lo livremente para educar as pessoas, num sentido de educar para a emancipação. Submetido às condições do sistema ele é “educado” para “educar” conforme as “regras do jogo”. No espaço destinado ao ensino, ou seja, nas escolas, ele vê os estudantes serem submetidos ao controle do tempo, como determina o capital. (nunca devemos esquecer que a medida do valor está relacionada com o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de mercadorias, no capitalismo). Por isso, nas escolas existe o tempo exato de começar as atividades de ensino, o intervalo da refeição, o controle do tempo para ir ao banheiro, o toque da sirene para indicar o término das aulas, o controle da disciplina como o argumento de “educar” para o trabalho e não para a humanização do ser enquanto indivíduo e enquanto gênero humano. Tudo isso, como numa fábrica.

Além disso, temos o estabelecimento de metas, de prazos, de atividades, de “trabalhos”, de seminários, tudo devendo ser avaliado com base em “competências e habilidades”. O documento da Base Nacional Curricular Comum de 2018 define “competências” como *“mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.”* Tal definição, coloca para os sistemas de ensino a responsabilidade de “educar” numa perspectiva de capacitar o indivíduo para ser um indivíduo submetido à lógica do capital, enxergando as relações entre as pessoas caracterizadas, por desigualdades (inclusive de oportunidades), pela competitividade, pelo isolamento de interesses, como algo “natural” inerente a “natureza humana”. Seu papel “consciente” seria o de fazer apelos morais por

justiça, igualdade e cidadania, por meio de argumentos fundamentados em bases morais abstratas. Dessa forma, a “consciência crítica” descrita nessa base é a “consciência crítica” nos marcos burgueses de entendimento. Ou seja, a educação, em sentido estrito reproduz o capital, a escola reproduz a fábrica, o conteúdo escolar reproduz a moralidade burguesa, os profissionais docentes vêm “naturalmente” sua atividade como a atividade de formação de “cidadãos úteis à sociedade”.

Deve-se alertar nesse momento que o fato de a educação em sentido estrito reproduzir o capital não significa dizer que isso é algo dado apriori, válido para todos os tempos históricos, em todos os contextos, que a reprodução é algo inerente aos sistemas de ensino em absoluto. Dizer isso seria cair no idealismo e fugir da essencial do sistema. Nosso estudo do objeto deve buscar a sua essência, para compreender a sua contradição interna e as bases reais de sua superação. Tais bases, como vimos, são os diferentes modos de produção ao longo da história da forma como foram descritos por Marx e Engels na *Ideologia alemã*. Estamos analisando a escola, os estudantes, os sistemas de ensino, os profissionais docentes dentro das bases do capitalismo. No estudo da alienação docente a reprodução do sistema é uma dos aspectos mais importantes a serem destacados. Sua superação deve se dar em bases históricas concretas porque são nessas bases que ela acontece.

Mészáros, citando uma das teses sobre Feurbach, diz que o educador precisa ser educado porque ele é parte da sociedade alienada como qualquer outra pessoa, que ele exerce uma atividade alienada, sendo ele parte dessa alienação. *“No entanto, ele não é uma peça inerte em uma totalidade inerte, mas um ser humano, uma parte específica de uma totalidade interpessoal imensamente complexa e inerentemente dinâmica”* (MÉSZÁROS, 2006, p. 166).

Todas as atividades humanas acontecem dentro de um contexto histórico-social dialético cujas bases são materiais e compreensíveis por um método ontológico de estudo que enxerga o homem como um ser social, um sujeito que faz a história, contudo, não a faz de livre e espontânea vontade, pois não é ele quem escolhe as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes são transmitidas assim como se encontram (MARX, 2011, p. 25).

Portanto, a base da superação da alienação deve ser buscada dentro da realidade histórica, onde se encontram os docentes, e não em proposições idealistas que coloquem escolhas morais acima do que está posto pela realidade. Como vimos à essência humana tem por fundamento o trabalho, entendido como a relação entre o homem e natureza. E não podemos perder de vista esse fundamento. Não podemos pegar um complexo da realidade e isolá-lo por completo, por mais que ele tenha certa autonomia, sempre relativa, ao que Lukács

chamou de por teleológico primário, o trabalho. O mérito de Lukács foi que, mesmo percebendo o conjunto de complexos dentro da totalidade, em momento algum ele os desvinculou da centralidade do trabalho. Dessa forma, a saída para a alienação não se dá em condições isoladas do total, mas por meio da luta pela emancipação da classe trabalhadora.

Não existe, no plano material, a possibilidade dessa superação da alienação da profissão docente de maneira isolada da luta pela emancipação da humanidade. Mesmo que isso fosse possível em um determinado momento, a manutenção da lógica do sistema continuaria gerando alienação e reproduzindo essa alienação. Ou se emancipa a humanidade por meio da emancipação da classe proletária, ou não poderá haver outra forma de emancipação.

Isso significa que se deve abandonar a luta pela emancipação na educação, deixando-a a sua própria sorte, e lutar pela emancipação apenas do proletariado? Óbvio que não!!! Essa atitude seria desconsiderar a totalidade de nossas realizações e, pior ainda, deixar de usar uma importante ferramenta de luta e mediação, a educação em seu sentido amplo, que deve lutar pela libertação das cadeias impostas em seu sentido estrito pela lógica do sistema. É fato que a ideologia burguesa se encontra em todos os espaços, mesmo em espaços de luta, como os sindicatos, por exemplo, contaminando mesmo a educação em sentido amplo, mas nunca devemos esquecer que a educação é um complexo humano, transformado pela ação humana, por meio de suas mediações, que ela atua sobre as consciências e que possui certa autonomia. Mézáros nos diz que:

O órgão da moral como automeiação do homem em sua luta pela autorrealização é a educação. E a educação é o único órgão possível de automeiação humana , porque a educação - não num limitado sentido institucional – abarca todas as atividades que podem se tornar uma necessidade interna para o homem, desde as funções humanas mais naturais até as mais sofisticadas funções intelectuais (MÉSZÁROS, 2006, p.172).

Ou seja, o processo de luta, em todos os seus espaços passa pela educação. Lutar, significa entre outras coisas, educar, e, mais ainda nunca abrir mão da educação. Podemos até mesmo dizer que a burguesia faz isso: a sua luta de classes é feita utilizando, não apenas armas como complexos militares, mas as armas dos argumentos, onde a educação é parte integrante. Não existe, possibilidade de lutar sem educar, seja na lógica burguesa, ou na perspectiva de emancipação humana. O conhecimento da sociedade é um conhecimento humano que precisa ser reivindicado na sua forma universal para todos os indivíduos. Mézáros afirma também:

(...) o indivíduo não pode se reproduzir como indivíduo social, a menos que participe de maneira cada vez mais ativa na determinação de todos os aspectos de sua vida, desde as preocupações mais imediatas até as mais amplas questões gerais de política, organização socioeconômica e cultura. (MÉSZÁROS, 2006, p. 259)

A educação está presente em todos os aspectos de nossas vidas, o que nos permite buscar o controle consciente desse complexo, que se dá por meio de mediações com outros seres humanos. Essas mediações podem e devem ocorrer de maneira a ocupar os espaços onde é possível combater a contradição do sistema. Nas escolas como vimos, a contradição do sistema aparece na alienação do professor do controle de sua atividade que resulta na reprodução do sistema. Mas, nelas existem espaços onde é possível combater, mesmo com limites essa reprodução. Para compreender isso não podemos desprezar as conquistas das gerações passadas. Na LDB, nos seus artigos 13 e 14 está dado (melhor dizer, conquistado) aos docentes o direito de *“participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino”* e de *“elaborar e cumprir plano de trabalho segundo essa proposta de ensino”*, além de poder participar de atividades em conjunto com a comunidade escolar (conjunto que inclui pais, estudantes, funcionários, gestão e docentes, ou seja, em sua maioria, proletários e pessoas carentes).

Na prática, esse direito é negado aos profissionais de ensino, pelas gestões que alegam a dinâmica das escolas, constantemente preenchidas de muitas atividades. Mas, esse é um direito que não pode ser desprezado porque constitui uma das poucas margens de ação entre aqueles indivíduos que possuem alguma consciência da alienação do sistema. Os professores precisam reconhecer a importância de se apropriar desses espaços porque aí existe a possibilidade de propor ações que apontem para a emancipação humana. Nesse espaço poderia ser proposto o estudo das contradições do trabalho em seus aspectos jurídicos, sindicais e ideológicos. Também é possível se contrapor aos limites das teses defendidas pelo MEC que consistem em defender a consciência nos marcos da cidadania ainda no horizonte burguês. Como foi dito anteriormente, uma das questões do estranhamento é o fato de os profissionais não se identificarem uns com os outros devido à fragmentação de suas consciências proporcionadas pela fragmentação do seu trabalho. Dessa forma, além de inclusão daqueles que exercem a função na condição de “temporário”, devemos incluir também, os funcionários de limpeza, de vigilância, da cozinha e da secretaria, além é, claro dos próprios estudantes, que é dever do educador incluí-los na luta seja, por meio de debates ou de ação direta, seja por meio de mobilizações. Por isso, é necessário exigir dos sindicatos da categoria a disponibilização de ônibus ou outros recursos logísticos para a inclusão desses setores na luta.

Normalmente, esses profissionais são empregados em condições precárias. Se lutarmos para “humanizar” esses contratos estaremos, contraditoriamente, lutando dentro do horizonte do sistema. Se, por exemplo, fizermos a reivindicação de “contratos temporários”, não mais regulamentados pela LC 22 como ocorre no Ceará, exigindo a regulamentação pela CLT, como alguns exigiam na greve de 2016 da categoria, estaremos legitimando que existam essas formas de contrato. Isso não pode acontecer entre nós, porque como vimos, isso é fragmentação do trabalho que resulta em fragmentação da consciência. Portanto, nossas lutas devem se pautar, dentro do possível pelo fim das diferentes formas de fragmentação do trabalho.

Enfim, a educação é um complexo que nos permite a condição de perceber a lógica do sistema, que é parte da luta pela emancipação, pois lutar é educar, uma vez que a atitude da luta nos coloca diante das contradições do sistema, permitindo-nos percebê-los. Se diante dessa percepção pudermos analisar essas contradições em base ontológicas poderemos qualificar a educação em sentido amplo como uma parte da luta pela emancipação humana.

4.2 Educação, classe e consciência de classe

Diante do que foi estudado até aqui percebemos a necessidade de explicar a relação de classe social entre os trabalhadores da educação, especialmente, os professores, categoria importante dentro do complexo da educação formal escolar.

Já vimos que a educação se apresenta sob duas dimensões: em sentido lato e em sentido restrito. Abordaremos a educação em sentido restrito, especificamente, a educação escolar, devido à dificuldade que seria estudar todas as formas de educação formal que existem. Essa ocorre em igrejas, nas fábricas, nos sindicatos, entre outros espaços.

Quando falamos de educação escolar falamos de diversos profissionais envolvidos no processo desde serviços de limpeza e alimentação, passando pela secretaria da escola e pelos membros da gestão escolar. No âmbito maior, poderíamos incluir servidores da secretaria de educação no serviço público e os proprietários das escolas no setor privado de ensino. Todos esses cumprem um papel importante nesse processo.

Mas, essencialmente, os profissionais que nos interessam estudar nessa pesquisa são os professores, visto serem eles membros de uma das categorias mais dinâmica nas lutas sociais que existem em nossa sociedade. Uma categoria complexa, cheias de subdivisões, muitas vezes difíceis de mensurar.

Já vimos que na ontologia marxiana educação não é trabalho no sentido ontológico do termo. Para a ontologia somente se configura como trabalho a atividade consciente do homem que modifica a natureza criando um valor de uso. Esse valor de uso se torna a riqueza socialmente construída pela humanidade.

Portanto, trabalho, na visão ontológica faz referência ao trabalhador industrial, pois este de fato produz uma nova riqueza social que é distribuída, mesmo que de maneira desigual por toda a sociedade.

Nos modos de produção que antecederam o capitalismo essa exploração da riqueza socialmente construída era feita diretamente entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores. Os donos dos escravos se apoderavam da produção, no modo de produção escravista. O mesmo acontecia com os senhores feudais no modo de produção feudal.

O capitalismo se distingue desses modos de produção anteriores porque a produção da riqueza se faz de outra forma. Sergio Lessa assim explicou essa forma de apropriação:

A acumulação do capital se faz pela apropriação da mais-valia. Como a mercadoria, no sistema capitalista, pode ser tanto a natureza transformada (o martelo) como um serviço (uma aula, um show de música, etc.), em todos esses casos o burguês pode extrair mais-valia e acumular capital. A fonte da mais-valia pode ser tanto o trabalho do operário (que atua sobre a natureza) como do cantor (que não atua sobre a natureza), como já vimos ao tratar do trabalho produtivo no capítulo anterior. Diferente dos modos de produção passados, portanto, a burguesia conseguiu, com o capitalismo, uma fonte de riqueza muito mais ampla e dinâmica, pois agora consegue acumular capital não apenas do trabalho que transforma a natureza, mas também de uma enorme gama de atividades (LESSA, 2012, p. 69).

Essa diferença é fundamental para compreendermos as relações de classe sociais, a formação da consciência de classe entre as diversas categorias, seus posicionamentos frente aos problemas sociais e sua relação com a totalidade, especialmente o processo de reprodução do capital. Para isso precisamos explicar bem em qual situação se encontram os professores. Tomemos como ponto de partida uma explicação de Sergio Lessa:

Veja-se essa questão de um outro ângulo. O serviço produzido pelo professor e vendido pelo dono de escola (a aula) é um produto que se esgota e desaparece durante seu próprio consumo. Ao final da aula de um professor, o conteúdo material da riqueza de toda sociedade não foi acrescido nem sequer de um átomo. O patrão se tornou mais rico porque concentrou em seu bolso o dinheiro (por- tanto, a riqueza) que se encontrava dispersa pela carteira de centenas de pais de alunos. Se a sociedade apenas produzisse serviços como os do professor, de onde viriam os bens materiais sem os quais nenhuma reprodução social pode acontecer? De onde viria o alimento, a energia, as vestimentas, as casas, os remédios, etc., etc., sem os quais o capitalismo é impossível? (LESSA, 2012, p.11)

A mais valia permite ao capitalista acumular riqueza sem necessariamente operar no campo produtivo de transformação da natureza. O proprietário de uma escola particular pode vender os serviços de ensino e obter lucro com esse negócio. Ele contrata professores, paga salários, num valor baixo o suficiente para obter lucro e assim ele aumenta a sua riqueza individual. Porém, o dinheiro que foi pago pelos clientes tem sua origem na riqueza socialmente construída no setor produtivo. Riqueza essa que foi transferida para a sociedade e circula de maneira desigual entre as pessoas permitindo que alguns possam pagar as mensalidades de uma escola particular e outros não possam.

O proprietário da escola que vendeu o serviço não gerou uma riqueza a mais para a sociedade, visto que o serviço ofertado não criou um objeto com valor de uso. Ele não acrescentou mais valor à sociedade, apenas se apropriou de maneira individual de uma parte da riqueza socialmente construída no setor produtivo.

Da mesma forma, o professor da escola particular realizou um serviço que não gerou nenhuma modificação na natureza criando mais riqueza social. Ele também obteve seu salário de uma parte da riqueza que circula na sociedade de maneira desigual.

No serviço público temos um fenômeno semelhante. Os recursos obtidos pelo Estado são oriundos, essencialmente, dos impostos recolhidos da população. O setor produtivo, que gera a riqueza social paga diretamente uma parte da mais valia obtida para o Estado. A outra parte do valor produzido será diluída na sociedade numa rede complexa de serviços e circulação de mercadorias que permitem que a riqueza produzida seja distribuída de maneira desigual na sociedade. A conclusão que podemos chegar, a partir daí é a mesma que nos aponta Sergio Lessa:

Podemos, agora, esclarecer sumariamente a distinção e a articulação entre o trabalho e o trabalho abstrato: o trabalho é o intercâmbio orgânico com a natureza, a categoria fundante do mundo dos homens. O trabalho abstrato é aquele que produz mais-valia. Como a mais-valia pode ser produzida não apenas no intercâmbio orgânico com a natureza, mas também na prestação de uma enorme gama de serviços, o trabalho abstrato é muito mais amplo que o trabalho. O trabalho abstrato inclui toda e qualquer atividade que produza mais-valia, seja ela ou não uma posição teleológica primária” (LESSA, 2012, p.112).

Os professores do serviço público, bem como os demais servidores, portanto recebem seus salários a partir da riqueza produzida pelos trabalhadores do setor industrial. Portanto, seus salários são pagos devido à exploração dos proletários do setor produtivo. E, de acordo com Lessa *“é isto que levam Marx e Lukács a distinguirem entre trabalhadores e proletários: os primeiros são os produtores de mais-valia; os segundos não apenas produzem mais-valia,*

são também os únicos produtores de todo conteúdo material da riqueza social.” (LESSA, 2012, p.112)

Tem-se, então, uma nova complexidade: quando os servidores públicos, entre eles, os professores, reivindicam aumento de salários, esse aumento será retirado da exploração dos trabalhadores produtivos. Resumindo, os trabalhadores de serviços públicos têm em comum com a burguesia que seus ganhos são oriundos da exploração de uma classe social produtora de riquezas.

A frase de Karl Marx e Friedrich Engels, *“a história de toda sociedade existente até hoje tem sido a história da luta de classes”* (MARX e ENGELS, 1982, p. 93) nos leva a pensar na seguinte situação: a classe dominante sempre foi minoria na sociedade e a classe dominada, produtora da riqueza socialmente construída, sempre foi maioria. Como, então, uma minoria conseguiu impor ao longo de toda a história da humanidade esse domínio sobre a maioria? A resposta é complexa, mas ela passa pela existência de classes intermediárias que auxiliam a classe dominante a exercer seu domínio sobre toda a sociedade. Na antiguidade, os donos de pessoas escravizadas, exerciam seu domínio com o auxílio de forças militares, de sacerdotes, de profetas, de escribas, de supervisores, e de toda uma gama de profissões cuja essência era auxiliar no controle social. Eram as classes sociais intermediárias entre os dominadores e os dominados.

Com o desenvolvimento das forças produtivas, essas classes também desenvolveram-se adequando-se as novas formas de dominação. Por exemplo, as religiões primitivas foram substituídas pelo cristianismo, mais adequado a dominação feudal que depois foi substituído por um novo tipo de cristianismo por meio da Reforma Protestante e da Contra Reforma Católica para também se adequarem a nova forma de dominação existente a partir do capital.

O que aconteceu com a religião também aconteceu com outras classes intermediárias, entre elas, as que operam dentro da educação formal, as escolas. Napoleão Bonaparte, durante seu governo despótico sobre a França estabeleceu uma reforma de ensino cuja essência era adequar os estudantes para a exploração do capital. Seu modelo de ensino se espalhou pela Europa e serviu de base para outros modelos escolares mundo afora.

As classes intermediárias trabalham na relação dos homens entre si, constituindo-se em pores teleológicos secundários. Elas lidam com as consciências humanas procurando formar os homens que melhor servirão a lógica do sistema de dominação. Nesse sentido elas

cumprem o papel que Marx escreveu em seu manifesto, de classes não revolucionárias. Sérgio Lessa fez a seguinte explicação em sua obra *Serviço social e trabalho*:

(...) diferente da totalidade da “classe de transição”, o proletariado é a única classe que vive da riqueza por ela produzida. É por essa razão, e não por qualquer outra, que os operários conformam a única classe que nada tem a perder com a superação da sociedade capitalista a “não ser seus grilhões”; por isso os operários são, ao fim e ao cabo, a única classe social historicamente comprometida com a superação da propriedade privada. (LESSA, 2012, p. 72)

Tem-se, então que a classe social que representa o sujeito social da revolução são os proletários, entendidos esses como os trabalhadores do setor produtivo, aqueles que, efetivamente realizam o trabalho de modificar a natureza criando a riqueza socialmente construída. São esses os que possuem o interesse histórico em transformar a sociedade. O que aproxima essas classes intermediárias dos proletários é o fato de venderem sua força de trabalho para poder sobreviver. Mas, seus ganhos são obtidos, a partir da exploração da classe proletária, como única produtora da riqueza da humanidade.

Poderíamos, então, perguntar, se o fato de vender sua força de trabalho para sobreviver não seria determinante para que considerássemos essas classes intermediárias como proletários, visto, que são classes que vivem do salário? Esse seria um erro teórico que poderia comprometer a identidade do sujeito social da revolução. Se considerarmos todos os que vivem do salário como proletários esconderíamos o real sujeito da revolução, o proletário industrial. Esconderíamos também, a contradição central do sistema capitalista: a contradição entre capital e trabalho.

Seria, dessa forma, porque iríamos considerar como trabalho tudo aquilo que vivesse do salário. Fariamos uma confusão entre o trabalho concreto, produtor de valores de uso e o trabalho abstrato, produtor de mais valia. Confundiríamos conceitos que iriam obscurecer ainda mais o debate acerca da superação do capital.

Teríamos que considerar proletários, os burocratas a serviço dos burgueses, os jornalistas, os advogados, os médicos, os juizes, entre uma série de profissões que, ontologicamente, possuem contradições com o trabalho.

Levaríamos para dentro da classe proletária, as problemáticas de outras classes que muitas vezes entram em contradição com os próprios proletários. Se considerássemos os militares como proletários e reivindicássemos melhores condições de “trabalho para esse setor”, isso significaria, na prática, apoiar o setor repressivo contra os próprios proletários. Não faria sentido algum. Seria como se o sujeito social da revolução contribuísse diretamente para armar a burguesia contra a revolução.

Portanto, considerar todos os que vivem do salário como proletários, apenas fortalecerá a lógica do capital. Contribuirá para que se perca a centralidade do trabalho dentro da totalidade histórica.

Mas, em que sentido, então uma classe que vive do salário pode contribuir para a emancipação humana? Karl Marx já apontava em seus Manuscritos Econômicos e Filosóficos que a emancipação humana será obra dos proletários (MARX, 1998, pág. 121). Portanto, a primeira coisa que precisa ser feita é compreender a centralidade do trabalho no processo de produção da riqueza material da humanidade, bem como a sua centralidade no processo de emancipação humana.

Os professores que são membros das classes intermediárias, portanto, uma categoria que vive do salário, e, na lógica de reprodução do capital está entre aqueles que atuam sobre as consciências humanas formando os homens que melhor servirão ao sistema, possuem contradições com a classe dominante do capitalismo. O seu interesse histórico, enquanto classe intermediária é aumentar seu espólio da exploração sobre a classe que produz a riqueza material da humanidade. Mas, quem exerce o controle sobre a classe produtora de riqueza por meio de diversos instrumentos socialmente construídos, cuja estrutura principal é o Estado, é a burguesia. Esta divide os lucros da exploração do trabalho como lhe convém. Na época de crise do capital, essa divisão se torna ainda mais restrita, prejudicando os diversos setores da sociedade.

É, então, que surgem as lutas das classes intermediárias contra a classe dominante. Luta essa, que é, em essência, uma luta pela divisão dos lucros obtidos na exploração do trabalho. As classes intermediárias vivem essa permanente contradição. Durante suas lutas, suas posições políticas se aproximam dos interesses históricos do proletariado e eles passam a reivindicar uma nova sociedade, mais justa e igualitária, mas o limite dessa luta se dá apenas no campo da aparência porque eles não conseguem parar o setor produtivo pela simples razão que eles não fazem parte do setor produtivo que produz a riqueza social. Sua luta, em essência, não é contra o capital, mas por uma divisão mais “justa” da mais valia obtida pela exploração promovida pelo capital.

No entanto, essa luta pela divisão do lucro os coloca em permanente choque contra a burguesia, classe social dominante no sistema capitalista. Nesse choque, surge a necessidade de questionar a lógica do capital. É nesse momento que se apresentam os limites da reprodução do sistema. É uma contradição, no sistema que permite a ruptura individual de um

considerável número de membros da classe dos trabalhadores assalariados com a reprodução do sistema opressor burguês.

Nesse momento, indivíduos que compõem esses trabalhadores assalariados, de uma classe intermediária assumem o interesse histórico de outra classe, os proletários, única capaz de emancipar toda a humanidade.

Essa ruptura não se dará no âmbito da classe e sim no âmbito individual. A lógica ontológica da classe intermediária e dos trabalhadores assalariados dessa classe é a manutenção do sistema opressor, pois é dessa lógica que ela retira os seus ganhos. São, portanto, uma classe ontologicamente conservadora. Mas, as contradições do sistema permitem que no seu processo reprodutivo ocorra a ruptura individual de alguns membros com essa lógica.

Entre as classes intermediárias são bastante variáveis os níveis de contradição com a classe dominante. Quanto maior a contradição na luta pela divisão do lucro obtido na exploração do trabalho, maior será o processo de ruptura individual dentro dessa classe com a lógica do sistema.

Dessa forma, os professores, por fazerem parte de uma categoria grande em número de profissionais, tendem a ter rupturas em grandes quantidades de pessoas com a lógica de reprodução do capital. Mas, devemos deixar claro que são rupturas individuais e que não alteram a natureza ontológica da classe.

Precisamos relembrar que foi o modo de produção capitalista que promoveu as condições materiais de desenvolvimento econômico que permitem a retirada dos seres humanos do isolamento em que se encontravam criando a possibilidade do surgimento do indivíduo tal como conhecemos hoje. Ao dar certa autonomia ao indivíduo, o sistema contraditoriamente, permite essa ruptura individual de alguns indivíduos com a lógica de sua classe social, pelo fato de o marxismo desenvolver sua teoria tendo por base a luta de classes, alguns intelectuais podem contradizer que não interessa a essa teoria estudar rupturas individuais com a lógica do sistema, mas Lukács em sua obra mostrou a necessidade de compreender a importância do indivíduo. Este certa vez escreveu que:

(...) somente homens conscientes de si mesmos como indivíduos (não mais como singulares diferenciados entre si só pela sua particularidade) estão em condições de converter um autêntica generidade numa práxis humano-social, isto é, em ser social, mediante a sua consciência, mediante seus atos conduzidos por esta. A despeito de todas as desigualdades e contradições, o desenvolvimento social impele paralelamente, em escala histórico-mundial, para o surgimento das individualidades existentes para si nos homens singulares e para a constituição de uma humanidade consciente de si mesma como gênero humano em sua práxis (LUKÁCS, 2013, p.302).

Mais adiante na mesma obra completa:

(...) o marxismo, embora enfatize a socialidade da atividade humana de modo mais enérgico que qualquer outra concepção de mundo que o precedeu, reiteradamente aponta para o fato de que, também do ponto de vista social, a importância da ação do indivíduo não deve ser considerada igual a zero. E isso tanto mais porque tais ações singulares, em parte se somam espontaneamente no plano social e assim se convertem em fatores ainda mais reais de força, em parte porque, especialmente no âmbito da vida individual, a função social do exemplo dado não pode ser subestimada (LUKÁCS, 2013, p.344).

Se fundamentado em Lenin ele afirmava que “*o caminho que vai da espontaneidade à consciência deve ser percorrido pessoalmente por cada homem singular.*” (LUKÁCS, 2013, p. 626). Entendemos com isso que a práxis revolucionária se dá no âmbito da classe social, pois ninguém faz uma revolução sozinho, porém, a consciência individual não é algo desprezível no marxismo. Ela existe e é um elemento importante da realidade porque tem o potencial de mover outras consciências. Lukács alerta para que:

A tese geral do marxismo de que os homens fazem sua própria história, ainda que não sob circunstâncias que eles mesmos escolhem, vale, portanto, não só para a humanidade como um todo, não só para complexos sociais que a constituem, mas também para a vida de cada homem singular (LUKÁCS 2013, P. 433).

Nosso objetivo é localizar porque ocorre essa ruptura individual na categoria profissional dos professores. Quais são as contradições no sistema que permitem essa ruptura? Quais são os obstáculos que impedem que ela ocorra? O que exatamente os professores podem fazer pela emancipação humana, dentro de uma visão ontológica?

Essas questões precisam ser respondidas por dois motivos: o primeiro é que a categoria profissional dos professores tem uma enorme possibilidade de recrutar muitos profissionais para a luta pela emancipação humana. O segundo é que os professores que se engajam na luta precisam saber pelo que estão lutando e contra o que estão lutando. Se lutarem as cegas sem uma teoria revolucionária, longe de contribuir para a emancipação, poderão lutar de maneira a deslocar ainda mais a luta para o campo do opressor. Um exemplo disso é quando confundem a categoria dos proletários com os trabalhadores assalariados, de um modo geral, como já explicamos antes.

4.3 Educação escolar e reprodução do capital

Istvan Mészáros analisando aspectos históricos da educação institucionalizada, que aqui entendemos como a educação formal, nos alertava que:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e

transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas (MÉSZÁRÓS, 2008, p. 35).

A lógica de reprodução do capital se propõe, de fato, a criar os indivíduos necessários ao sistema e a educação formal cumpre um papel decisivo nessa lógica. Porém, como já explicamos anteriormente o modo de produção capitalista permitiu o desenvolvimento do indivíduo graças ao desenvolvimento das forças produtivas. Nos modos de produção anteriores o homem era mais dependente da natureza e a totalidade do mundo construído pelo homem de então não permitiam a possibilidade de ação individual para além dos limites de sua localização social. A sociedade era dividida em estamentos onde a prevalência de explicações generalizantes sobre o mundo, que colocavam as causas dos problemas cotidianos nas mãos de deuses ou da natureza humana, era o mais comum. O ser humano não dispunha de recursos suficientes para compreender essa totalidade de maneira que pudesse compreender a si mesmo como um indivíduo capaz de romper essa lógica do sistema. Na verdade, os modos de produção anteriores ao capitalismo não davam aos seres humanos a condição de se enxergarem como os senhores de sua própria história.

O modo de produção capitalista desenvolveu um sistema de troca de mercadorias a nível global que permitiu um intercâmbio de ideias também a nível global. Esse desenvolvimento tecnológico permitiu também a superação de obstáculos naturais que limitavam a ação humana. Os seres humanos começam a ter as condições que permitem saber que eles fazem a história. Ter a compreensão que a história é feita pelos seres humanos e não pelos deuses ou a natureza é um poder que a espécie humana possui.

Com a circulação de mercadorias e, conseqüentemente, a circulação de ideias, o ser humano passou a ter consciência do gênero humano, passou a se compreender como uma generalidade criada pela própria ação.

As teorias filosóficas puderam superar, finalmente a metafísica que os aprisionavam a um mundo de ideias e puderam enfim, compreender as condições materiais de existência. O desenvolvimento das técnicas de produção se fez com o desenvolvimento do método científico e das pesquisas científicas. O saber humano pode se desenvolver e se espalhar pelo mundo todo. O desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação permitiu uma cada vez maior circulação de ideias.

A compreensão de que a história do mundo ocorria dentro de uma totalidade também permitiu que os indivíduos se percebessem como membros de uma classe social com interesses históricos definidos. A burguesia foi a primeira classe com consciência de seu papel revolucionário que surgiu na história. Ela revolucionou o mundo de tal maneira que hoje a sua lógica de dominação se encontra atuante em todos os continentes.

Mas, o seu desenvolvimento conduz em si o germe de sua derrota, porque esse desenvolvimento se faz apropriando-se da riqueza socialmente construída e, para se apropriar dessa riqueza ela necessita explorar o trabalho. A sua lógica de dominação carrega uma contradição fundamental: a contradição ente capital e trabalho. Dessa forma, ao mesmo tempo em que a burguesia se desenvolveu como classe social revolucionária, ela criou outra classe revolucionária, os proletários industriais que dispõem, ontologicamente, das ferramentas necessárias para tomada do poder.

Essas condições históricas permitem dizer que a necessidade e a possibilidade de uma revolução estão historicamente dadas porque ainda não foi superada a contradição central da humanidade, entre capital e trabalho.

Todas essas condições dão aos indivíduos a possibilidade de se reconhecer enquanto indivíduos que atuam dentro de uma lógica universal. A eles cabem a possibilidade de romperem com essa lógica ou não. Como podemos ver o sistema cria as próprias condições de sua superação e essa é o principal elemento que permite que essa superação seja uma possibilidade histórica. Esse elemento permite tanto a compreensão da sua lógica entre os indivíduos como a sua superação total pela classe social revolucionária, os proletários, por meio de uma revolução.

Entre a categoria profissional dos professores, que compõem a classe intermediária dos trabalhadores assalariados, a circulação de informações bem elaboradas como teorias políticas, análises filosóficas da realidade, o acesso a toda a literatura marxista, a possibilidade de intercâmbio com outros professores ou mesmo, com intelectuais de diversas áreas, os colocam como uma categoria profissional com enormes possibilidades de rupturas individuais com a visão de mundo promovida pelos capitalistas através de seus instrumentos ideológicos.

Os professores possuem alguns instrumentos importantes na construção de sua individualidade. Analisemos, em primeiro lugar aqueles que os colocam na condição de romper com a lógica do capital (apenas como indivíduo e não como classe): primeiro, eles são uma categoria profissional cujo emprego permite um tempo mínimo para estudar, o que, ao menos teoricamente, é uma possibilidade que outras categorias profissionais não possuem de

romper com a lógica de reprodução do sistema. O artigo 67 da LDB diz em seu inciso V que os professores terão “*um período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho*” (LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017, página 44). Ter um período mínimo de estudo incluso na carga de trabalho é um direito dado a poucas categorias. Esse é um direito profissional que dá aos professores uma pequena vantagem na para a superação da lógica burguesa.

Mas, isso se dá apenas como possibilidade, uma vez que o sistema opera a sua própria reprodução e uma classe intermediária como os profissionais de ensino, não devem ter tempo de pensar em sua própria condição de existência. Por isso, não é raro que as secretarias de educação estabeleçam normas do que deve ser feito e estudado nos horário dedicados as atividades extraclasse, ou seja, os gestores da educação, cumprindo seu papel de reproduzir a lógica do capital, não sentirão nenhum desconforto em ocupar esse horário com propostas de estudo com caráter tecnicista ou alienado. Para que esse direito se torne uma verdadeira liberdade de estudo, os professores devem exigir a sua livre escolha de temas para estudos bem como a possibilidade de estudar coletivamente a condição de classe da categoria docente dentro da realidade social em que estão inseridos. Em alguns estados, como em São Paulo, uma das maneiras de “tomar” do professor esse período da jornada de trabalho dedicada aos estudos é contabilizando essa jornada de trabalho feita tomando por base a hora relógio de 60 minutos. A prática comum no território nacional é a hora aula de 50 minutos. No estado do Ceará, por exemplo, que faz uso da hora aula de 50 minutos (Ensino Médio nas escolas públicas), a jornada de trabalho semanal de um professor de 40 horas equivale a 22 horas e 30 minutos em sala de aula, Em São Paulo, tomando por base a hora aula de 60 minutos teremos um total de exato de 26 horas e 40 minutos em sala de aula. Na prática, significa que, em São Paulo, os professores da rede pública estadual dispõem de menos tempo para estudo e autorreflexão da realidade. É uma das muitas formas de limitar e, conseqüentemente, controlar o professor, ou seja, de garantir que ele continue reproduzindo a lógica do capital em sua prática de ensino e vivência social.

Um segundo elemento que os permitem romper como indivíduos com a lógica do capital é o fato de pertencerem a uma categorial profissional com renda mais baixa que os demais profissionais com ensino superior. Devido a isso, a tendência maior dos professores é de possuírem maiores encontros com o capital. Esse nível de contradição os coloca em constantes movimentos de luta que permitem o seu contato com propostas de mudanças revolucionária da história. Não são raros os momentos de greve na categoria. Para a garantia

desse artigo 67 da LDB citado anteriormente, algo publicado na LDB em 1996, somente se tornou uma lei específica em 2008, através da Lei 11. 738/2008, mas somente implementada nos estados e municípios após muitas lutas grevistas. No Ceará, isso se deu por meio da greve de 2011. Ou seja, possuir o direito garantido em lei não significa ter o direito garantido na prática. Isso somente ocorre por meio da luta. O lado positivo dessas lutas é que elas acabam educando os professores numa visão mais engajada, onde eles aprendem, na prática, que direito só existe devido a luta e não porque foi “concedido” por algum governante “preocupado” com a educação.

O contato com os alunos das classes mais baixas é um terceiro elemento de sua ruptura individual com a lógica de reprodução do sistema. Isso os leva a se envolver com os problemas sociais dos bairros e, conseqüentemente, a terem enfrentamentos com a classe social dirigente que possui o controle do Estado. Na luta, é normal buscar informações e assim acumular bastante conteúdo teórico e prático que os permite estar sempre antenados com os discursos de superação da pobreza e da exploração.

A realidade social dos professores brasileiros também precisa ser analisada como uma dos fatores que se relacionam (não de maneira determinante) com a sua formação política. Os dados do Censo Escolar de 2017 apontam a existência de 2.192.224 professores docentes da Educação Básica. Deste, 1.909.462 atuam na zona urbana e 345.604 na zona rural. 1.753.047 são mulheres e 439.177 são homens.

A média salarial dos professores do Ensino Médio (Escolas Públicas), tomando por base os dados obtidos no site do Portal de Professores de Educação Básica de São Paulo é de R\$ 2.876,00. (Fonte: www.pebsp.com em 18 de fevereiro de 2018). No estado do Ceará esses valores eram de R\$ 3.795,00 para uma jornada de 40 horas semanais. A maioria dos profissionais é oriunda das camadas mais baixas da população de acordo com os dados do ENADE. Se analisarmos os dados obtidos entre os estudantes de licenciatura de todo o Brasil obtermos os seguintes números:

Tabela 3 – Perfil socioeconômico dos estudantes em licenciatura 2017

Perfil socioeconômico dos estudantes em licenciatura 2017							
Renda em salários-mínimos							
Cursos	Até 1,5	De 1,5 a 3	De 3 a 4,5	De 4,5 a 6	De 6 a 10	De 10 a 30	Acima de 30
Biologia	36,1%	32%	16,5%	7,1%	6,1%	2,2%	0,1%
Ciências Sociais	32,7%	30,4%	17,9%	7,9%	7,0%	3,9%	0,2%
Educação Física	29,9%	34,4%	19,6%	7,7%	6,0%	2,2%	0,2%
Filosofia	36,3%	29,3%	14,6%	8,3%	7,2%	3,9%	0,4%
Física	30,4%	31,4%	19,3%	8,5%	6,8%	3,6%	0%

Geografia	39,3%	33,2%	15,2%	5,9%	4,8%	1,6%	0,1%
História	34,2%	31,0%	17,2%	7,7%	6,5%	3,1%	0,3%
Letras- Português e Inglês	28,0%	32,6%	20,3%	9,5%	7,0%	2,3%	0,2%
Letras-Português e Espanhol	39,9%	33,6%	14,1%	6,6%	4,2%	1,5%	0,1%
Matemática	34,1%	33,1%	18,5%	7,1%	5,4%	1,8%	0,1%
Química	33,5%	31,4%	17,4%	8,8%	6,8%	2,0%	0,1%

Fonte: INEP. Relatórios ... (2017); INEP.MEC...(2017)

Os dados da tabela confirmam que as licenciaturas são cursadas, por uma maioria de estudantes de baixa renda, dando um indicativo da origem social dos professores. Essa origem nas camadas baixas indica, também, a necessidade que esses futuros profissionais terão de vender sua mão-de-obra para sobreviver nas condições que forem ofertadas pelo sistema. A concorrência do último concurso para a rede pública estadual do Ceará expressa bem essa dificuldade e essa necessidade. Ao todo concorreram 37.271 candidatos para 3000 vagas dando uma média de 12, 2 candidatos por vaga. Na disciplina de biologia esse número chegou a 88, 23 por vaga. As disciplinas com o maior número de inscritos foram Língua Portuguesa (9229), Matemática (5358) e História (5262).

Tabela 4 – Demanda de candidatos por vaga no concurso público para a rede estadual da SEDUC/CE 2018

Concurso público para provimento de vagas no cargo de professor da rede estadual do Ceará – 2018			
Demanda de candidatos por vaga			
Cargo	Inscritos	Vagas	Demanda
Arte-Educação	637	116	5,49
Biologia	4235	48	88,23
Educação Física	3688	100	36,88
Filosofia	1071	23	46,57
Física	856	45	19,2
Geografia	3255	175	18,60
História	5262	175	30,07
Língua Espanhola	376	25	15,04
Língua Inglesa	1149	300	3,83
Língua Portuguesa	9229	1028	8,98
Matemática	5358	899	5,96
Química	1470	41	35,85
Sociologia	621	15	41,40
Libras	64	10	6,40
Total	37271	3000	12,42

Fonte: UNB/CESPE(2018)

Essas vagas são para todo o estado o que significa dizer que mesmo após a aprovação o profissional não consiga se lotar numa escola próxima a sua residência e provavelmente, tenha até que mudar de cidade. No emprego, os professores encontrarão turmas superlotadas. A portaria de matrícula de 2018 estabeleceu uma quantidade de 35 a 45 alunos por sala de aula no Ensino Médio. Essa realidade pode ser agravada pela falta de material didático ou pela falta de um espaço nas escolas que permitam aos estudantes deixarem os livros no local de estudo, para evitar que os mesmos sejam deixados em casa pela dificuldade que eles encontram de transporte, de carregar peso em excesso e porque, muitas vezes, vem do local de trabalho direto para a escola pegando transporte público superlotado.

Além da falta do livro didático pode faltar o material de suporte como pincéis, datashow, carteiras ergometricamente adequadas, quadro branco, sala de vídeo, biblioteca; a estrutura do prédio pode não ser adequada, incluindo a acessibilidade, a iluminação, a temperatura e a acústica.

A relação com a gestão muitas vezes não ocorrem em bases profissionais, mas em intrigas e desentendimentos. O respeito à legislação trabalhista, muitas vezes é negado.

Essas são condições comuns nas escolas do Brasil. Essa realidade tem levado muitos professores a refletirem sobre como mudar essa situação sendo que essa reflexão é uma janela aberta para a sua maior compreensão de mundo.

A formação acadêmica dos professores também contribui para o acesso a informações importantes no desenvolvimento de ideias capazes de levá-los questionar o sistema opressor. Muitas leituras acadêmicas no âmbito da pedagogia e das licenciaturas abrem espaços uma visão de mundo mais questionadora. Além disso, o ambiente acadêmico pode propiciar um momento de atuação no movimento estudantil, que, normalmente contribui na formação política dos futuros professores. Muitos dos profissionais de ensino mais atuantes nas lutas sindicais iniciaram suas experiências políticas no movimento estudantil.

4.4 Fatores que dificultam a formação da consciência individual do professor

O principal fator que dificulta a formação de uma consciência emancipadora nos professores, mesmo que a nível individual, é a própria lógica de reprodução do capital. A educação, tanto em sentido lato como em sentido restrito são correias de transmissão da ideologia burguesa. Em sentido restrito, as escolas cumprem o papel de reprodução do capital. Os professores fazem parte da lógica da escola. Sua ruptura com a visão do sistema o leva a

constantes choques coma as gestões escolares, comprometidas ao extremo com a lógica de dominação. O professor parece não ter controle exato sobre seu trabalho em sala de aula. O currículo é imposto de maneira vertical sobre os docentes, assim como as “prioridades” na educação, especialmente, as disciplinas mais técnicas porque elas “preparam melhor” os estudantes “para a vida” e “para o mercado de trabalho”! É o que dizem!

Questões como a LDB, e a BNCC, bem como legislações específicas expressam o controle do Estado, portanto da burguesia, sobre o processo de ensino aprendizagem nas escolas. Dizendo de outra forma, a reprodução da totalidade do capital se manifesta na educação por meio do controle que o Estado exerce sobre o processo ensino aprendizagem. Esse processo é dialético, sendo essa dialética fundamentada nas contradições do sistema que apontam para uma possibilidade de ruptura de sua lógica.

Começemos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Essa lei promulgada em 1996, expressa uma contradição no próprio sistema que procura imprimir uma educação cada vez mais voltada para a formação da mão de obra barata e despolitizada para ser explorada dentro do mercado de trabalho. A lógica de ensino das escolas é de controle e submissão dos estudantes, passando pelo autoritarismo em sala de aula e a fragilidade da “democracia escolar”, que existe mais no discurso do que na prática. Grêmios escolares ausentes ou submissos à gestão, que por sua vez, é submissa às secretarias de educação, sendo essas já submissas aos partidos políticos, normalmente burgueses ou que seguem a lógica burguesa, que administram o aparato estatal do país. Por último, esses partidos expressam a lógica de dominação da classe dominante no capitalismo, a burguesia.

A LDB contém em seus artigos expressões do tipo “*A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.*” (Artigo 22). A relação cidadania e trabalho aparecem por diversas vezes no texto da LDB. Esse parece ser o elemento marcante de contradição entre a lógica do capital e a lógica do trabalho dentro do texto da lei. Poderíamos supor que um professor cujo objetivo é emancipar a sociedade seja o de realçar o aspecto da cidadania no texto legal. Aparentemente isso está correto, mas precisamos lembrar as críticas apontadas por Ivo Tonet a essa questão.

Em sua obra Educação, cidadania e emancipação humana, o autor nos lembra da crítica de Marx em relação à política como aspecto negativo, pois ela é apenas uma expressão da alienação e um obstáculo a plena autoconstrução humana. (TONET, s/d p. 56). Segundo o autor:

(...) para Marx a política não é uma resposta do conjunto da sociedade à existência de conflitos e contradições em seu interior, mas a resposta da parte hegemônica do ser social, as classes dominantes, à questão de como continuar a reprodução da sociedade sem por em perigo a sua posição privilegiada (TONET, s/d p. 58).

Ivo Tonet faz essas ponderações da obra de Marx com o objetivo de elucidar a confusão teórica feita nas obras destinadas à educação que privilegiam o discurso da política, desconsiderando todas as contradições sociais que estão escondidas por trás desse discurso. A expressão “cidadania” expressa à ação ideológica burguesa sobre a sociedade com o objetivo de reproduzir a sua lógica.

Esse discurso, como vimos, fez parte do repertório burguês na sua luta contra as classes sociais dominantes no Antigo Regime. As relações sociais se pautavam de maneira obscura num discurso que atribuíam privilégios sociais à nobreza e o clero. A base desse discurso era cultural. A burguesia, no momento em que adquiriu a consciência do seu papel como sujeito revolucionário elaborou as ferramentas de dissolução do sistema feudal. Ela apresentou-se como a defensora dos direitos dos cidadãos, uma categoria jurídica que remontava ao antigo Império Romano e que retornava no jogo da história com uma nova roupagem e um novo conteúdo. Os “direitos dos cidadãos” era um termo que permitia a burguesia liderar outras classes rumo à revolução social”. Ele escondia as diferenças de base real existentes entre burgueses e proletários, mas cumpriu um importante papel histórico na revolução burguesa.

Desde então, os discursos de enfrentamento da dominação burguesa passam pela proposta de ampliação da cidadania, numa prisão dentro da categoria da política, que, na prática serve para reproduzir a lógica burguesa.

Os autores que reivindicam a ampliação da cidadania se perdem na confusão entre emancipação política e emancipação humana. No marxismo, essa confusão leva os movimentos que fazem tal discurso a caminhar em círculos retornando sempre a lógica do capital.

Na educação, o discurso de valorização da cidadania é colocado como um horizonte de enfrentamento com a classe dominante. Normalmente, se criticam as reformas educacionais voltadas para formação de mão de obra barata e despolitizadas, apontando como um caminho a ser seguido o de uma “educação cidadã”. Mas, sem a crítica à política, nos moldes como fez Marx e nos esclareceu Tonet, esse caminho conduzirá inevitavelmente para a manutenção da ordem burguesa.

Na educação formal o limite do discurso da cidadania se mantendo dentro da dominação burguesa é um empecilho à formação de uma consciência individual dos professores capaz de enxergar a generalização humana e apontar rupturas com o sistema. Com relação à formação para o trabalho, Marx e Engels nos diziam no Manifesto comunista que:

Nos países mais adiantados, no entanto, as seguintes medidas poderão ser postas em prática: (...). **Educação gratuita para todas as crianças, em escolas públicas.** Abolição do trabalho infantil nas fábricas, tal como é feito atualmente. **Combinação da educação com a produção industrial etc.** (MARX E ENGELS, 1982, p. 112 e 113).

No Manifesto Comunista de 1848, Marx e Engels defendem a combinação da educação com a produção industrial, ou seja, uma educação voltada para o trabalho. Aqui parece estarmos diante de uma contradição. Na Crítica ao Programa de Gottha de 1875, o discurso é o seguinte de Karl Marx:

Proibição do trabalho infantil! Aqui, era absolutamente necessário determinar o limite de idade. A proibição geral do trabalho infantil é incompatível com a existência da grande indústria e, por essa razão, um desejo vazio e piedoso. A aplicação dessa proibição – se fosse possível – seria reacionária, uma vez que, com uma rígida regulamentação da jornada de trabalho segundo as diferentes faixas etárias e as demais medidas preventivas para a proteção das crianças, a combinação de trabalho produtivo com instrução, desde tenra idade, é um dos mais poderosos meios de transformação da sociedade atual (KARL MARX, 2012. p. 47).

Anteriormente, Marx teria escrito “O parágrafo sobre as escolas devia ao menos ter exigido escolas técnicas (teóricas e práticas) combinadas com a escola pública.”. Como podemos constatar, pelos textos acima, Marx e Engels não viam contradição em uma educação voltada pra a formação da mão de obra qualificada. O que nos permite dizer que o centro do problema não é uma educação formadora de mão de obra, mas uma educação que forme uma mão de obra em consonância com reprodução da lógica burguesa. Uma escola que tenha um projeto de educar crianças para formá-las sem a consciência de que os frutos do seu trabalho lhe pertencem, apenas a preparam para a submissão ao sistema de dominação social existente, representa uma escola reprodutora do capital. Marx defendia uma educação voltada para o trabalho associado, onde os jovens possam perceber que os frutos do seu trabalho lhe pertencem e que eles são os criadores da riqueza social. Tal educação somente será possível em uma sociedade emancipada, mas as contradições do sistema permitem que ela exista de maneira embrionária constituindo-se a antítese da educação que temos sob o capital.

Aos professores que possuem uma consciência de classe, embora não a da sua classe social intermediária, mas a de uma classe social potencialmente revolucionária, o

proletariado, cabe fazer uma crítica em bases ontológicas da educação que aponte qual a verdadeira relação entre ensino escolar e trabalho. Tal relação deve ser a de conscientizar o educando de sua centralidade na produção da riqueza socialmente existente. Ou seja, tudo o que o que foi produzido pelo homem pertence à humanidade e não a uma classe social detentora dos meios de produção. Portanto, a consciência histórica do papel do ser humano na produção da riqueza deve se desenvolver junto à educação de um jovem numa sociedade que tem por base o trabalho associado.

4.5 Trabalho precarizado

As condições de trabalho dos profissionais em educação são um reflexo do nível de exploração da classe trabalhadora em geral. Com a crise estrutural do capital, o sistema procura manter sua margem de lucro precarizando os empregos formais levando os trabalhadores a excessos de jornadas, a trabalhos em condições insalubres, a sofrer assédio moral no ambiente de trabalho, a duplas jornadas, a informalidade, ao fim dos planos de carreira, entre muitas outras formas de desumanização do trabalho.

Na educação pública, além das campanhas salariais sem aumento real, temos a configuração dos empregos temporários, os chamados “professores substitutos”, uma excrescência da educação brasileira que tem demonstrado o nível de desrespeito ao qual o sistema submete os seres humanos.

No Ceará a Lei Complementar 22/2000 estabelece as regras para a contratação desses profissionais. No seu artigo quinto essa lei diz que professores devem ser contratados, **preferencialmente**, por meio de concurso público, desrespeitado o artigo 67 da LDB que diz que os professores devem ser contratados, **exclusivamente**, por concurso público com provas e títulos. Mas, as aberrações não param por aí: a LC 22 não prevê reconhecimento da formação acadêmica ou da carreira, não valorizando o estudo pessoal do professor; não garante estabilidade no emprego e prevê a demissão sem nenhuma indenização. É, portanto, um contrato bastante precário que coloca o professor numa posição de submissão às gestões escolares, visto que o artigo sexto dessa lei prevê a demissão também em caso de má avaliação do núcleo gestor das escolas. Um profissional que se submete a essas condições de trabalho tem que desempenhar uma atividade que não lhe permite tempo de meditar em sua própria condição.

Mesmo os professores contratados por concurso público não tem seus direitos garantidos na prática, mesmo que os tenham garantidos na lei. Já abordamos isso quando mencionamos a questão do regime de trabalho e um terço destinado a tarefas de não interação com os estudantes. Mas, essa situação está atrelada a lei 11.738/2008 que estabelece, no texto da lei, o piso nacional da categoria. A garantia desse piso ocorre mesmo na luta direta dos profissionais da educação, em seus movimentos grevistas.

O total descaso das autoridades com as condições de trabalho dos profissionais de ensino demonstra primeiro, a fraqueza da categoria por não ser um setor produtivo da economia capaz de parar a produção e colocar em xeque-mate o sistema. E, segundo, que precisamos avaliar essas questões dentro da totalidade do sistema. Não adianta fazer críticas com conteúdo moral burguês que fala em “valorização dos professores”, mas o fala de maneira abstrata, escondendo dessa forma as contradições do sistema. Não podemos esquecer que estamos vivendo uma crise estrutural do sistema capitalista e que a “solução” apresentada pela burguesia é intensificar ainda mais a exploração sobre a classe trabalhadora mundial, desde os proletários até as classes intermediárias, onde se encontram os professores.

4.6 Organização sindical e política

Como foi dito anteriormente, o nível de consciência política de uma classe pode ser expresso pelo seu nível de organização sindical e política. Os sindicatos representam o modelo organizativo que promove as lutas mais específicas das categorias profissionais no Brasil. Os partidos políticos representam a organização que propõe uma mudança na estrutura das sociedades. Tais mudanças podem ser quantitativas, que não alteram a essência da sociedade, ou qualitativas, a ponto de promover uma revolução que leve a emancipação humana. De um modo geral, as organizações políticas brasileiras propõem mudanças apenas de âmbito quantitativo.

Os mais recentes dados do IBGE sobre o movimento sindical (2017) apontam para uma redução do número de sindicalizados por categorias. De acordo com sua agencia de notícias, dos 91 milhões e meio de pessoas ocupadas no Brasil, pouco mais de 13 milhões estavam sindicalizadas. O número corresponde a 14,4% do total. Mais adiante, a agencia de notícias informa que entre os ramos de atividades mais sindicalizadas estão os da Administração pública, defesa e seguridade social, saúde, educação e serviços sociais, totalizando 23% dos sindicalizados no país.

A principal organização sindical nacional dos professores é a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação CNTE filiada a CUT. Em seu site, ela afirma contar com mais de 50 entidades filiadas e mais de um milhão de sindicalizados. Podemos dizer, portanto, que a categoria profissional de professores possui uma forte representação sindical, apesar de nem todos os trabalhadores da educação ser professores.

Mas, o movimento sindical brasileiro se caracteriza por seus aspectos corporativistas, onde os interesses defendidos são o de categorias profissionais desprezando a totalidade da classe social. As lutas específicas são colocadas acima de qualquer necessidade de mudança social de caráter emancipador. Tal fato expressa os limites da consciência do proletariado.

Um segundo aspecto que contribui para o não desenvolvimento de uma consciência de classe é a burocratização dos sindicatos cujos dirigentes se perpetuam nos cargos e os tornam meio de vida, afastando-se dos interesses das bases e vivendo do próprio aparato sindical. Essa postura de afastamento das bases possui mão dupla e da mesma forma as bases se afastam das lutas sindicais. Os dirigentes acomodam-se nessa posição e não se preocupam em disputar a consciência dos proletários. Na verdade, fazem o contrário, eles contribuem para manter os proletários num baixo nível de consciência, pois essa é uma das garantias de sua permanência como dirigentes. Quando surge uma chapa de oposição ou mesmo lideranças na base da categoria a sua preocupação é, ou de cooptar para a perpetuação do seu projeto burocrático, ou destruir qualquer liderança que questione o seu domínio sobre o aparato.

Tal fato é intensificado com as práticas stalinistas presentes no movimento sindical: uso de manobras para vencer assembleias, eleições fraudulentas, mudanças de estatutos na calada da noite, invenção de mentiras sobre a oposição, alianças com a patronal, acordos escondidos e rebaixados, não formar comandos de greve, se apoderar das finanças sindicais, uso da máquina do sindicato para defender seus interesses particulares. Tudo isso é prática nos sindicatos brasileiros.

Na educação não é diferente. Os sindicatos da categoria enfrentam os mesmos problemas. No Ceará, o sindicato que representa a categoria é a APEOC. Analisando o seu estatuto percebemos algumas contradições que expressam o seu nível de compromisso com a mudança da sociedade. No artigo terceiro diz que:

(...) o sindicato tem as seguintes finalidades: **atuar na manutenção e na defesa das instituições democráticas**; lutar pela conquista e defesa dos interesses históricos dos trabalhadores por uma sociedade justa e igualitária; **a proteção** ao meio ambiente, ao consumidor, **à livre concorrência**, ao patrimônio artístico, histórico, turístico e paisagístico (ESTATUTO DA APEOC, artigo 3º).

A redação desse artigo deixa bem claro que o sindicato se limita a defesa dos interesses burgueses na sociedade. Sua preocupação em defender as instituições democráticas não se preocupa em fazer nenhum recorte de classe social e defender uma instituição proletária. “A fala em aberto, ‘instituições democráticas’”, deixam evidente que isso significa a defesa das instituições que a burguesia atribui o nome de democráticas, pois não existem instituições democráticas em abstrato, existem instituições que operam e reproduzem a lógica da sociedade realmente existente e essa sociedade realmente existente é dominada por instituições burguesas. Na segunda frase, onde está escrito “a defesa dos interesses históricos dos trabalhadores”. Já discutimos anteriormente que a centralidade do trabalho é o referencial teórico que nos permite identificar o sujeito social revolucionário, os trabalhadores que, efetivamente, realizam o trabalho, os proletários. Defender os interesses históricos de trabalhadores assalariados como uma classe social intermediária que já explicamos significa defender os interesses de uma classe que não é revolucionária. Portanto, o texto do estatuto não expressa uma saída rumo à emancipação humana. Por fim, esse artigo expressa a defesa da livre concorrência, algo que é característico do modo de produção capitalista. Não carece de maiores explicações a contradição desse artigo.

No artigo quarto tem o seguinte texto: “*propugnar pela adoção obrigatória do princípio do mérito como forma de acesso aos quadros funcionais, independente de se tratar de cargo de carreira ou de comissão*”. O debate em torno do conceito de meritocracia é polêmico na educação. Trata-se de uma defesa burguesa que esconde todas as contradições sociais e aponta como causa da pobreza as escolhas individuais de cada um. Esse discurso é um dos mais nocivos à consciência dos trabalhadores, pois traz a reprodução da individualidade aos moldes burgueses. A reprodução do “indivíduo que produz que tem iniciativa, que gera riqueza”, bem na lógica do sistema. É claro que não podemos confundir aqui mérito com meritocracia, porque são dois conceitos distintos, cuja compreensão da diferença é fundamental para a compreensão da polêmica.

O primeiro é o reconhecimento do esforço e da competência individual de cada um na obtenção de resultados socialmente necessários para a execução de uma atividade social, por exemplo, passar em um concurso público, obter boas notas na escola, obter bom desempenho no trabalho, bom desempenho no esporte etc. O mérito é individual, e não tem como ser escondido numa análise de indivíduos. Já Meritocracia é uma deturpação do conceito de mérito porque, primeiro, é um conceito coletivo que afirma que determinadas pessoas devem ter acesso aos melhores empregos, melhores funções, que elas devem receber os melhores

salários etc. A polêmica está em que a análise meritocrática desconsidera a totalidade onde os indivíduos estão inseridos. Na sociedade capitalista não existe possibilidade alguma de mensurar com justiça o esforço de cada indivíduo na obtenção de seu desempenho em determinadas atividades. O sistema não permite o acesso aos estudos na mesma proporção entre os indivíduos, assim como não disponibiliza o mesmo tempo para a preparação do conhecimento de maneira igual para todos, também não disponibiliza os recursos necessários ao bom aprendizado. Isso significa dizer que, na prática, o discurso do mérito legitima a injustiça social porque fazer tal discurso de maneira abstrata é esconder as contradições sociais.

Na verdade, esse debate precisa ser feito na educação como um todo porque a reprodução do sistema está focada nessa questão do mérito e como ele deve ser entendido. Defender o mérito dentro da lógica do capital não é defender a justiça, mas defender as desigualdades. Somente numa sociedade devidamente emancipada é possível valorizar o mérito individual na sua plenitude porque estarão desfeitas as categorias que impõem essas desigualdades

A não compreensão do conceito do mérito, por parte até mesmo da categoria, deveria fazer o texto sindical ser escrito com outra redação onde não houvesse margem para que palavra não fosse interpretada com uma conotação equivocada.

O artigo sétimo do estatuto da APEOC prevê a possibilidade de sua própria alteração por meio de assembleia. Isso caracteriza a possibilidade de manobras as estilo stalinista no movimento sindical. Uma alteração no estatuto deveria ser feito por meio de congressos com delegados eleitos na base com ampla discussão sobre as possíveis alterações. Quando se altera um estatuto numa assembleia, onde o controle é menor, podendo, inclusive, em qualquer reunião esvaziada de uma assembleia que sequer foi divulgada, a própria direção sindical promover a alteração que lhe for conveniente para a sua perpetuação no poder.

Um dos aspectos que caracterizam ainda mais a política burocrática da APEOC é o fato de no artigo 79 do seu estatuto estabelecer que para uma chapa concorrer às eleições deverá inscrever pelo menos 2/3 dos representantes dos municípios, sendo que esses representantes devem ter domicílio na localidade que pretenda representar. Isso, na prática, inviabiliza qualquer possibilidade de uma chapa de oposição à direção sindical. Existe um movimento de base sindical que se coloca como oposição à diretoria da APEOC, mas essas manobras burocráticas impedem a formação de uma chapa para disputar as eleições sindicais.

Os membros dessa oposição se localizam, em sua maioria na Região Metropolitana de Fortaleza, ou em grandes centros do interior como Juazeiro e Sobral. Não existem militantes

de oposição em todos os municípios ou em 2/3 dos municípios. É probabilisticamente impossível montar uma chapa desde as bases nessas condições. Sem oponentes no campo eleitoral a atual diretoria sindical se mantém mesmo apresentando contradições com a base da categoria. Na prática, isso expressa falta de democracia sindical no movimento.

Para não nos alongarmos muito nas questões burocráticas dos sindicatos vamos a análise de como essas práticas dificultam o processo de conscientização dos professores. Em primeiro lugar, as bases sindicais acabam perdendo a referência de luta da categoria quando percebem que sua direção prefere fazer manobras a lutar por direitos. Em segundo lugar, a direção está acomodada dentro dessa lógica de trabalhar apenas para se manter longe da base e distante do trabalho rotineiro de sala de aula e, por isso, ela não tem interesse, de fato, de mudar essa situação. Ela está expressando uma visão conservadora característica da classe intermediária que Sérgio Lessa nos explicou na sua obra *Para compreender a ontologia de Lukács*.

Em terceiro lugar, se não existem lutas, então, na prática, as pessoas não enfrentam as contradições do sistema e tendem a se afastar cada vez dos elementos que poderiam levá-las a compreender a dinâmica opressora do capital. Enfim, a falta de lutas contribui para a reprodução do capital.

Em quarto lugar, sem possibilidade de formar chapas de oposição, as possíveis lideranças que poderiam combater esse processo de burocratização tendem a se acomodar e buscar outros espaços de luta. O stalinismo se caracteriza por destruir lideranças que questionem o sistema. O movimento sindical brasileiro possui uma forte tradição stalinista difícil de ser combatida.

Ainda se tem os elementos do corporativismo que faz parte da própria estrutura sindical brasileira que conduz os sindicatos a não defenderem a classe, mas apenas segmentos delas, as categorias profissionais. Tais defesas de categorias ocorrem em datas preestabelecidas em lei, as datas base, que, normalmente, não coincidem com as demais categorias profissionais, quebrando ainda mais a visão de uma classe social unificada. Muitos dirigentes sindicais e mesmo trabalhadores de base, até os de oposição, possuem visão meramente corporativista das lutas, acreditando que os sindicatos devem mesmo se resumir a defender a sua categoria especificamente. Isso representa um atraso na consciência do trabalhador irreparável para a luta por uma emancipação.

4.7 Fragmentação do “trabalho” pedagógico e fragmentação da consciência

Como explicamos nos capítulos sobre alienação, uma das características do capitalismo atual é a especialização cada vez mais intensa das diferentes formas de trabalho abstrato. Um mesmo ramo de produção é fragmentado em diversas etapas e cada trabalhador realiza uma etapa do processo. Dessa forma temos a fragmentação do trabalho que por consequência traz a fragmentação da consciência. O trabalhador não se identifica no fruto do seu trabalho que se torna uma mercadoria estranha a ele mesmo. Também não se identifica com outro trabalhador da mesma fábrica que realiza outra etapa da produção. No sistema de dominação capitalista existe a necessidade de dividir um trabalho manual do trabalho intelectual, de tal forma que se valoriza uma forma de trabalho em prejuízo da outra. Por valorização, no capitalismo, podemos entender pagamentos diferenciados de trabalho, bem como por jornadas de trabalhos diferentes. Isso pode acontecer dentro dos trabalhadores de uma mesma etapa, onde podemos pagar salários diferenciados por antiguidade, ou por mérito, dependendo dos critérios utilizados pela empresa, muitas vezes reivindicado pelos próprios dirigentes sindicais.

Dessa forma, podemos ter numa mesma fábrica diferentes faixas salariais em diferentes etapas do processo. Podemos também dividir os trabalhadores entre aqueles que executam, aqueles que supervisionam, aqueles que controlam o tempo etc. Essas fragmentações de diferentes formas do trabalho fragmentam as consciências dos trabalhadores. Os que trabalham na etapa intelectual se sentem superiores aos que trabalham na etapa operacional, os que supervisionam se sentem superiores aos que executam, os que administram uma etapa se sentem superiores aos que lhe são subordinados. Tudo isso representa a reprodução do sistema capitalista dentro da fábrica. Istvan Mészáros nos explicava que:

Vivemos sob condições de uma desumanizante alienação e de uma subversão fetichista do real estado de coisas dentro da consciência (muitas vezes caracterizada como “reificação”) porque o capital não pode exercer suas funções sociais metabólicas de ampla reprodução de nenhum outro modo. Mudar essas condições exige uma intervenção consciente em todos os domínios e em todos os níveis da nossa existência individual e social. É por isso que, segundo Marx, os seres humanos devem mudar “completamente as condições da sua existência industrial e política, e, conseqüentemente, toda a sua maneira de ser” (MÉSZÁROS, 2008, p. 59).

Na educação, essa fragmentação de trabalho pedagógico e, conseqüentemente, de consciências ocorre de maneira intensa. Os professores da rede estadual se sentem diferentes dos professores da rede municipal; os professores do Ensino Médio se sentem diferentes dos

professores do Ensino Fundamental; os professores hora aula se sentem diferentes dos professores polivalentes; os contratados por concurso se sentem diferentes dos contratados por tempo determinado; os supervisores, coordenadores e gestores de modo geral, que também são professores, se sentem diferentes dos demais colegas de profissão. As diferentes faixas salariais são uma armadilha na hora de receber uma proposta de aumento salarial. Normalmente, as propostas são de aumentos diferenciados, o que coloca um segmento contra o outro. “Dividir pra reinar”, essa é a lógica do capital.

A reprodução do sistema é feita fragmentando o trabalho para fragmentar consciências. Para superar essa lógica, os profissionais da educação que possuem essa percepção da totalidade e se propõem a romper com esse sistema, devem lutar decisivamente sempre que, numa campanha salarial a proposta apresentada pelo governo e, muitas vezes defendida pelas direções sindicais, for uma proposta que fracione ainda mais a consciência do trabalhador.

5 CONCLUSÃO

A conclusão inicial que poderíamos chegar nessa pesquisa é que os professores não devem ser confundidos, em suas condições materiais de existência, com o sujeito social da revolução preconizado por Karl Marx e Friedrich Engels. Esse papel histórico pertence aqueles que efetivamente vivem do trabalho e produzem a riqueza socialmente necessária, os proletários, entendidos aqui como todos aqueles trabalhadores cuja atividade promova uma transformação na natureza.

Os professores fazem parte de uma classe intermediária de trabalhadores assalariados, sendo uma classe auxiliar na reprodução do capital, podendo ser interpretada como uma classe social conservadora. Mas, por não ser uma classe social proprietária dos meios de produção e necessita vender sua força de trabalho para sobreviver, ela é uma classe que possui contradições com o sistema. Nessas contradições que ocorrem dentro de uma totalidade histórica existe um processo dialético que carrega embrionariamente o germe de uma nova sociedade.

Essa dialética se processa dentro de condições materiais que foram desenvolvidas pelo próprio sistema capitalista que criou as condições que permitem a existência da classe social necessária para a sua superação. Além disso, o desenvolvimento das forças produtivas e intercâmbio entre os seres humanos, mesmo que de maneira alienada, por meio de mercadorias, permitiu o surgimento do indivíduo tal como o conhecemos hoje. O indivíduo age dentro de uma generalidade numa relação dialética que o coloca contra o gênero humano, num caso de alienação capitalista, mas também o coloca contra a particularidade de sua classe, em alguns momentos permitindo o surgimento de uma consciência individual que questiona as ferramentas de opressão operadas por uma classe social dominante e reproduzidas por outras classes subalternas.

É nessa dialética que poderemos ter indivíduos propensos a dedicar suas vidas à luta pela emancipação humana. Entre os professores, existe uma série de condições que permitem esse avanço no nível da consciência (individual) e outros que, pelo contrário, os fazem regredir nesse sentido.

O elemento determinante da contradição entre capital e trabalho é que ela se dá na história, portanto, num processo de luta velado ou aberto, onde o sucesso de um dos lados necessita do apoio de outras classes para o seu projeto histórico. A burguesia trabalha para conservar o atual estado de coisas, ao passo que o interesse histórico dos proletários é a sua

emancipação. Essa luta pressiona as classes intermediárias que pendem para um dos lados. É possível existirem professores, médicos, advogados, intelectuais atuando e defendendo o projeto de emancipação proletária. Da mesma forma, é possível termos indivíduos das mesmas categorias defendendo a pauta conservadora da burguesia. Isso ocorre dessa maneira porque essa classe não é revolucionária ou conservadora em si mesma, mas suas consciências são disputadas pelas classes em contradição fundamental, burguesia e proletariado.

Como não se pode separar as categorias de classe, luta de classe e consciência de classe, temos que não existe em abstrato uma classe plenamente formada, mas em constante formação no plano real. Temos também que não é a simples localização dos indivíduos no sistema de produção que determinará a sua consciência de classe. Podemos concluir que médicos, professores, advogados, intelectuais que dedicam suas vidas à luta pela emancipação humana, estando por isso cada vez mais engajados nas lutas da classe que vive diretamente do trabalho, fazem parte da classe proletária, mas só enquanto lutam nessa perspectiva histórica. Se as suas lutas contribuem para a reprodução do capitalismo ou do reformismo, do stalinismo ou de outras degenerações eles não se constituem enquanto classe proletária, pois não contribuem para a sua consciência histórica. Antes, dificultam a formação desta.

Uma consciência de classe plenamente formada é algo que só é possível num momento revolucionário, capaz de ser verificada na ação concreta das classes em luta. Dizer que uma categoria profissional possui consciência de classe em todos os contextos históricos possíveis é uma especulação idealista. O que existe é um processo contínuo de formação de consciência que ocorre nas lutas.

Para os que almejam a emancipação humana existem diversas formas de luta, desde um curso de formação política num sindicato de base, passando por atividades de propaganda, como entregar panfletos, escrever jornais etc, participar de assembleias, fazer o debate político parlamentar, até a luta direta nas ruas por meio de greves, manifestações ou mesmo numa ação revolucionária.

Em todas essas formas de luta cabe a ação do professor. Atribuir ao educador o papel de apenas reproduzir o sistema é um forte equívoco de análise. As contradições desse sistema e a autonomia relativa da educação permitem aos professores uma condição de atuar constantemente nas lutas e ao atuar ele educa e é educado por elas, elevando seu nível de consciência política.

Ao lutar ele não luta em abstrato, mas dentro das condições reais de existência, portanto ele luta tomando lugar na contradição entre capital e trabalho. Se suas contradições com o sistema não o levam automaticamente para uma dos lados, devido ao peso do fator

subjetivo, as lutas se constituem no elemento central na análise de sua consciência. Se elas se restringirem às questões economicistas, sua consciência será influenciada pela burguesia. Se, ao contrário, nessas lutas eles perceberem que não basta lutar pela reposição da inflação ou por um benefício que o sistema pode retirar em outra conjuntura, eles darão um passo para uma consciência revolucionária.

Dessa forma, a formação da consciência de classe em todas as categorias profissionais é um processo contínuo, permanente, histórico cheio de contradições, de avanços e retrocessos, permeados pela mais intensa disputas de concepções políticas, somente sendo possível de ser analisado pela dinâmica das lutas concretas. O que distingue os professores, em particular os da educação básica, é a sua proximidade com a classe que vive diretamente do trabalho, tanto pela sua origem social como pelas suas práticas de luta.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo – SP: Boitempo, 2009.

APEOC. **Estatuto do sindicato APEOC**. Fortaleza, 2018. Disponível em: <<https://apeoc.org.br/>>. Acesso em 20/12/2018.

BERTOLDO, Edna. **Trabalho e educação no Brasil**: da centralidade do trabalho a centralidade da política. 2 ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/04/BNCC_EnsinoMedio_e_mbaixa_site.pdf>. Acesso em 18/12/2018

BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Eleição geral federal de 2018**: divulgação de candidaturas e contas eleitorais. Brasília, DF, 2018. Disponível em <<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/>>. (Acesso em 18/12/2018)

CLAUDIN, Fernando. **A crise do movimento comunista**. São Paulo: Global, 1986.

CNTE. **A CNTE**: organização consolidada. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://www.cnte.org.br/index.php/institucional/a-cnte>>. Acesso em: 20/12/2018.

GORENDER, Jacob. **Marxismo sem utopia**. São Paulo: Ed. Ática, 1999.

HOBBSAWN, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IBGE. **Taxa de sindicalização dos trabalhadores brasileiros cai para 14, 4%, a menor desde 2012**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias.html>>. Acesso em 8/11/2018.

INEP. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Censos educacionais do Inep revela mais de 2,5 milhões de professores no Brasil. **Censo Escolar, Censo da Educação Superior**. Brasília, 15 out. 2018 Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/censos-educacionais-do-inep-revelam-mais-de-2-5-milhoes-de-professores-no-brasil/21206>. Acesso em: 15/10/2018.

INEP. **MEC e INEP divulgam resultados do Enade 2017 e Indicadores de Qualidade da Educação Superior**. Brasília, 2017.

INEP. **Relatórios síntese de área - 2017**. Brasília, 2017.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução**: a doutrina marxista do Estado e as tarefas do proletariado na revolução. São Paulo: Global, 1987.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Esquerdismo: doença infantil do comunismo**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000010.pdf>. Acesso em 20/12/2018.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Que fazer? Problemas candentes de nosso movimento**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 4ª Edição: São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

LESSA, Sérgio. **Serviço social e trabalho: porque serviço social não é trabalho**. São Paulo: Instituto Lukacs, 2012.

LUKACS, Gyorgy. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUKACS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. Manuscritos econômicos de 1861 a 1863. **The Marxists Internet Archive**, 13 abr.2015. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000063.pdf>. Acesso em 19/12/2018.

MARX, Karl. **A questão judaica**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2000.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2 ed. São Paulo; Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores 1982.

MÉSZÁROS, Istvan. **A crise estrutural do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo,2011.

MÉSZÁROS, Istvan. **A educação para além do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, Istvan. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PORTAL DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE SÃO PAULO. Ranking de salário das redes estaduais de educação do Brasil. In: **PEBSP.COM**, São Paulo, 18 fev 2018. Disponível em: <<https://www.pebsp.com/ranking-de-salarios-das-redes-estaduais-de-educacao-do-brasil/>>. Acesso em: 10/12/2018.

SANTIAGO, Abinoan. Esquerda tem quatro vezes mais candidatos professores que partidos de direita. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 set. 2018.

SCHLESENER, Anita Helena. Revolução burguesa e educação: uma relação necessária. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v.17.n.32, p. 97-112, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://www.redaly.org/articulo.oa?id=193519170008>>. Acesso em: 31/12/ 2018.

SILVA, Antonio Ozaí. **A história das tendências no Brasil**: origens, cisões e propostas. 2 ed. São Paulo: Dag Gráfica e editorial, 1986. 239 p.

THOMPSON, E.P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

TONET, Ivo. **Método Científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukacs, 2013.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. 2001. Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação Universidade Estadual Paulista , Marília, 2001.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**, 2 ed. São Paulo : Instituto Lukács, 2012.

UNB.CESPE. **Concurso público para provimento de cargo de vagas no cargo de professor classe pleno I: SEDUC/CE**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.cespe.unb.br/concursos/SEDUC_CE_13/arquivos/DEMANDA_SEDUC_CE_13__2_.PDF>. Acesso em 18/12/2018